



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA  
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA

LAÍS PAGANELLI CHAUD

**“Não é só pelo cartão”: a psicanálise e o olhar dos sujeitos  
atendidos pelo serviço PAEFI/SUAS**

Florianópolis

2024

**LAÍS PAGANELLI CHAUD**

**“Não é só pelo cartão”: a psicanálise e o olhar dos sujeitos  
atendidos pelo serviço PAEFI/SUAS**

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal de Santa Catarina, para a obtenção do título de Mestra em Psicologia Social e Cultura.

**Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Marcela de Andrade  
Gomes**

**Florianópolis**

**2024**

Chaud, Laís Paganelli

"Não é só pelo cartão" : a psicanálise e o olhar dos sujeitos atendidos pelo serviço PAEFI/SUAS / Laís Paganelli Chaud ; orientadora, Marcela de Andrade Gomes, 2024.

87 p.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Florianópolis, 2024.

Inclui referências.

1. Psicologia. 2. Psicologia. 3. Usuários. 4. PAEFI/SUAS. 5. Psicanálise. I. Gomes, Marcela de Andrade. II. Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação em Psicologia. III. Título.

Laís Paganelli Chaud

**“Não é só pelo cartão”: a psicanálise e o olhar dos sujeitos atendidos pelo  
serviço PAEFI/SUAS**

O presente trabalho em nível de Mestrado foi avaliado e aprovado, em 23 de abril de 2024, pela banca examinadora composta pelos seguintes membros:

Profa. Mériti de Souza, Dra.  
Universidade Federal de Santa Catarina

Profa. Liliane Moser, Dra.  
Universidade Federal de Santa Catarina

Gisely Pereira Botega  
Psicóloga na Prefeitura Municipal de Florianópolis

Certificamos que esta é a versão original e final do trabalho de conclusão que foi julgado adequado para obtenção do título de Mestre em Psicologia.

---

Coordenação do Programa de Pós-Graduação

---

Profa. Marcela de Andrade Gomes, Dra.  
Orientadora

Florianópolis, 2024

## AGRADECIMENTOS

Agradeço a todos aqueles que de alguma forma fizeram parte desse processo. Seja acompanhando as “dores e amores” durante a escrita; seja ouvindo os lamentos de cansaço ou as palavras animadas a cada novo momento de entrega; seja me convidando para “espairecer” ou respeitando os momentos de isolamento para o “foco total”.

Ao pensar nessa página, me deparei com a surpresa de que em dois anos, poucas pessoas chegaram, mas as que já estavam se enraizaram ainda mais e a isso eu chamo de família.

Para início, agradeço a minha família de sangue, especialmente às minhas avós, Neuza e Gercina, que hoje mais próximas dos 90 anos de idade materializam para mim o belo processo da vida. Agradeço a minha mãe e ao meu pai, Maria Ondina e Marco Vinícius por sempre terem me dado apoio através do amor, do cuidado e da confiança. Também por me fazerem sentir que minha fala e minha escuta encontram morada em casa. Agradeço às minhas irmãs, Luiza e Laura, por me permitirem sentir um amor incondicional. E ao meu sobrinho Noah, tesouro da família que fez despertar em cada um de nós um sentimento de paciência e humildade, já que ele tem tanto a nos ensinar.

Agradeço a minha família de luta, ao meu Partido. Busco ser cada dia uma pessoa melhor para que coletivamente, de forma material, ideológica e subjetiva, nos tornemos indestrutíveis.

Agradeço a minha família espiritual, ao meu Mestre Valmir Damasceno, aos Contramestres Aloan e Ajayê, a minha Treinela Kamila Gomes, ao meu grande irmão Wagner e todo o grupo Alagbedé. Agradeço por me ensinarem a arte, a filosofia e os fundamentos da capoeira angola. Agradeço também por confiarem a mim parte desse trabalho. O equilíbrio no desequilíbrio me possibilita alcançar inúmeros prazeres nesse caminho desnivelado que é a grande roda, a vida.

Agradeço a minha família de amigas, camaradas e irmãs. Começo pela minha comadre Natália, por ter me dado a alegria de estender meu amor e carinho com seu filho, Fidel. Agradeço a Júlia e Patrícia por me ensinarem o valor de uma amizade verdadeira. Agradeço à Talita, amiga que a vida me presenteou e que a capoeira transformou em irmã, alguém que é a materialidade da frase “O mundo é mais feliz por ter você”.

Agradeço imensamente duas pessoas que não me soltaram durante esse processo: minha orientadora Marcela de Andrade Gomes, por quem nutro um carinho e admiração há anos e com quem tive novamente o prazer de poder aprender e trocar; e Pedro Leite, minha “dupla”

do mestrado, parceiro que pude contar nos momentos de lamúria e comemoração. Obrigada pela cumplicidade nesse processo.

Agradeço às profissionais do PAEFI, que acolheram minha ideia de pesquisa e fizeram com que ela fosse possível. Também aos sujeitos entrevistados que abriram suas casas e compartilharam seus sentimentos e sensações comigo. Espero que de alguma forma essa dissertação retribua a esses gestos.

Agradeço às professoras Ana Lucia Mandelli Marsillac, Mériti Souza, Liliane Moser e à profissional da rede e psicanalista Gisely Botega pelo aceite do convite de participação às bancas de qualificação e defesa. Agradeço pela leitura atenciosa e análise enriquecedora da e para minha pesquisa.

Agradeço ao núcleo NEMPSIC e LAPCIP. À Universidade Pública. À CAPES. O acesso ao ensino público, gratuito e de qualidade é um direito que um dia será irrestrito a todas as pessoas.

*“Mwana nkunda sika ngoma, mbuta kina”*  
Provérbio kongo, em língua kikongo que significa,

*“A criança pode tocar o tambor e fazer dançar uma pessoa adulta”*

## RESUMO

Esta pesquisa se propôs, por meio da epistemologia da psicanálise, a estudar o trabalho da psicologia no serviço PAEFI, tendo como objetivo geral analisar como os sujeitos atendidos significam o trabalho dos profissionais de psicologia neste serviço e, como objetivos específicos: 1) caracterizar quem são os sujeitos atendidos pelo PAEFI, 2) identificar os efeitos subjetivos da escuta dos psicólogos nos sujeitos atendidos no PAEFI, e 3) investigar a relação entre a atuação da psicologia e a implicação do sujeito no processo acompanhamento psicossocial do PAEFI. Esta pesquisa, de natureza qualitativa, descritiva e exploratória, utilizou a entrevista semiestruturada com usuários de dois PAEFI's do município de Florianópolis. A partir do método psicanalítico e da Análise do Discurso, buscou-se analisar os significantes e sentidos singulares que cada sujeito atribuiu às suas experiências, com intuito de abarcar os ditos e não-ditos produzidos por esses mediante suas trajetórias no PAEFI. No total, foram entrevistados quatro ex-usuários do PAEFI e, por meio da análise das entrevistas, foram construídas as seguintes categorias: 1) Violências nas trajetórias dos sujeitos atendidos no PAEFI: o caráter sistêmico e repetitivo das violações, 2) Labirintos institucionais: a intersetorialidade e a atuação ética-política no PAEFI e 3) Aposta no PAEFI enquanto dispositivo clínico-político. Em termos de resultados, pode-se afirmar que os sujeitos entrevistados consideraram o PAEFI, por um lado, como um lugar de apoio, acolhimento e promotor de novas significações e laços sociais em suas vidas familiares e comunitárias; por outro, como um lugar que opera pela lógica policialesca e julgadora. Por ser um serviço em que sua precarização e fragmentação impacta negativamente na saúde mental tanto do trabalhador como dos usuários, a atuação intersetorial e institucional se faz fundamental para ofertar um trabalho qualificado e consistente no PAEFI. A partir disso, foi possível perceber que, mesmo nessas condições precárias dos serviços públicos e mesmo que os sujeitos atendidos são constituídos e imersos em uma trama sociopolítica que se tece por diversas formas de violências - principalmente a do Estado -, o fato de contarem com um espaço para serem escutados e se escutarem, de terem suas falas acolhidas, testemunhadas e legitimadas, provocou transformações subjetivas relevantes para o processo de autonomia de cada um, para a ressignificação das experiências vivenciadas e para a construção de novas modalidades de relações sociais e afetivas, com o Outro e consigo mesmo. Com isso, pode-se concluir que o trabalho da Psicologia no PAEFI, desde que embasado em uma atuação ética-clínica-política, possui efeitos subjetivos importantes para a constituição psíquica e social dos sujeitos, instrumentalizando-os na elaboração das violências vivenciadas e possibilitando a descoberta de novas formas, singulares e comunitárias, de lidar com as dificuldades e segregações impostas e inerentes ao sistema capitalista.

Palavras-chaves: PAEFI; SUAS; usuário; psicologia; psicanálise.



## ABSTRACT

This research aimed, through the epistemology of psychoanalysis, to study the work of psychology in the PAEFI service, with the general objective of analyzing how the subjects served perceive the work of psychology professionals in this service, and the specific objectives: 1) characterize who are the subjects served by PAEFI, 2) identify the subjective effects of psychologists' listening on the subjects served in PAEFI, and 3) investigate the relationship between psychology's actions and the subject's involvement in the psychosocial monitoring process of PAEFI. This qualitative, descriptive, and exploratory research used semi-structured interviews with users of two PAEFIs in the city of Florianópolis. Based on the psychoanalytic method and Discourse Analysis, the aim was to analyze the meanings and unique senses that each subject attributed to their experiences, in order to encompass the said and unsaid produced by them through their trajectories in PAEFI. In total, four former users of PAEFI were interviewed, and through the analysis of the interviews, the following categories were constructed: 1) Violence in the trajectories of the subjects served in PAEFI: the systemic and repetitive nature of violations, 2) Institutional labyrinths: intersectoriality and ethical-political action in PAEFI, and 3) Investment in PAEFI as a clinical-political device. In terms of results, it can be stated that the interviewed subjects considered PAEFI, on the one hand, as a place of support, welcome, and promoter of new meanings and social ties in their family and community lives; on the other hand, as a place that operates through a policing and judgmental logic. Because it is a service in which its precariousness and fragmentation negatively impact the mental health of both the worker and the users, intersectoral and institutional action is fundamental to offer qualified and consistent work in PAEFI. From this, it was possible to perceive that even in these precarious conditions of public services and even though the subjects served are constituted and immersed in a sociopolitical fabric woven through various forms of violence - mainly that of the State - having a space to be heard and to listen to themselves, to have their speeches welcomed, witnessed, and legitimized, provoked relevant subjective transformations for the autonomy process of each one, for the resignification of the experiences lived and for the construction of new modalities of social and affective relations, with the Other and with oneself. Thus, it can be concluded that the work of Psychology in PAEFI, provided it is based on an ethical-clinical-political action, has important subjective effects on the psychic and social constitution of the subjects, equipping them to elaborate on the experienced violence and enabling the discovery of new, singular, and communal ways to deal with the difficulties and segregations imposed and inherent to the capitalist system.

Keywords: PAEFI; SUAS; user; psychology; psychoanalysis

## LISTA DE TABELAS

<b>TABELA 1 – Principais dados coletados na revisão de literatura desta pesquisa de mestrado.....</b>	<b>11</b>
<b>TABELA 2 - Características geral dos atendimentos .....</b>	<b>34</b>

## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

CLT	Consolidação das Leis do Trabalho
CREAS	Centro De Referência Especializado De Assistência Social
CNS	Conselho Nacional De Saúde
DPCAMI	Delegacia de Proteção à Criança, Adolescente, Mulher e Idoso
LOAS	Lei Orgânica De Assistência Social
MEI	Microempreendedor Individual
NOB	Norma Operacional Básica
PAEFI	Serviço De Proteção E Atendimento Especializado A Famílias E Indivíduos
PNAS	Política Nacional De Assistência Social
SUS	Sistema Único De Saúde
SUAS	Sistema Único De Assistência Social
TCLE	Termo De Consentimento Livre E Esclarecido
UFSC	Universidade Federal De Santa Catarina

## SUMÁRIO

<b>APRESENTAÇÃO</b>	
<b>1 INTRODUÇÃO</b> .....	<b>6</b>
<b>1.1 Apontamentos breves sobre uma revisão de literatura</b> .....	<b>9</b>
<b>2 OBJETIVOS</b> .....	<b>13</b>
<b>2.1 Objetivo geral</b> .....	<b>13</b>
<b>2.2 Objetivos específicos</b> .....	<b>13</b>
<b>3 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA</b> .....	<b>13</b>
<b>3.1 Psicologia no SUAS</b> .....	<b>13</b>
<b>3.2 A ética na escuta dos sujeitos</b> .....	<b>18</b>
<b>4 MÉTODO E PROCEDIMENTOS</b> .....	<b>22</b>
<b>4.1 Delineamento da pesquisa</b> .....	<b>22</b>
<b>4.2 Método psicanalítico</b> .....	<b>23</b>
<b>4.3 Contexto da pesquisa</b> .....	<b>26</b>
<b>4.4 Caracterização dos participantes</b> .....	<b>30</b>
<b>4.5 Caracterização geral dos atendimentos realizados aos participantes desta pesquisa</b>	<b>33</b>
<b>4.6 Procedimentos éticos</b> .....	<b>36</b>
<b>5 DISCUSSÃO DOS RESULTADOS</b> .....	<b>36</b>
<b>5.1 Violências nas trajetórias dos sujeitos atendidos no PAEFI: o caráter sistêmico e repetitivo das violações</b> .....	<b>37</b>
5.1.1 A violência estrutural-institucional.....	39
5.1.2 A violência intersubjetiva.....	42
5.1.3 A psicodinâmica da violência.....	44
<b>5.2 Labirintos institucionais: a intersetorialidade e a atuação ética-política no PAEFI</b> .....	<b>47</b>
5.2.1 Sobre intersetorialidade.....	48
5.2.2 O trabalho psicossocial no PAEFI: a construção do vínculo e da autonomia junto ao sujeito-usuário.....	51
<b>5.3 Aposta no PAEFI enquanto um dispositivo clínico-político</b> .....	<b>55</b>
<b>6 CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	<b>62</b>
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	<b>66</b>
<b>APÊNDICE A</b> .....	<b>75</b>
<b>APÊNDICE B</b> .....	<b>78</b>

## APRESENTAÇÃO

A proposta da presente pesquisa culminou de uma trajetória acadêmica construída na relação entre serviço público e o lugar da psicologia nesses espaços institucionais. Nos anos que estive na graduação em Psicologia na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), entrei em contato com diversas abordagens e campos de atuação onde poderia exercer a profissão que escolhi cursar. Passadas algumas disciplinas, me encontrei com uma psicologia que pensava o sujeito não como um indivíduo cindido ou descolado da materialidade histórica, mas sim enquanto um ser constituído dentro do campo social, podendo ser ele mesmo agente ativo para transformação de si e da sociedade.

A partir desse *fazer psi* que me era apresentado, o desejo por aprofundar meus estudos na interação entre subjetivo e coletivo me direcionou para onde hoje eu me encontro. Além de ser pós-graduanda no Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social e Cultural na UFSC, também me constituí ao longo dos anos enquanto ser político, participando de movimentos sociais que, em consonância com a própria luta da minha categoria, compreende a necessidade de transformar estruturalmente essa sociedade, que é uma poderosa fonte de adoecimento psíquico.

Assim, a minha constituição entre ser profissional e ser político passaram a caminhar de forma transposta. Durante a graduação aprendi sobre a história de consolidação das políticas públicas, onde estava em disputa a universalização e garantia dos direitos humanos de acesso à saúde e assistência social em contraposição à elitização dos serviços básicos.

Após compreender que a profissão na qual eu estava me formando possui muitas frentes de trabalho, procurei me envolver nos espaços onde poderia construir um saber coletivo, em comunidade e clínico ao mesmo tempo. Por isso, me aproximei das políticas sociais públicas, tendo o Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (PAEFI), como primeiro campo de pesquisa e de estágio. Não à toa, é também o campo foco desta pesquisa. O trabalho desenvolvido de forma multiprofissional no atendimento às famílias, às crianças e aos adolescentes marcados por múltiplas violências - primeiramente a perpetrada pelo Estado - suscitou em mim a possibilidade de unir esse sujeito profissional e político que me constituíam.

Portanto, conhecer uma psicologia que tem sua história entrelaçada com a luta pela garantia dos direitos humanos e que pensa e desenvolve sua prática clínica a partir de um pensamento crítico à sociedade capitalista, me trouxe um norte em meio a tantas possibilidades de atuação.

Nos últimos anos, diante do cenário político-econômico de desmonte das políticas públicas, presenciamos uma desvalorização da prática de escuta e do profissional de psicologia, além de um sucateamento e retirada de direitos da maioria da população. Diante deste cenário, a presente pesquisa busca contribuir para um *fazer psi* que encontre condições dignas de se desenvolver, que possa constantemente ser aprofundado teórica e metodologicamente para se aprimorar e construir, junto aos sujeitos usuários das políticas públicas, ferramentas que os instrumentalizem a se aproximar de emancipações subjetivas e sociais. Além disso, busco também, a partir da narrativa dos usuários sobre a experiência de ser escutado no contexto do PAEFI, compartilhar novos sentidos e possibilidades para a valorização dessa prática sob a ótica da garantia dos direitos humanos.

Na tentativa de sanar certa curiosidade sobre quais poderiam já ter sido os sentidos atribuídos por usuários às práticas da psicologia, me deparei com uma falta inquietante. Ao pesquisar no Portal Periódico da CAPES, a partir dos descritores: (usuários), (psicologia), (CREAS), encontrei poucas produções que colocassem o usuário como foco de pesquisa. Dos seis artigos em português encontrados, dois objetivavam escrever a partir da perspectiva do usuário. Porém, um deles também considerando a perspectiva dos profissionais, enquanto apenas o outro se dedicou a focar somente nos usuários. Com este último, irei dialogar mais ao longo da pesquisa.

Diante disso, me debruço nesta pesquisa com a expectativa de poder contribuir com a construção de uma psicologia social, crítica e transformadora. Uma psicologia que trabalhe a partir de uma perspectiva em que os sujeitos atendidos, ou seja, aqueles a quem nossa atuação é dirigida, sejam compreendidos enquanto um dos elos fundamentais para o desenvolvimento da própria profissão.

## 1. Introdução

A implementação de políticas públicas no nosso país foi uma conquista de movimentos sociais e setores progressistas que reivindicaram a responsabilização do Estado pela garantia dos direitos dos cidadãos. A promulgação da Constituição Federal em 1988 possibilitou um debate mais aprofundado sobre a necessidade de criação de políticas específicas de saúde, assistência social e previdência social. Essas políticas, que compõem o tripé de Seguridade Social, mesmo que sejam direitos constitucionais, ainda hoje são pautas de debates, exigem vigilância e são causa de tensionamentos políticos e econômicos.

O início dos anos 1990 e 2000 foram marcados pela construção de legislações que dispuseram sobre a criação de sistemas únicos, não contributivos, de saúde e assistência social. A fim de buscar o funcionamento na prática desses serviços, foi preciso construir diretrizes e normas, bem como estabelecer princípios e objetivos que subsidiassem a implementação dessas políticas sociais.

A política de assistência social enfrentou – e ainda enfrenta - desafios até sua consolidação final enquanto política pública. A demora em consolidá-la tem relação às barreiras burocráticas, mas principalmente ao desinteresse político. Sendo a prática social uma ação datada de pelo menos um século atrás, foi necessário caminhar para superação de concepções e paradigmas que refletiam ainda o caráter assistencialista e clientelista dessa prática (BOSCARI; SILVA, 2015).

É percebido uma demora na consolidação da política, pois, apesar de ter sido enquadrada enquanto um direito através da seguridade social em 1988, a Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS) - que dispõe sobre a universalidade dos direitos e o acesso irrestrito aos serviços socioassistenciais- foi criada somente em 1993. Aliás, só foi possível pensar de forma concreta na construção de um serviço de assistência social que abrangesse todo território atendendo a quem dele precisar apenas no início dos anos 2000, quando foi sistematizada a Política Nacional de Assistência Social (PNAS), servindo de subsídio teórico-metodológico à construção do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) (BRASIL, 2004).

A fim de colocar em prática o que foi preconizado nessas legislações foi necessário redigir e aprovar a Norma Operacional Básica (NOB). Nela se encontram as diretrizes para gestão do trabalho, com delimitações sobre as responsabilidades de cada ente federativo, organizações acerca do financiamento da política, descrição e objetivos das equipes de referências, dentre outras atribuições (BRASIL, 2011).

Outro documento que fundamenta a prática do serviço é a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais, a qual apresenta forma de organização dos programas e serviços do SUAS. Esse, por sua vez, é organizado em dois níveis de proteção social, a Proteção Social Básica e a Proteção Social Especial. O serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (PAEFI), equipamento foco desta pesquisa, é enquadrado como Proteção Social Especial e se caracteriza como serviço de apoio, orientação e acompanhamento às famílias e indivíduos em situação de ameaça de maus tratos ou violação dos direitos individuais. O PAEFI compreende atenções e orientações direcionadas à promoção de direitos, preservação e o fortalecimento de vínculos familiares, comunitários e sociais bem como o fortalecimento da função protetiva das famílias (BRASIL, 2009).

Dentro deste serviço, a equipe técnica mínima é composta por assistentes sociais, psicólogos e advogados. O papel da psicologia dentro do PAEFI, segundo documento de Referências Técnicas (CFP, 2013, p.48) é de “contribuir com a proteção social especial de famílias e/ou indivíduos tendo como foco a subjetividade e os processos psicossociais”. Em consonância, o Conselho Federal de Psicologia (2007, p. 32) indica que a “atuação dos psicólogos no SUAS deve ser fundamentada na compreensão da dimensão subjetiva dos fenômenos sociais e coletivos, sob diferentes enfoques teóricos e metodológicos, com o objetivo de problematizar e propor ações no âmbito social”.

Tais atribuições coadunam e direcionam para a atuação ética do psicólogo, conforme preconizado no Código de Ética Profissional da categoria. Nos princípios fundamentais, constata-se que o psicólogo trabalhará apoiado em valores que embasam a Declaração Universal dos Direitos Humanos e contribuirá para eliminação das formas de violência física e psíquica, atuando com responsabilidade social, pautada por uma análise crítica e histórica dos fatores políticos, econômicos, sociais e culturais que determinam as condições de vida das famílias e dos sujeitos atendidos (CFP, 2005).

Ancorados no que traz as cartilhas e a literatura científica, os profissionais devem buscar desenvolver ações e intervenções práticas que viabilizem o atendimento psicossocial aos usuários. Para isso, como pontua Panisson (2019), é fundamental considerarem uma atuação articulada com as mudanças e necessidades impostas pela realidade. Contudo, esse não é um campo sem desafios. Ao mesmo tempo que presenciam o cenário de sucateamento das políticas públicas, enfrentam a defasagem na formação acadêmica sobre a atuação de uma psicologia voltada para os contextos comunitários e institucionais, bem como a escassez de capacitações destinada aos profissionais atuantes no SUAS.



Essas considerações acerca do trabalho da psicologia em contextos de violência e vulnerabilidades psicossociais<sup>1</sup> demonstram a necessidade de se sustentar o desenvolvimento de um fazer psicossocial inspirado em uma acepção clínica-política, ancorada em pilares éticos e comprometidos com as transformações sociais: éticos devido à necessidade de produzir, no encontro com um sujeito violentado e traumatizado, uma escuta que o possibilite reencontrar-se no laço social e resgatar sua dimensão desejante; e políticos, pois a escuta é, ao mesmo tempo, sensível às dores e sofrimentos do sujeito, e diretamente atravessada pelas relações de segregação e opressões presentes na sociedade (GOMES, 2021).

Segundo Rosa (2018), essas relações de opressão e submissão características do sistema capitalista, levam esses sujeitos historicamente excluídos do laço social a um desamparo discursivo. Em uma relação dialética, esse desamparo produz e é produzido pelo silenciamento do sujeito, perpetrado pelo discurso dominante que impera no laço social, que desubjetiva alguns corpos na sociedade a depender de suas condições de raça, classe, etnia, gênero, território e outros marcadores sociais.

Diante desse cenário, como afirmam Broide e Broide (2016), o trabalho da psicologia no encontro com esses sujeitos deve ser o de “cavar” espaços, com objetivo de possibilitar que essas narrativas historicamente excluídas, silenciadas e deslegitimadas emergam e possam ser compreendidas pelo próprio sujeito que fala, como uma alavanca que os impulse a ocupar um novo lugar: o lugar do discurso, do falar e ser escutado.

Nesse sentido, relacionado a questão do desamparo também se encontra o conceito de sofrimento sociopolítico (ROSA, 2018; 2022) que diz respeito às dores e exclusões causadas pela dinâmica do modo de produção da sociedade capitalista; ou seja, todo sofrimento psíquico é também sociopolítico, já que não é possível dissociar a noção do sujeito singular do laço social a qual é constituído e emaranhado.

Diante disso, é justamente por essa via que a presente pesquisa tem por intuito escutar, de forma ética-política, a narrativa desses sujeitos, a fim de produzir um conhecimento científico acerca do trabalho da psicologia no campo socioassistencial, a partir do discurso de quem é diretamente afetado pela prática desses profissionais. Para tanto, a pergunta que embasa esta pesquisa é: De que forma os sujeitos atendidos no PAEFI significam o trabalho dos psicólogos no serviço?

---

<sup>1</sup> Por “psicossocial” compreende-se a relação dialética entre os processos subjetivos e materiais, psicológicos e sociais. A partir disso, “vulnerabilidade psicossocial” corresponde aos impactos subjetivos ocasionados, intrinsecamente, pelas injustiças sociais (GOMES, 2023).

## 1.1 Apontamentos breves sobre uma revisão de literatura

Para a construção de um panorama geral sobre a produção científica brasileira acerca do tema que compõe esta pesquisa, realizou-se uma breve revisão de literatura sistemática na base de dados Portal de Periódicos CAPES, utilizando os seguintes descritores (usuários), (psicologia) e (CREAS). Uma busca com os mesmos descritores foi realizada na Plataforma *Scielo*, porém se obteve apenas um resultado, sendo que esse também se fez presente na pesquisa do Portal Periódico Capes. Os rastreamentos foram realizados em dezembro de 2023 e como resultado emergiram oito artigos. Um deles em língua estrangeira- o qual não será considerado para esta pesquisa -, e o outro está configurado na estrutura textual de Resenha, a qual também ficará de fora dessa análise.

Assim, optou-se por dois critérios de inclusão para essa breve revisão de literatura: 1) seja uma produção científica brasileira; 2) seja enquadrado na estrutura de um artigo científico. Portanto, no total considerou-se seis artigos. Por ora, dedicar-se-á a uma escrita sucinta sobre as pesquisas encontradas, com intuito apenas de localizar o leitor acerca de parte do universo científico sobre o tema e perspectivas teórico-metodológicas já elaboradas.

Essa busca possibilitou o mapeamento geral das perspectivas teóricas e metodológicas utilizadas para o estudo da atuação da psicologia nas políticas socioassistenciais. Fator esse que contribui para construção de uma nova pesquisa que não esteja apartada do que se tem debatido sobre o tema, mas também aberta para incrementar novas perspectivas e discussões, principalmente no que tange ao direcionamento do público buscado para embasar a análise de dados. Nesse presente caso, o público buscado serão os usuários.

As seis pesquisas inclusas foram escritas entre os anos de 2018 e 2022, revelando que as pesquisas têm se debruçado sobre estes temas muito recentemente. São elas: O CREAS/PAEFI Na Perspectiva De Mulheres Vítimas De Violência E Profissionais: Uma Análise A Partir Da Teoria Bioecológica Do Desenvolvimento Humano, por Rosa e Nascimento (2018); Trabalho E Sofrimento: Desafios Da Saúde Mental De Profissionais Da Assistência Social, escrito por Silva, Vasconcellos e Figueiredo (2018); Atendimento A Mulheres Em Situação De Violência: A Experiência De Profissionais De Um CREAS, escrita por Incerpe e Cury (2020); A Práxis Do Psicólogo No Contexto Da Assistência Social, por Duarte e Areosa (2020); Vinculação E Participação No PAEFI/CREAS Na Perspectiva Dos Usuários, escrita por Panisson, Gesser e Gomes (2022); Política De Assistência Social, Compromisso Social E Pandemia De Covid-19: (Re)Fazendo Práticas No CREAS, por Leite, e Brandão (2023).

O artigo repetido tanto no Portal Periódico CAPES e Plataforma Scielo foi: Trabalho E Sofrimento: Desafios Da Saúde Mental De Profissionais Da Assistência Social, escrito por Silva, Vasconcellos e Figueiredo (2018).

Abaixo na Tabela 1 é possível visualizar os autores e anos de publicação, o título e período de publicação de cada artigo, objetivos e a perspectiva teórico-metodológica adotada em cada um destes trabalhos:

**Tabela 1: Principais dados coletados na revisão de literatura desta pesquisa de mestrado:**

ANO PUB.	AUTORES	TÍTULO	PERIÓDICO	OBJETIVO	ASPECTOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS
2018	ROSA E NASCIMENTO	O CREAM PAEFI NA PERSPECTIVA DE MULHERES VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA E PROFISSIONAIS: UMA ANÁLISE A PARTIR DA TEORIA BIOECOLÓGICA DO DESENVOLVIMENTO HUMANO	PSICOLOGIA EM REVISTA	INVESTIGAR SE O PAEFICREAS DE UM MUNICÍPIO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, COMPUNHA A REDE DE APOIO SOCIAL E AFETIVA DE MULHERES VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA POR SEUS COMPANHEIROS.	PESQUISA QUALITATIVA; ENTREVISTAS COM 10 USUÁRIAS E 6 PROFISSIONAIS; ANÁLISE DE CONTEÚDO; PERSPECTIVA TEÓRICA BIOECOLÓGICA DO DESENVOLVIMENTO HUMANO
2018	SILVA, VASCONCELLOS E FIGUEIREDO	TRABALHO E SOFRIMENTO: DESAFIOS DA SAÚDE MENTAL DE PROFISSIONAIS DA ASSISTÊNCIA SOCIAL	PSICOLOGIA ESTUDOS	INVESTIGAR A SAÚDE MENTAL DA EQUIPE DE FUNCIONÁRIOS DO CREAMS DE CORUMBÁ-MS, EM 2014	PESQUISA QUALITATIVA; ENTREVISTA COM 10 PROFISSIONAIS; PERSPECTIVA DA PSICODINÂMICA DO TRABALHO
2020	INCERPE E CURY	ATENDIMENTO A MULHERES EM SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA: A EXPERIÊNCIA DE PROFISSIONAIS DE UM CREAMS	ESTUDOS E PESQUISA EM PSICOLOGIA	COMPREENDER A EXPERIÊNCIA DE PROFISSIONAIS NO ATENDIMENTO A MULHERES EM SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA EM UM CREAMS	PESQUISA QUALITATIVA; ENTREVISTA COM 2 PSICÓLOGAS E 4 ASSISTENTES SOCIAIS; PERSPECTIVA FENOMENOLÓGICA
2020	DUARTE E AREOSA	A PRÁXIS DO PSICÓLOGO NO CONTEXTO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL	REVISTA PSICOLOGIA, DIVERSIDADE E SAÚDE	REFLETIR SOBRE A ATUAÇÃO DO PSICÓLOGO NO SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (SUAS)	PESQUISA QUALITATIVA; ENTREVISTAS SEMIESTRUTURADAS COM 9 PSICÓLOGOS; ANÁLISE DE CONTEÚDO DE BARDIN
2022	PANISSON, GESSER E GOMES	VINCULAÇÃO E PARTICIPAÇÃO NO PAEFI/CREAS NA PERSPECTIVA DOS USUÁRIOS	ESTUDOS E PESQUISA EM PSICOLOGIA	INVESTIGAR O PROCESSO DE VINCULAÇÃO JUNTO AO PAEFI, BUSCANDO COMPREENDER OS SENTIDOS ATRIBUÍDOS PELOS USUÁRIOS ACERCA DE SUA INSERÇÃO E PARTICIPAÇÃO NESSE ESPAÇO	PESQUISA QUALITATIVA; ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA COM 9 USUÁRIOS; PERSPECTIVA PSICOLOGIA HISTÓRICO-CULTURAL
2023	LEITE, SERAFIM E BRANDÃO	POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, COMPROMISSO SOCIAL E PANDEMIA DE COVID-19: (RE)FAZENDO PRÁTICAS NO CREAMS	REVISTA DE PSICOLOGIA	ANALISAR E DISCUTIR AS ESTRATÉGIAS DESENVOLVIDAS POR PSICÓLOGAS E PSICÓLOGOS ATUANTES EM CREAMS DA MESORREGIÃO NORTE DO ESTADO DE MINAS GERAIS, EM 2020	PESQUISA QUALI-QUANTI; ENTREVISTA COM 19 PSICÓLOGOS;

Diante dos objetivos, percebe-se temas centrais levantados entre os artigos. São eles: saúde mental dos profissionais e trabalhadores (1); trabalho intersetorial e multiprofissional (1); ferramentas e estratégias dos profissionais para lidarem com o trabalho junto a pessoas em situação de violência (3); relação de vinculação entre profissional e usuário (1).

Diante disso, se constata que todos os artigos tiveram como intenção refletir sobre a atuação dos profissionais seja da psicologia e/ou do serviço social no CREAMS, bem como seus impactos na vida dos usuários. Todos eles se configuram como pesquisas qualitativas que utilizam a entrevista (aberta ou semiestruturada) como principal ferramenta de coleta de dados; assim como a análise dos dados se debruçou por diferentes formas procedimentais a depender

da perspectiva teórica adotada (Modelo Bioecológico do Desenvolvimento Humano; Psicodinâmica do Trabalho; Fenomenologia e Psicologia Histórico-Cultural). A predominância de estudos qualitativos, descritivos e exploratórios, revela uma busca por compreensões e reflexões mais aprofundadas e contextuais, que busquem alcançar a complexidade e sutilezas da realidade social do trabalho desenvolvido no CREAS- algo dificilmente de ser alcançado em estudos quantitativos.

A partir da tabela é possível afirmar que, além dos estudos em relação ao PAEFI serem escassos, é também verdade que mais escassos ainda são aqueles que têm como objetivo a análise de dados através das perspectivas dos usuários do serviço. Apenas nos trabalhos de Rosa e Nascimento (2018) e Panisson, Gesser e Gomes (2022) constata-se a presença de entrevistas com usuários, sendo somente a segunda, dedicada exclusivamente aqueles que são atendidos pelas políticas públicas. Esse é um ponto interessante de se atentar, pois também em outras literaturas, que não apareceram no Portal de Periódico CAPES com os descritores utilizados, nota-se a presença massiva de entrevistas com os profissionais, sendo os usuários pouco escutados nesse processo de análise sobre esse importante trabalho da psicologia no contexto socioassistencial.

Em termos de conclusões, pode-se sintetizar que os estudos convergem para as seguintes constatações: a importância dos profissionais assumirem um posicionamento e uma atuação crítica pautada no direcionamento da garantia dos direitos; que o trabalho deve ser pautado em uma mudança no curso das dinâmicas de violências vivenciadas pelos sujeitos, além da necessidade de aprimoramento e investimento das/nas políticas públicas; a percepção de que muitos profissionais ainda se deparam com desafios no trabalho, com dúvidas sobre as funções exercidas pelo psicólogo e pelo assistente social; o tensionamento em relação às grandes demandas de trabalho e os impactos que isso acarretam na saúde mental do trabalhadores; a criatividade que precisam construir para poderem dar continuidade a um trabalho que é desvalorizado e precarizado pelo Estado.

Assim, percebe-se que não é possível falar sobre as potencialidades do serviço e da atuação sem falar sobre os desafios e enfrentamentos do e no mesmo. Ao longo da presente pesquisa, será construída uma defesa teórica-metodológica em torno do trabalho da psicologia nesses espaços, que só será possível de ser reafirmada porque os sujeitos chave dessa discussão serão aqueles afetados pelo trabalho desenvolvido – os sujeitos/usuários - e não apenas aqueles que o desenvolvem – os profissionais. Tal diferença de perspectiva é determinante para construção e transformação de um espaço de política pública, onde seu funcionamento está

diretamente atrelado à relação estabelecida entre os principais agentes do trabalho, qual seja, profissional e usuário. Essa afirmação é feita considerando como plano de fundo um Estado intencionalmente ausente nas proposições e encaminhamentos de melhorias da vida objetiva e subjetiva da população.

## **2. Objetivos**

### **2.1 Objetivo geral:**

- Analisar como os sujeitos atendidos significam o trabalho dos profissionais de psicologia no serviço PAEFI.

### **2.2 Objetivos específicos:**

- Caracterizar quem são os sujeitos atendidos pelo PAEFI;
- Identificar os efeitos subjetivos da escuta dos psicólogos nos usuários do PAEFI;
- Investigar a relação entre a atuação da psicologia e a implicação do sujeito no processo de acompanhamento psicossocial do PAEFI.

## **3. Fundamentação teórica:**

### **3.1 Psicologia no SUAS**

Segundo a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais, o Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (PAEFI), foco de análise dessa dissertação, possui um papel fundamental dentro do CREAS, pois tem o dever de cumprir ações de apoio, acompanhamento e orientações visando

à promoção de direitos, a preservação e o fortalecimento de vínculos familiares, comunitários e sociais e o fortalecimento da função protetiva das famílias diante do conjunto de condições que as vulnerabilizam e/ou as submetem a situações de risco pessoal e social (BRASIL, 2011, p.29).

Além disso, é papel não somente do PAEFI, mas do CREAS de modo geral, de se efetivar enquanto um dos equipamentos responsáveis pela garantia da segurança das vidas historicamente sujeitas a maiores violações (BRASIL, 2011). Entretanto, esse papel não encontra na realidade um território livre de paradoxos e contradições.

Uma dessas contradições pode ser exemplificada pela não equivalência entre a abrangência da responsabilidade do serviço e o financiamento necessário para sua efetivação. Segundo Delgado et al. (2022), nos últimos anos tem ocorrido um fenômeno de

desfinanciamento da assistência social mesmo com o aumento da demanda da população pelos serviços socioassistenciais. Esse descaso atinge diretamente: os equipamentos, no que diz respeito à insuficiência dos recursos ofertados; os profissionais, em relação às precárias condições para desenvolvimento integral do trabalho e os usuários, principais afetados e quem sofre os maiores efeitos de toda essa insuficiência.

Esse cenário de desmonte das políticas públicas de assistência social, vinculadas a um projeto de submissão dos sujeitos à desigualdade estrutural do país, tem consequências na relação entre profissionais e usuários quando estes acessam os serviços. Nesse contexto de precarização, a expectativa de encontrar no SUAS o acolhimento e a resolução das demandas é frustrada e acaba por atualizar no usuário um ciclo de violências recorrentemente associadas à vivência de desamparo. Esse ponto é um exemplo da posição paradoxal onde se encontra o Estado Brasileiro, ele próprio acaba por ser, recorrentemente, o principal agente causador dessas violações de direitos (GOMES *et al.*, 2019).

Importante ressaltar que nos últimos anos, principalmente entre 2017 e 2022, em que o Brasil se encontrou, majoritariamente, sob o governo de políticos reacionários e de setores conservadores, cresceram os números de iniciativas público-privadas, como as Organizações Sociais, instituições filantrópicas e ONG's. O interesse desse programa política aponta diretamente para a retomada do caráter assistencialista e de caridade da prática de assistência social.

Esse descaso perpetrado pelo Estado, através da falta e/ou desvio de investimento e descumprimento das normas e diretrizes mínimas previstas na legislação, reforça uma política subserviente aos interesses das camadas mais ricas da população, atendendo aos interesses do regime político-econômico capitalista que se estrutura a partir das desigualdades sociais e crises econômicas.

Em meio a esse cenário contraditório que os profissionais da assistência social encontram um dos maiores desafios enquanto servidores públicos. Não basta estarem em processo constante de aprimoramento de suas teorias, técnicas e metodologias para exercer o trabalho junto a pessoas em situação de vulnerabilidade psicossocial; o cotidiano do trabalho exige que esses profissionais lidem diariamente com adversidades impostas a eles, como a falta de estrutura e equipamentos, bem como a sobrecarga de trabalho. Tais exigências, de procura por saídas emergentes, exigem dos profissionais um elevado investimento cognitivo e emocional, o que a longo prazo acaba por acarretar, sobretudo, no aumento do adoecimento e sofrimento psíquico na equipe (SILVA; VASCONCELLOS; FIGUEIREDO, 2018).

Ainda, mesmo em meio a essas condições instáveis e as diversas faltas relatadas, como a falta de um Estado protetivo, falta de investimentos financeiro, falta de condições básicas de trabalho, falta recursos humanos, falta de instrumentos de intervenções, dentre tantas outras faltas, os profissionais permanecem insistindo em fazer desse espaço vazio um lugar de resistência (GOMES *et.al.*, 2019). E em uma relação dialética, a partir dessas faltas, vão forjando novas ferramentas, novos saberes e fazeres para o dia a dia do trabalho.

No que diz respeito a categoria da psicologia, para permanecer atuando no campo socioassistencial, precisou se fortalecer enquanto profissão e ciência para além dos muros de seu *setting* tradicional, sendo capaz de assumir novos contextos permeados por atravessamentos sociais, políticos, econômicos e culturais. Para Florentino e Melo (2017), ressignificar a prática da psicologia, não corresponde em negar ou substituir a história do conhecimento já produzido, mas passa, necessariamente, por desconstruir certos conceitos já cristalizados e enraizados pela profissão durante os anos.

Yamamoto e Oliveira (2010, p.21) apontam que o trabalho junto a pessoas em situação de pobreza exige que os psicólogos atuem em vistas de não apenas adequar os conhecimentos teóricos, técnico e metodológicos já existentes, mas sim, de criar novos conhecimentos, além de promover “uma mudança na postura que marca historicamente sua atuação”. Assim, a inserção da psicologia nesse contexto, por provocar inquietações nos profissionais e na comunidade envolvida, acarretou grandes mudanças nos paradigmas historicamente construídos tanto da Psicologia como ciência e profissão quanto no âmbito da própria política (CFP, 2013).

No âmbito da Psicologia, por retirar dela o peso histórico de ser uma profissão calcada, hegemonicamente, em uma ciência positivista, reducionista e experimental (SILVA; CORGOZINHO, 2011). Para isso, foi necessário abrir esse caminho e comprovar a possibilidade de outros saberes teóricos, metodológicos e epistemológicos implicados, de maneira geral, à vida social e política. Em relação à política social, pois passa a considerar que o mesmo sujeito detentor de direitos é também um sujeito possuidor de sentimentos, afetos, medos e desejos.

A legitimidade dessa perspectiva influencia no debate sobre a substituição de uma atuação assistencialista e clientelista pela defesa de um fazer pautado nos direitos humanos e na seguridade social. Trata-se de atuar tanto na dimensão do sujeito de direitos quanto de desejo, no âmbito político e psicológico, conferindo ao trabalho realizado no PAEFI uma perspectiva clínica e política (PANISSON; GOMES; GESSER, 2023).



A efetivação da psicologia no trabalho junto à assistência social demonstra um reconhecimento sobre as relevantes contribuições que a profissão tem para o contexto desse serviço. Evidencia ainda, conforme reitera Florentino e Melo (2017, p.10), que o Estado brasileiro assume a utilidade dos conhecimentos e saberes da psicologia para “amenizar determinadas formas de exclusão, além de evitar a cronificação dos quadros de vulnerabilidade e risco social”.

No entanto, aqui não se trata de uma psicologia generalizada, mas sim de uma psicologia que se dedica a olhar criticamente a realidade, levando em consideração que a “constituição subjetiva dos sujeitos se processa concomitantemente com o problemático encontro com o campo social” (ROSA, 2018, p.24). Assim, partindo da prerrogativa de que a concepção de sujeito adotada é a linha com que o profissional tece sua atuação, é possível forjar um psicólogo que assuma também sua função social e política para atuar em vias da transformação social, subjetiva e política da sociedade.

Mas, quem é esse sujeito permeado por esse problemático encontro com o campo social? Para a perspectiva psicanalítica freud-lacanianiana, todos estão inseridos no problemático encontro do sujeito com o discurso, portanto, todos são passíveis de estarem permeados por esse encontro conflitante do campo social. Porém, como destaca Rosa (2018, p.29), a “face mais mortífera desse laço” recai sobre a parcela da população que sofre de modo desigual e parcial a incidência das violências. Aqui, a autora explicita que o caráter de classe é parte determinante para análise das relações e constituição dos sujeitos, não sendo possível cindir, como antes destacado, psíquico e social, clínica e política.

Nesse sentido, serão esses sujeitos que, em um dado momento, por motivos singulares e sociais, terão maiores chances de poder vir a ser encaminhados a instituições públicas, passando a ser intitulados como “usuário do serviço”. Segundo Rodrigues (2016, p. 235), esse termo “usuário” faz referência ao sujeito que possui um direito em uso. O que se pretende, neste momento, é levantar indagações sobre essa posição de “usuário” de algo e se a ressignificação desse termo – “usuário” – pode ou não inferir nos rumos da experiência desses sujeitos no serviço, conseqüentemente, tanto na sua compreensão em relação ao trabalho da psicologia no PAEFI, quanto na visão que os próprios profissionais têm desses. O intuito dessa reflexão não é propor uma mudança na maneira de nomeá-lo, mas sim, de fazer uma provocação no sentido

de questionar os possíveis efeitos que esse *status* gera no sujeito, no profissional e na relação transferencial<sup>2</sup> entre ambos.

De início é importante demarcar que os usuários do PAEFI são em sua maioria crianças, adolescentes e mulheres em condições de pobreza material e afetiva, que chegam ao serviço podendo estar acompanhada de familiares e responsáveis. Os profissionais, ao recebê-los, depara-se não apenas com uma pessoa que, por estar ali, já se pressupõe ter vivenciado algum tipo de violência; depara-se com isso e com muitos outros elementos que constituem esse sujeito violado. Como aponta Rodrigues (2016, p.258), os casos que chegam “frequentemente estampam o limite de um insuportável”, mesmo que os sujeitos em si não demonstrem e/ou percebam tal urgência.

No campo subjetivo, a demanda chega imbuída de queixas, angústias e sofrimentos retraídos; já no campo objetivo, a demanda chega pela “cesta vazia”. E é desse lugar de exclusão do laço social que esses sujeitos falam, sentem e demandam. Assim, como definem Dias, Chaves e Kyrillos (2017), o sujeito de direitos e desejos emergem do mesmo lugar, e é por isso que tomá-lo apenas como alguém demandante de condições somente objetivas ou subjetivas, torna-se um equívoco.

Rodrigues (2016, p.243) aprofunda nessa tese ao fazer um paralelo proposto pelas autoras argentinas Guerra e Martins, em que considera o desejo (inconsciente) e o direito (política) como “direito e avesso da mesma fita com a qual o sujeito produz o laço social [...] e que uma mudança provocada em um dos lados reverbera no outro, produzindo modificações que podem favorecer a consolidação de novas posições diante da vida”. A partir disso, a autora ainda coloca uma questão muito pertinente: como trabalhar com o sujeito de desejos em um lugar onde predomina o discurso do sujeito de direitos?

Assim, caminhando um pouco mais nessa proposta de reflexão sobre a postura internalizada por esse sujeito, é fundamental que esses se proponham a assumir uma posição ativa, de construção do seu próprio processo psicossocial junto aos profissionais. Pois, como alerta Rosa (2018, p.35), o fluxo “padrão” desse caminho seria abster-se e aderir ao discurso que lhe é dado ou imposto, já que “certos discursos sociais se travestem de discurso do Outro<sup>3</sup> para obturar a polissemia do significante e impor sua verdade ao sujeito”.

---

<sup>2</sup> Transferência é um dos conceitos freudianos pilares da teoria psicanalítica. Sua definição será abordada no capítulo abaixo.

<sup>3</sup> Lacan (1964/2008), no Seminário 11, define que o “Outro é o lugar em que se situa a cadeia do significante que comanda tudo que vai poder presentificar-se do sujeito, é o campo desse vivo onde o sujeito tem de aparecer” (p.200-4). Em outras palavras, o Outro não corresponde necessariamente a uma outra pessoa, mas a um lugar simbólico onde o saber é parte estruturante.

Nesses casos, como resultado, emerge o silenciamento e a ausência da narrativa do sujeito, jogando-o cada vez mais para as bordas da sociedade. Por isso, realizar um movimento para retirar-se dessa dinâmica instituída, de sair da margem e assumir um lugar de protagonista, é também mexer com a lógica hegemônica de funcionamento do discurso no laço social. Para inverter essa lógica já cristalizada, é preciso que o sujeito se implique nessa transformação. Só assim será possível entrar em cena o chamado “sujeito social”, que aos poucos vai tomando o lugar do usuário passivo e desimplicado (DIAS; CHAVES; KYRILLOS, 2017; FLORENTINO; MELO, 2018).

Posto isso, percebe-se que o usuário possui uma responsabilidade crucial nesse processo de surgimento do sujeito social. Mas, é ele o único responsável? Pode o sujeito elaborar sozinho sobre a importância dessa transformação? Não teria a psicologia um papel importante no processo de implicação do usuário nos atendimentos psicossociais do PAEFI, auxiliando-o na elaboração das situações de violência e busca por novas saídas? Pela perspectiva adotada por esta pesquisadora, aqui está o ponto preciso para o debate acerca do trabalho desenvolvido pela psicologia no PAEFI e seus possíveis efeitos nos sujeitos-usuários deste serviço.

### **3.2 A ética na escuta dos sujeitos nos contextos institucionais: contribuições da psicanálise.**

Segundo Broide e Broide (2016), é fundamental para o trabalho no campo social, que o profissional saiba diferenciar para quem oferta sua escuta e seu trabalho: se para o usuário ou para quem o encaminhou ao serviço – Conselho Tutelar, órgãos jurídicos, entre outros. Essa diferenciação se faz necessária para que o profissional não assuma uma posição polícial e de busca por culpados, evitando incorrer ao erro de atuar visando a tutela, a disciplina e a obediência à burocracia, ao invés de atuar pela via de uma análise e escuta sensível e atenta ao sujeito em sofrimento sociopolítico.

Essas reflexões encontram convergência com as cartilhas da política, a qual caracteriza que a especificidade da atuação da psicologia dentro do PAEFI exige que

a(o) psicóloga(o) saia do lugar de identificação de “problemas”, de culpabilização ou busca de responsáveis, para o lugar de viabilizadores de espaços criativos e geradores de alternativas individuais e coletivas na perspectiva da superação das situações de violação (CFP, 2013, p. 60).

Essa abertura de espaço é o que caracteriza o fazer clínico<sup>4</sup> nas práticas sociais e contextos institucionais. Ainda hoje, há autores que questionam a presença do fazer clínico nas políticas públicas socioassistenciais e sua viabilidade no trabalho com pessoas pobres e em vulnerabilidade psicossocial. Em geral, são autores e trabalhos que confundem e igualam como sinônimos a clínica, com a psicoterapia e com o espaço do consultório. Porém, desde o ano de 1918, Freud defendeu uma psicanálise inserida no tecido social, servindo de suporte às pessoas no pós-guerra através do atendimento em clínicas sociais (DANTO, 2019). Isso comprova que a psicanálise enquanto epistemologia não teve seus pilares consolidados somente através do tratamento com a elite e no âmbito do consultório privado, como muito se prega.

Há alguns exemplos que abarcam diferentes concepções sobre o fazer clínico nas políticas públicas, com sujeitos excluídos do laço social. Um deles é o conceito de clínica ampliada, desenvolvida primeiramente a partir do Sistema Único de Saúde (SUS) e que demarca uma transformação no modo de enxergar o sujeito, a fim de garantir uma assistência integral à saúde. Segundo Ribeiro e Goto (2012), esse modelo permite vislumbrar novas perspectivas de compreensão do fazer clínico, pautada não apenas nos processos orgânicos e subjetivos do sujeito, mas também na sua realidade material, cultural e social, onde uma não é passível de ser analisada sem a outra.

O outro exemplo é o método nomeado por Rosa (2018) de *intervenções psicanalíticas clínico-políticas*. Esse configura-se enquanto um campo epistemológico ético e político, que considera “as especificidades dos sujeitos e as vicissitudes de suas demandas em contexto de exclusão e violência” (ROSA, 2018, p. 31).

A prática clínica deve ser suportada pelo posicionamento ético-político daquele que escuta. Essa perspectiva do caráter ético-político da escuta é desenvolvida por Alencar (2011), que ressalta tanto a alienação do sujeito situado nas margens do laço social, quanto o impasse ético-político do psicanalista frente a cena política que gera a desigualdade social.

Diante disso, frente à cena do encontro do desamparo de quem fala e das inquietações que este suscita no profissional da psicologia- aquele que escuta-, faz-se importante, portanto, a aposta em uma escuta que parta de uma análise crítica da sociedade vinculada à ética

---

<sup>4</sup> A concepção de clínica será melhor desenvolvida ao longo desta pesquisa; por ora, cabe assinalar que a clínica é entendida aqui como um método de trabalho e não como um espaço (consultório) ou como uma determinada modalidade de terapia (psicoterapia). Trata-se de um posicionamento ético-político de escuta da singularidade do sujeito. Esta pesquisa, contará com o conceito de dispositivo clínico-político para fundamentar o que se está formulando de uma possível clínica no espaço do PAEFI (ROSA, 2002; 2018; GOMES; 2023).

profissional e a construção de um vínculo com o sujeito. Segundo Gomes et. al (2019, pp. 62-63), é necessário apostar em uma escuta que

busca dar espaço para que o circuito pulsional possa ser verbalizado, uma escuta que, inversamente a uma postura moralista e aconselhadora, atua tendo o não sabido como eixo estruturante de seu manejo, permitindo ao sujeito falar de si da forma mais livre e genuína possível, possibilitando a queda de alguns imperativos sintomáticos e criando aberturas para a emergência do desejo.

Tal afirmação tem como referência as contribuições desenvolvidas pelos psicanalistas Broide e Broide sobre as implicações do ato clínico de escutar. Guiados pela metodologia freudiana, os autores defendem que a escuta, estabelecida através da transferência, é o que possibilita a elaboração psíquica dos conflitos vivenciados e o direcionamento do sujeito para o caminho do desejo à vida (BROIDE; BROIDE, 2016).

Por transferência compreende-se um efeito do inconsciente que se dirige ao Outro, nesse caso ao psicanalista<sup>5</sup>, atualizando as primeiras inscrições psíquicas e padrões antigos, afetivos e relacionais, a uma nova pessoa (FREUD, 1912/2010). Partindo disso, o sujeito atribui a essa nova pessoa – psicanalista – o lugar de “sujeito suposto saber” (LACAN, 1967-68/2003), repetindo a mesma lógica na qual se constitui psiquicamente, através de seus laços sociais. Porém, sendo o papel ético do profissional psicanalista não assumir esse lugar simbólico ao qual o sujeito o coloca, a não resposta imediata àquilo que o sujeito aparenta desejar, direciona o profissional a escutar para além do que é dito, assumindo o lugar do não-saber, fazendo operar questionamentos, aberturas e novos devires nos processos de subjetivação do sujeito.

Se a transferência é o que se cria a partir de uma fala endereçada a alguém (LANIUS, 2021); se o analista não assume esse lugar de “sujeito suposto saber” na trama relacional analista-analisante/profissional-usuário, deixando que a singularidade do sujeito se sobressaia e seja ela o demonstrador da verdade desse sujeito, então, pode-se dizer que somente a partir da transferência é possível que o sujeito comece a se deparar com a possibilidade de romper com a lógica de submissão psíquica ao desejo do Outro. Como diz Bezerra e Rinaldi (2009, p. 352) “isto implica inverter a noção aterradora de localizar no Outro a totalidade do saber”.

Assim, como forma de trabalhar com essa escuta a partir da relação transferencial, os referidos autores desenvolvem uma metodologia, a qual tem como base buscar os fios que amarram o sujeito à vida. A isso eles chamam de ancoragens. (BROIDE; BROIDE, 2016). Essa metodologia consiste em, através da escuta, localizar os fios que se entrelaçam e tecem pela/a

---

<sup>5</sup> Nesse caso do trabalho nas políticas públicas, também pode ser lido como profissionais de modo geral, não apenas psicólogos psicanalistas.

vida psíquica e social do sujeito. Nesse momento, é possível observar novamente que o sujeito, ao se propor a falar livremente em um espaço seguro, consolidado através da transferência entre ele e o profissional que lhe escuta, ele se aproxima de elaborações e reflexões cada vez mais complexas que poderão lhe direcionar à saída desse sofrimento e situação de violência.

Para tanto, Broide e Broide (2016, p.42) discorrem sobre a escuta enquanto um dispositivo clínico-político, entendendo dispositivo, a partir de Deleuze, como “uma máquina de fazer ver e fazer falar”. Assim, esses elementos criam uma ferramenta para encontrar fissuras e brechas na lógica do discurso, para assim criar aberturas que permitam o sujeito falar e se compreender enquanto sujeito de direitos e desejos, a partir justamente dessa relação transferencial com o psicólogo.

Entretanto, assim como o associar livremente exige um esforço daquele que fala, a escuta também encontra entraves. Sendo assim, alguns elementos do impasse ético-político de quem escuta uma narrativa de sofrimento sociopolítico fruto da violação dos direitos humanos encontram-se na ordem de resistência dos profissionais.

Essa resistência é elaborada por Rosa (2018, p.48) como sendo uma resistência de classe social. Ou seja, o psicólogo pode estar “implicado nas normativas e nos interesses de classe de seu grupo social, o que pode ser um impeditivo da escuta clínica”. Essa hipótese corrobora com a defesa de Dimenstein (2000, p.111) de que as diferenças de classe e cultura criam um distanciamento entre profissionais e usuários, acarretando “intervenções e estratégias de ação descontextualizadas”.

Rosa (2018) elenca dois possíveis problemas que podem ser ocasionados por essa resistência: o primeiro é o de responsabilizar o sujeito pela condição de vulnerabilidade psicossocial e de violência que se encontra e, o segundo, é o de vitimizar o sujeito, o que acaba por entrar seu reconhecimento enquanto sujeito desejante. Dito isso, vê-se que não é possível o psicanalista sair ileso nem isento dessa relação, sendo necessário seu posicionamento ético e político para continuidade e efetivação dessa escuta (ROSA, 2018). Porque se isso não for feito, diante da possibilidade de se entrar em contato com suas angústias e anseios, “a tendência é puxar rapidamente a cortina e fechar a brecha que desvela o mal-estar no laço social” (RODRIGUES, 2016, p.258).

Portanto, se faz necessário que o profissional atue de forma a garantir um espaço, partindo da sua própria postura ética, para esses sujeitos falarem e serem escutados, a partir do direcionamento de um trabalho clínico-político, o qual

supõe que o manejo da transferência possa permitir ao sujeito construir estratégias novas de existência sem necessidade de atuar e de repetir a exclusão que sofreu. Abandonar a repetição possibilita ao sujeito se posicionar frente ao que lhe é oferecido socialmente, para tornar possível outra posição no laço (SEINCMAN; ROSA, 2021, p.12).

A partir disso, como pontua Rosa (2018, p. 22), o atendimento clínico deve trabalhar em vias de permitir a esse sujeito que se depare com o “desejo que o causa, desejo esse inserido e significado no campo do jogo relacional e suas determinantes históricas, culturais e políticas”. Diante do exposto, percebe-se a importância de haver uma escuta clínica-política à disposição das pessoas que vivenciam diversas formas de violação de direitos e violências, especialmente aquelas perpetradas pelo Estado Brasileiro. Esses sujeitos são os mesmos que são vestidos pelas consequências históricas, sociais, políticas, econômicas e culturais de uma sociedade que, ainda atualmente, perpetua heranças coloniais, que promovem e agravam a exclusão social. Assim, o público-alvo da pobreza e da violência são esses atores marcados psicologicamente pelos desamparos sociais e discursivos, intrínsecos a esse lugar de opressão.

#### **4. Método e procedimentos:**

##### **4.1 Delineamento de pesquisa:**

Esta pesquisa é atrelada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e vincula-se à área de concentração de Psicologia Social e Cultura, a qual possui como foco práticas sociais e culturais em diferentes contextos e condições sociais, políticas e econômicas. A linha de pesquisa é nomeada como “Psicanálise, Política e Cultura”, a qual concentra estudos embasados na ética e no método da psicanálise, considerando, dentre outras articulações, direitos humanos, política e psicanálise nas instituições.

Este estudo configura-se como delineamento qualitativo, pois visa observar, refletir e interpretar a realidade ou fenômeno, a partir das representações individuais ou coletivas atribuídas pelas pessoas (PINTO, 2004; TURATO, 2005). Seu caráter é descritivo e exploratório, sendo que essa combinação é comumente utilizada por pesquisadores que se propõem a provocar reflexões e instigar mudanças acerca da atuação prática dos profissionais, principalmente no campo social (GIL, 2010). Assim, enquanto o caráter descritivo de uma pesquisa busca caracterizar uma população ou fenômeno, ou ainda, estabelecer relações entre variáveis, com intuito de realizar o levantamento de opiniões, atitudes e crenças de um grupo, o caráter exploratório tem por objetivo descrever esse determinado fenômeno, a fim de

aprimorar ideias e aprofundar os conhecimentos teóricos, práticos e metodológicos do objeto de pesquisa (GIL, 2010; MARCONI; LAKATOS, 2003).

#### **4.2 Método psicanalítico**

A escolha pelo método psicanalítico se deu a partir da perspectiva epistemológica e teórica que amparam esta pesquisa pois, como aponta Rosa e Domingues (2010), a aplicação do método mais adequado é definido a partir de noções básicas de pesquisa, como teoria, objeto e objetivo.

O método psicanalítico é um método aplicado à interpretação de “qualquer fenômeno que faça parte do universo simbólico” do sujeito (FIGUEIREDO; MINERBO, 2006, P.274). Partindo dessa afirmação, ele pode ser utilizado dentro ou fora do consultório clínico, desde que sejam preservados os princípios básicos e centrais da psicanálise, tais como: a atenção flutuante que, nesse caso, ao longo da leitura das entrevistas se afina para chegar às categorias construídas; a orientação aos participantes para associarem livremente, já que lançar mão da entrevista semiestruturada deve significar apenas um suporte ao pesquisador para que este não fique à deriva dos seus objetivos; e a transferência, fenômeno principal que abre espaço para o sujeito falar e ir ao encontro da sua própria verdade.

Em relação a isso, o processo de pesquisa possui um ponto central que se diferencia do processo no consultório clínico que é: é o pesquisador quem demanda e atribui um saber prévio ao entrevistado (COSTA; POLI, 2006; ROSA, 2006). Essa inversão, que precisa ser conhecida pelo pesquisador, exige que ele, a partir de uma postura ética-política, esteja aberto ao desconhecido e se despida de suas resistências. Rosa (2006) aponta alguns fatores de resistência do analista-pesquisador que podem interferir, de maneira parcial, na escuta ao sujeito. Dois deles são a resistência que se manifesta através do apego à teoria e às hipóteses pré-formuladas, e aquela em que o impacto das marcas da miséria do contexto social dos sujeitos se sobrepõe à escuta desses.

Sobre isso, Rosa (2010, p.186) acrescenta algo fundamental para o desenvolvimento tanto de pesquisas quanto do próprio atendimento clínico a esses sujeitos excluídos do laço social que é: “escutar esses sujeitos implica remover o recalque que nos permite conviver com o outro miserável, e romper com o pacto de silêncio do grupo social ao qual pertencemos implica um posicionamento ético e político”. Essa afirmação se complementa com a tese elaborada por Figueiredo e Minerbo (2006) ao defenderem que a pesquisa com método



psicanalítico acarreta um processo de transformação no pesquisador, no entrevistado e até na própria teoria.

No pesquisador, pois antes, durante e após o momento da entrevista, este elabora sobre sua postura enquanto analista, pesquisador e sujeito. Além disso, passa a aprimorar sua escuta e interpretação psicanalítica ao estabelecer uma relação transferencial e aplicar os requisitos básicos da psicanálise. No entrevistado, pois pode se configurar um momento em que esse sujeito se sente escutado, cuidado e acolhido. E, por fim, na “teoria” enquanto “meios ou instrumentos” de investigação (p.262), pois “o interesse e os pressupostos (ideológicos e, principalmente, teóricos e simbólicos) com que o pesquisador se entrega e dirige-se a tais “objetos” fazem da pesquisa que enceta também uma parte de suas transformações possíveis” (p. 261).

Ainda sobre a perspectiva de Figueiredo e Minerbo (2006, p.274), apontam que o método psicanalítico “consiste em efetuar certos recortes que não são arbitrários, pois vão sendo solicitados pela própria análise em andamento e se transformam à medida que a análise transcorre”, eles dão destaque à entrevista que se inicia antes mesmo de serem ditas as primeiras palavras. Tendo como espelho essa movimentação realizada, as próximas linhas, brevemente, serão dedicadas às primeiras impressões que a presente pesquisadora teve antes ou logo após de iniciar as entrevistas.

A intenção desses apontamentos são para que o leitor possa construir, a partir da leitura dessa pesquisa, também suas interpretações ao longo das narrativas relatadas e exemplificadas dos e sobre os participantes e dar à pesquisa “novo fôlego, novas possibilidades interpretativas, novo futuro” (FIGUEIREDO; MINERBO, 2006, p.261). Além disso, a partir das especificidades do método psicanalítico, pareceu relevante ou ao menos, não inútil, registrar as primeiras impressões desta pesquisadora, as quais, inevitavelmente, possuem influência na análise das falas realizadas a posteriori.

O encontro com Madalena foi em sua casa situada em um território em vulnerabilidade socioeconômica já conhecido pela entrevistadora. A entrevista acontece em uma pequena mesa redonda na cozinha, mas o inesperado acontece apenas ao final da entrevista quando sua filha, foco da intervenção do PAEFI sai do quarto, senta-se a mesa e começa a falar livremente, sem que qualquer pergunta tenha sido feita. Após meia hora, encerra-se a conversa informal e a entrevistadora desce as escadas do sobrado junto a um convite para ir ao cinema feito pela filha de Madalena. Esse encontro não aconteceu.

Já Carlos, ao ser indagado em qual local seria feito a entrevista, escolhe pela Universidade. Será ele estudante? Trabalhador da Universidade? Essa curiosidade, antes inexistente, criou forma e o tema transpassou pela entrevista, aparecendo como algo relevante no processo de acompanhamento de Carlos pelo PAEFI.

Carol reside em uma comunidade em que os índices de violência têm crescido e, após poucos minutos do início da entrevista, orienta sua filha mais nova a não sair de casa, explicando que crianças na rua estão sendo sequestradas. Comenta sobre essa insegurança quase que de modo apático, como se já acostumada com essa realidade.

Por fim, Renata reside em uma casa que faz parte do circuito do tráfico, território também já conhecido pela pesquisadora. Essa entra na rua barrada por latões de lixo, mas antes de virar em uma estreita viela, como apontava o mapa, pergunta a uma casa de esquina em que havia algumas mulheres se aquele era o caminho. Por surpresa, Renata estava naquele sobrado, esperando pela passagem da pesquisadora – que aparentemente seria a única entrada para sua casa -. Ao descer as escadas, sua amiga vai à sacada e pergunta se seria escrito uma história sobre a vida de Renata. No mesmo instante expressa algo como uma alegria, pois diz ser uma das histórias mais tristes e fortes que já conheceu.

Em relação à análise dos dados, eles foram analisados e interpretados com o suporte da perspectiva da Análise de Discurso pensada através da psicanálise, ou seja, compreendendo o sujeito enquanto constituído na e pela linguagem. Segundo Caregnato e Mutti (2006, p. 680), a Análise do Discurso “trabalha com o sentido e não com o conteúdo em si, um sentido que não é traduzido, mas produzido”. Os discursos produzidos pelos sujeitos no contexto da entrevista foram entendidos como modos de significação que o sujeito atribui às suas experiências de forma consciente e inconsciente. Cabendo ao pesquisador, que na pesquisa com método psicanalítico trabalha com o texto escrito, “identificar os significantes cujo sentido assumem o caráter de uma contribuição original para o problema de pesquisa norteador da investigação” (IRIBARRY, 2003, p. 129).

A Análise do Discurso que foi empreendida nesta pesquisa partiu da ideia de que os significantes e significados estão amarrados às pulsões, desejo, inconsciente e sexualidade, ou seja, aos modos de subjetivação produzidas pelo sujeito situado em determinado contexto sócio-histórico. Nesse sentido, a interpretação dos dados das entrevistas não pode ser tida como definitivas e imutáveis, nem ter atribuída a ela a pretensão de esgotar o fenômeno, mas sim de ser considerada enquanto uma verdade parcial, daquele momento, ou seja, provisória (FIGUEIREDO; MINERBO, 2006; ROSA, 2006). Já que essa “verdade da interpretação é

sempre relativa ao processo que a produziu e este processo é irrepetível” (FIGUEIREDO; MINERBO, 2006, p. 275). Devido a isso, é possível afirmar a singularidade e produção inédita que cada pesquisa com método psicanalítico possui e representa.

#### **4.3 Contexto da pesquisa:**

O contexto da pesquisa dá-se no PAEFI, um dos serviços da instituição pública CREAS, equipamento que compõe o Sistema Único de Assistência Social, da cidade Florianópolis, capital do estado de Santa Catarina. O número de habitantes na capital é de aproximadamente 509 mil habitantes. Segundo o Censo SUAS 2009 (BRASIL, 2011), nas cidades de grande porte, metrópole e DF, onde o número de habitantes ultrapasse 100 mil, fica determinado a construção de um CREAS a cada 200 mil habitantes.

Assim, hoje, Florianópolis conta dois PAEFI's: um localizado na região central da cidade (ilha) e outro na região continental. O espaço físico onde hoje se encontra o PAEFI/Ilha, também já foi estrutura física de outros projetos sociais, como o projeto SOS Criança, fundado em 1991 e o Programa Sentinela, que veio em substituição no início dos anos 2000. Botega e Santos (2019) reiteram que essa estrutura física se transformou também em um espaço simbólico e de referência no município, já que a história da sua arquitetura foi e ainda é destinada à proteção de crianças e adolescentes em situação de violência. Já o PAEFI/Continente foi fundado no ano de 2011 e até o momento é o único serviço de média complexidade do CREAS ofertado na região continental.

Os critérios de inclusão dos participantes para a pesquisa foram: usuários do PAEFI que já tenham se desligado do serviço, a fim de evitar qualquer atravessamento e enviesamento nos atendimentos ainda em andamento; com idade igual ou superior a 18 anos, considerando que a pesquisa com crianças e adolescentes exige um aprofundamento teórico específico e possui maiores riscos, já que a entrevista pode retomar sentimentos e afetos relacionados às violências vivenciadas.

A quantidade de participantes foi definida por saturação teórica, “que é um processo que implica definição da amostragem teórica, recolha de dados e análise sistemática destes” (RIBEIRO; SOUZA; LOBÃO, 2018, p.3). Segundo Fontanella e Magdaleno (2012), o processo de saturação teórica levanta observações importantes que devem ser consideradas pelos pesquisadores que optam por realizá-lo. Duas dessas observações estão relacionadas ao momento da interrupção e à consistência de argumentos que a sustentem. Diante disso, os autores defendem que para assegurar essa decisão é fundamental que o entrevistador assumo o

lugar de não-saber e esteja disposto a permanecer em um estado receptivo de acolhimento de informações. Apenas nesse lugar será possível apreender as narrativas de cada sujeito e não se precipitar em encerrar a amostragem.

Obviamente que para uma pesquisa de cunho psicanalítico, não há como pensar na saturação teórica, já que o campo da análise, leitura, escuta e interpretação é infundável. Contudo, ela foi considerada como um corte, com intuito finalizar a coleta de dados. Assim, dado momento se percebeu ter uma quantidade e qualidade de informações que auxiliou em responder e/ou borderar a questão de pesquisa e seus respectivos objetivos.

O acesso aos participantes foi feito mediante indicação das psicólogas do PAEFI. Essa escolha teve como intuito diminuir a distância social entre a entrevistadora e o entrevistado, considerando que o vínculo já construído entre a profissional e o sujeito pode auxiliar no primeiro contato deste com a pesquisadora. Nesse caso ficou evidente que a transferência, enquanto dinâmica inconsciente que se estabelece na relação eu-outro, teve uma grande contribuição para avançar nos primeiros passos da pesquisa.

Para a coleta dos dados foi realizado, primeiramente, um contato inicial, via e-mail, com a coordenação dos dois PAEFI's presentes na cidade de Florianópolis, os quais atendem a região da Ilha e do Continente, separadamente. A partir desse primeiro contato, novas orientações foram requeridas, sendo a primeira delas a ciência e posterior aprovação da Secretaria de Assistência Municipal do município para a partir disso, iniciar o processo de contato das profissionais com os possíveis participantes da pesquisa.

Do primeiro e-mail para Secretaria até o contato com o primeiro participante demorou pouco mais de um mês. Alguns pedidos via e-mail e um encontro presencial foram necessários até o recebimento da aprovação da Secretaria. Após essa etapa, foi retomado o contato via e-mail com as coordenações dos serviços sinalizando a liberação para realização da pesquisa. Com isso, mais alguns e-mails foram enviados, ligações e visitas presenciais foram feitas até conseguir agendar um horário com as equipes de cada serviço para apresentação da pesquisa. Foram realizadas quatro reuniões, duas em cada PAEFI. As duas primeiras tiveram a finalidade de discorrer sobre os objetivos, hipóteses e método da pesquisa, solicitando a aprovação e colaboração por parte da equipe para o desenvolvimento dessa. Tendo sido realizada as reuniões, as quais serão melhor explanadas abaixo, iniciou-se o processo de contato com os possíveis participantes da pesquisa.

Primeiramente, as profissionais sinalizaram alguns sujeitos que cumpriam com o critério de inclusão principal, qual seja o de não estar mais em acompanhamento no serviço. Após o

contato telefônico feito por elas informando aos sujeitos sobre a pesquisa e sua relevância científica e social, aqueles que concordavam em participar tinham seu contato passado para pesquisadora, aguardando, por fim, o contato dessa para maiores informações.

Ao total foram passados dez contatos. Dois desses sujeitos não atenderam/responderam às tentativas de contato feitas pela pesquisadora. Outros três contatos, mesmo tendo respondido desmarcaram a entrevista, alegando estarem com a rotina cheia e não terem tempo para o encontro. Um desses contatos respondeu, marcou dia e horário, chegou a ir ao encontro da pesquisadora, porém ao ser apresentado o TCLE, a participante alegou nunca ter sido usuária do serviço. Afirma que frequentou por alguns anos o CAPS (Centro de Atenção Psicossocial) e que teve uma breve passagem pelo CREAS em uma cidade ao norte do estado de Santa Catarina, mas não chegou a aderir aos atendimentos. Essa foi a primeira participante com quem a pesquisadora se encontrou, fato que chamou atenção pois ficou o questionamento: se a pessoa já havia sido previamente informada sobre o assunto da conversa através da profissional, o que a fez, mesmo assim, desprender um tempo e se deslocar ao encontro da pesquisadora se “nunca havia frequentado o serviço?”. Questões como essa, marcam a riqueza e as incertezas do que é o processo de uma pesquisa qualitativa e exploratória. De todo modo, a pesquisadora e essa que seria a primeira participante ficaram ainda dialogando por um tempo sobre questões de políticas públicas e educação, visto que aquela era professora da rede pública e atuava também no sistema prisional.

Após algumas semanas, a pesquisadora tentou novamente contato para tentativa de um segundo encontro, porém não obteve resposta. Acredita-se que seria possível analisar psicanaliticamente, se houvesse a possibilidade de alguns outros encontros com essa pessoa, traçar paralelos e escrever um estudo de caso, tamanha curiosidade que esse fato, da forma como ocorreu, gerou na pesquisadora.

Por fim, os últimos quatro contatos foram assertivos. Assim, esta pesquisa contará com a entrevista de quatro sujeitos, três mulheres e um homem, tendo dois deles frequentado o PAEFI Ilha e os outros dois PAEFI Continente.

Em relação às reuniões com as equipes acima citadas, essas foram importantes para o aprimoramento e contorno do método e do roteiro para entrevista semiestruturada. O instrumento metodológico utilizado foi a entrevista semiestruturada. Para aplicação deste, um roteiro (APÊNDICE B) foi previamente elaborado com intuito de direcionar a entrevista para temática proposta, mas sem delimitar ou enrijecer a fala do participante. (MINAYO, 2010). O roteiro foi construído por temas que abrangiam os objetivos geral e específicos da pesquisa. As

entrevistas foram aplicadas de forma individual e, com o consentimento dos participantes, gravadas em áudio e transcritas, assegurando, assim, a fala literal dos entrevistados.

Através das reuniões com os possíveis campos de pesquisa, a pesquisadora pode entrar em contato com a realidade das profissionais que, no dia a dia do serviço: primeiro, estão sobrecarregadas, visto a dificuldade em agendar os encontros e segundo, por lidarem com o tema da violação de direitos, tiveram precauções na sugestão de possíveis participantes, considerando de que forma eles poderiam ser afetados de forma prejudicial por meio da participação neste estudo, demonstrando um cuidado e sensibilidade frente a estes ex-usuários.

Durante as reuniões surgiram alguns debates entre elas, psicólogas e assistentes sociais, no que tangia a ética e cuidado para sugestão de nomes. Acerca disso, é possível destrinchar algumas reflexões. Além dos critérios de exclusão e inclusão propostos pela pesquisa, elas acumularam um outro critério que diz respeito às condições que os sujeitos teriam para lidar com sentimentos que pudessem reemergir através da entrevista.

A possibilidade do sujeito, ao entrar em contato com esse sofrimento já trabalhado nos atendimentos, retornar ao serviço ou necessitar de novo acompanhamento psicológico foi um fator de atenção e cuidado por parte delas. Esse cuidado ético por parte das profissionais, também apareceu através de um e-mail, no qual uma psicóloga, após conversas com seus colegas de trabalho, sugeriu que fosse considerado retirada da pergunta de número 6 – *“Pode me contar um pouco da sua história de vida e como ela se envolve com o PAEFI?”* - por justamente entenderem que ela poderia ser o motor para esse reencontro com o sofrimento vivenciado até mesmo antes da entrada ao PAEFI.

Além disso, as profissionais também elencaram um critério que seria o de adesão do usuário ao serviço. O que se torna um critério inequívoco, tendo em vista que a intenção da pesquisa é entrevistar sujeitos estiveram em acompanhamento. Levando em consideração que a adesão ao serviço não pressupõe essencialmente um sentimento positivo em relação a esse. Apenas que esse sujeito, com boa vontade ou não, esteve em acompanhamento e por isso, tem condições de expressar os sentidos e significados que atribui ao serviço.

Por fim, é importante ressaltar que a pesquisadora e a proposta do estudo foram bem acolhidas no serviço e entre as profissionais. Houve consenso em relação à relevância social e científica da pesquisa o que fez com que a pesquisadora reafirmasse o compromisso em desenvolvê-la. Com isso, e considerando que nenhuma pesquisa, independentemente de seu delineamento, está livre de atravessamentos externos, foi perceptível que a transferência, o vínculo entre usuário e profissional foram determinantes para que o campo desta pesquisa

pudesse ser realizado.

#### 4.4 Caracterização dos participantes:

Como dito, a análise de resultados da presente pesquisa será realizada a partir da entrevista com quatro pessoas, um homem e três mulheres. O intuito desta caracterização é poder contextualizar o leitor da realidade desses sujeitos, sem que seja exposta características que os identifiquem. A ordem de apresentação dos participantes se dará conforme ordem das entrevistas. As frases e palavras entre aspas e em itálico correspondem às falas literais dos entrevistados.

1. Dona Madalena, “*50 anos e lá vai*”. Abre sua casa para realizar a entrevista, que teve como áudio de fundo o canto de seus diversos passarinhos. Nascida em Campo Belo, veio para Florianópolis com 14 anos. Mãe de duas mulheres e um homem, avó de três crianças. Há 15 anos tem a mesma ocupação: trabalho de doméstica com a mesma patroa. Gosta de sua casa bem arrumada, mas hoje conquistou a própria permissão de fazer as coisas em seu tempo, sem urgências de limpar por obrigação. Mãe solo, foi abandonada pelo marido quando sua terceira filha, Letícia, completara três anos. “*Não apareceu mais, foi complicado*”. Após nove anos sem se relacionar, mantém um relacionamento há dois anos com homem de quem gosta “*um pouquinho, não muito. Ele é assim... uma pessoa bem complicada*”. Letícia busca aconselhar a mãe dizendo para “*se livrar*”, já que ele trabalha e consegue se bancar. Mas, mesmo Dona Madalena reconhecendo que “*ele não ajuda em nada na casa e acha que com 200 reais é possível fazer as compras do mês*”, ainda assim tem “*pena, coitado... Para onde ele vai?!*”.

Madalena—“*não tem tempo a perder*”. “*Faladeira*”, faz amizade até no ponto de ônibus e destaca que “*não adianta viver bravo né?!*”.

Ao falar de sua filha Letícia, de 16 anos, sujeito foco do acompanhamento no PAEFI, pontuou “*ser bem tímida, não sai do quarto, não fala com ninguém*”. Foi por questões de brigas recorrentes na escola com colegas e professores e por pensamentos autodestrutivos que Dona Madalena precisou tomar algumas atitudes em relação aos comportamentos da filha. Após ser acionada pelo Conselho Tutelar, buscar apoio com o CRAS e realizar psicoterapia particular à preço social, Letícia foi encaminhada para o PAEFI. Permaneceu aproximadamente um ano em acompanhamento e decidiu “*apenas parar*”, o que não agrada tanto Madalena, que “*gostava bastante de ir, de desabafar com profissionais*”.

Apesar dessas características atribuídas à Letícia por Dona Madalena, após o encerramento da entrevista, Letícia sai do quarto, senta-se à mesa e a conversa entre nós três dura o tempo do que seria uma outra entrevista. Algo chamou a atenção de Letícia para que ela se juntasse. Talvez o desejo de mais uma vez poder ser escutada com atenção, sobre suas questões e pensamentos? Vontade de voltar a tocar naquilo que trabalhou e elaborou durante um bom tempo? Quem sabe. Durante a conversa informal, Letícia narrou sobre a relação que tem com seu pai; emitiu duras e sinceras opiniões à mãe a respeito do novo companheiro dela e finalizou dizendo que as mulheres não merecem ser maltratadas e usadas nas relações e que se essa for a norma, relacionamentos não é para ela.

2. O segundo participante chama-se Carlos, 59 anos. Ele propôs que a entrevista acontecesse em um café, dentro da Universidade, talvez por hoje ser esse seu local de maior circulação. Carlos parou seus estudos na década de 80 para servir ao exército e dez anos depois saiu de Porto Alegre para Florianópolis. Assim como muito se ouve em Florianópolis, Carlos foi mais um que *“veio apenas para turismo, acabei gostando muito e ficando”*. Na época era casado e montou um quiosque em uma praia para conseguir sobreviver, porém dois anos depois se separou. Carlos permaneceu na capital, teve um novo relacionamento e após alguns anos nasceu sua filha, Camila, de 10 anos. Boa parte da vida de Carlos foi permeada pela *“interseção do álcool e das drogas”*, o que lhe *“causou muito problema, muito atraso na vida”*. A mãe de Camila seguia o mesmo caminho.

Com um relacionamento conturbado, quando sua filha tinha cinco anos, Carlos foi para o interior Rio de Janeiro, a convite de um dos seus irmãos, para trabalhar e tentar melhorar de vida. Até que recebeu uma ligação de um conhecido contando que havia visto a mãe de sua filha andando de madrugada na rua atrás de droga, acompanhada de Camila. Nesse mesmo dia, Carlos pegou o ônibus de volta para Florianópolis e *“dali em diante não foi preciso igreja nem tratamento nenhum. Simplesmente eu descii para resgatar minha filha”*. Chegando em Florianópolis, Carlos se deparou com situações graves de negligência à sua filha e começou a enfrentar uma outra jornada: a de conquista pela guarda de Camila.

Para provar que *“a menina estava em situação de risco”*, Carlos buscou todos os meios possíveis. Mas foi apenas quando ameaçou *“comprar 20 metros de corrente, me acorrentar lá na frente do tribunal de justiça, com uma placa dizendo que vocês não querem dar a guarda da minha filha... porque tá comprovado já na polícia a negligência... quando der a reportagem, aí vai precisar dizer porque tem um pai acorrentado na grade do Tribunal de Justiça...”*



Segundo Carlos, no outro dia “*ela – conselheira tutelar - levou pra mim, ‘ó, Carlos, tu pode pegar a tua filha’*”. A partir daí, inicia-se o contato com o PAEFI.

Essa história faz quatro anos. Desde então Carlos tem a guarda de Camila. Trabalhando em uma pousada e, mesmo tendo um quarto pequeno para morar com ela, Carlos demonstra esforço em buscar ser um bom exemplo a ela. Ingressou na universidade através da prova do ENEM e apesar de se revoltar pelo fato de que na sua idade são mínimas as chances de ter um vínculo empregatício, CLT (Consolidação das Leis do Trabalho), ele consegue, acrescido das bolsas de auxílio que tem na universidade, sustentar a si e a Camila. Durante esses desafios vividos, Carlos pontuou que “*se não tiver bem emocionalmente, recorre ao álcool como recurso. É a saída mais fácil, né?! Mas a gente vai achando a diversão em outra coisa né?! Agora a nossa diversão é acordar cedo. A gente vai pra praça de skate, vai pra Praia Mole, vai surfar...*”.

3. Carol foi a terceira entrevistada desta pesquisa. Tem 38 anos, duas filhas, de 10 e 15 anos, e está no segundo casamento. Ela também abriu sua casa para realização da entrevista. Já trabalhou com “*diversas coisas*”, mas hoje é MEI (Microempreendedor Individual), faz faxinas e está na sexta fase do curso de Pedagogia. Diz que assim consegue conciliar tudo: trabalho, estudo e o “*ser mãe*”. Ao perguntar sobre o motivo da escolha da pedagogia, Carol responde que tem em sua família um histórico de câncer de mama e que por isso, não poderia realizar faxinas por muito mais tempo. Assim, pensou na pedagogia por “*não exigir muito esforço físico e também porque eu gosto*”. Mas reforça: “*não tem tanto esforço físico quanto uma faxina, mas não deixa de estar na ativa ali, né?!*”. Carol reconhece que realiza muitas tarefas e que tem pouco tempo dedicado a si, “*mas não sou só eu né?! A gente conversa com as colegas também, todo mundo é na mesma luta...*”.

Carol enfrentou com sua filha mais velha, Luiza, um dos crimes mais perversos que atingem principalmente crianças e adolescentes: os crimes cibernéticos, como pedofilia e pornografia infantil. E Luiza, quando tinha 10 anos, não ficou isenta das diversas consequências que essa violência acarreta em uma criança e em sua família. Para Carol, o fato do pai de Luiza não ter estado presente em sua criação influenciou nessas dificuldades vividas. “*Porque o pai não tá presente, né? Só a mãe, então eu acredito que isso também influencia ali na frente*”.

Até a chegada ao PAEFI, Carol e Luiza passaram por diferentes pontos da Rede de Atenção, seja na saúde, frequentando o CAPS Infantil e a UBS, seja na assistência social, no contato com o Conselho Tutelar e, por fim, o PAEFI. Em relação ao Conselho Tutelar, há muitas

falas de sofrimento por parte da Carol quando relata sobre sua relação com a profissional do serviço que acompanhou seu caso.

4. A última participante desta pesquisa é Renata. Mulher de 30 anos, que viveu a maior parte de sua vida no bairro onde reside hoje. Viúva do primeiro casamento e separada do segundo, Renata é mãe de dois meninos, 13 e 11 anos, e uma menina, 7 anos. Também é uma das mulheres adultas que traz consigo as marcas de uma das violências mais perturbadoras: a violência sexual infantil. Renata reviveu os impactos dessa violência muitos anos depois, agora não diretamente, mas com sua filha. Tendo em comum o mesmo agressor: pai de Renata.

Essa situação, somado ao início da pandemia de COVID-19 desorganizou Renata psiquicamente, provocando uma depressão que a deixou “*sem ânimo até para tomar banho*”. Ela relata que após essa situação com sua filha, “*já entrou a pandemia e aí também não tinha creche, não tinha trabalho, as lojas que eu limpava tudo fecharam por causa da pandemia, porque era dentro do shopping, isso e aquilo, então parou tudo...*”.

Para Renata, o contato com a rede socioassistencial já não era uma novidade. Aos 13 anos, por razões diversas, precisou “*pagar serviço comunitário*” e o fez limpando os banheiros de um Conselho Tutelar em uma cidade à oeste do estado. Por conta das condições, retornou para Florianópolis e passou a realizar o serviço comunitário no Sentinela, antigo serviço que também tinha como objetivo o atendimento de crianças e adolescentes vítimas de violência e que fisicamente se localizava onde hoje é o CREAS/Ilha. Nessa nova configuração, Renata relata que no Sentinela, “*era ler, era aprender, conversar com as profissionais... Não era trabalhar, não. Que diferença, né?!*”. Sentiu que aquele espaço foi determinante, pois “*ali consegui entender que minha mãe queria o meu bem, que ela não queria me ver na rua porque poderia acontecer o pior comigo*”.

O que aconteceu com Renata e, posteriormente, com sua filha, como dito, não são casos isolados. Suas vidas refletem a vida de uma parcela muito grande da população que, caso não tenham a quem recorrer, podem se ver em um beco onde a única via continua sendo a repetição da violência.

#### **4.5 Caracterização geral dos atendimentos realizados aos participantes desta pesquisa:**

Abaixo é possível verificar uma caracterização geral dos atendimentos considerando o nome, idade, sexo e qual membro familiar ela é para criança ou para o adolescente. O tempo de atendimento, tempo de desligamento, por quais profissionais foi atendida e por fim se houve

rotatividade entre profissionais durante o período que permaneceu em acompanhando no serviço.

**Tabela 2. Caracterização geral dos atendimentos<sup>6</sup>**

NOME (DADE E SEXO)	MEMBRO FAMILIAR	TEMPO NO PAEFI	TEMPO DE DESLIGAMENTO	ATENDIDA(O) POR:	ROTATIVIDADE DE PROFISSIONAIS
MADALENA (56, F.)	MÃE	UM ANO	CINCO MESES	PSI E AS	SIM
CARLOS (59, M.)	PAI	DOIS ANOS	UM ANO	PSI E AS	NÃO
CAROL (38, F.)	MÃE	SEIS A SETE MESES	UM ANO E MEIO	PSI E AS	SIM
RENATA (30, F.)	MÃE	UM ANO	NÃO INFORMOU	PSI E AS	NÃO INFORMOU

Na tabela 01, conforme estabelecido no método desta pesquisa, vê-se que todos cumprem com o critério de inclusão que diz respeito ao fato de não estar mais em acompanhamento no serviço, ou seja, já terem sido desligado. Um tempo mínimo desse desligamento não foi estipulado, apesar das profissionais do PAEFI, nas reuniões realizadas, terem perguntado. O acúmulo do debate, a partir desse questionamento, resultou na compreensão de que seria interessante que esses sujeitos pudessem ter tido um tempo para elaborar as questões abordadas durante permanência no serviço. Porém, como para psicanálise o tempo do psiquismo está relacionado ao tempo lógico e não cronológico, optou-se por não incluir o tempo de desligamento como critério de inclusão ou exclusão. De toda forma, três dos quatro participantes foram desligados há, no mínimo, cinco meses.

Em relação aos atendimentos e sua conformação, os participantes relataram que seus atendimentos ocorreram com a dupla de profissionais, psicóloga e assistente social. Essa é a composição de equipe preconizada nas cartilhas (CREPOP), na LOAS (1994) e PNAS (2004). Porém, com o aprofundamento das precarizações das políticas públicas, advindo da PEC da morte, PEC 95/2016 e agravado com os cortes de 95% durante o governo Bolsonaro (2018-2022), não é incomum encontrar na literatura o debate acerca do desafio para garantia dos atendimentos em dupla, tendo em vista a defasagem de profissionais atuantes no serviço fruto da não contratação e sucateamento das Política de Assistência Social (GOMES; CHAUD; KLUGE, 2020; OLIVEIRA, 2022; SENRA, 2018).

<sup>6</sup> As abreviações PSI e AS correspondem, respectivamente a: psicólogos e assistentes sociais.

Ou seja, a não composição completa do quadro de profissionais atuantes no serviço impacta diretamente tanto no atendimento ao sujeito que adentra a esse equipamento quanto aos próprios profissionais que enfrentam uma sobrecarga do trabalho. Essa relação entre os impactos em um e no outro é indissociável. Sendo assim, a não garantia íntegra do direito do usuário em por exemplo, ser conduzido no seu processo pela dupla de profissionais mínima está diretamente relacionada ao fato de que os profissionais também não estão tendo seus direitos enquanto trabalhadores respeitados.

Com isso, para o poder público, percebe-se que a forma de estancar esse problema tem sido os profissionais passarem a acompanhar uma quantidade consideravelmente maior de usuários, o que tem acarretado um adoecimento em massa dos trabalhadores ao mesmo tempo que acompanham diariamente a fila de espera crescer.

A partir das entrevistas, é possível supor que esse “efeito dominó” atravessou alguns dos participantes durante o período que estiveram em atendimento. Metade dos entrevistados relataram que vivenciaram essa rotatividade nas duplas de profissionais que estavam lhe atendendo.

Com esses relatos é possível colocar em análise algumas questões pulsantes. A primeira delas é o que já estava sendo destacado acima, que diz respeito a formação das duplas de trabalho e acompanhamento com os sujeitos. Essa rotatividade entre profissionais pode ter se dado por alguns motivos, que sejam quais forem, exigiu um remanejamento dos profissionais em atendimentos já iniciados. Tal troca, pode simbolizar uma quebra na continuidade do acompanhamento para o sujeito, acarretando prejuízos no próprio processo. A segunda inquietação gerada e que merece ser citada é o aparente desconhecimento, principalmente expresso por Madalena, de quais foram as profissionais que lhe atenderam. E somado a isso, a não compreensão sobre essas trocas entre elas. Ponto também percebido na fala de Carol.

Para a presente pesquisadora, são fatores que devem ser olhados com atenção. Segue algumas reflexões possíveis de serem feitas diante dos pontos acima levantados: É possível requerer do sujeito sua implicação em todo o processo se, em alguns momentos ele pode se ver alheio às mudanças de equipe e, principalmente, à não compreensão de seus motivos? Faz parte de uma atuação ética-política a explicação das razões da rotatividade entre profissionais durante aquele atendimento? Será que isso influencia na perspectiva do sujeito de que ele também constrói aquele espaço e não está apenas passivo ao que é realizado ali? Tais perguntas não serão diretamente respondidas nesta pesquisa, mas acredita-se que acrescentarão em reflexões ainda por serem debatidas.

Essas pontuações acerca do atendimento em dupla realizado pela Assistente Social e pela Psicóloga sinalizam a entrada nas discussões sobre o atendimento psicossocial. Mais a adiante, será trabalhado que o atendimento psicossocial não corresponde à soma cartesiana de atendimento do psicólogo junto do assistente social, mas sim uma visão integrada de sujeito que cada profissional deve possuir para que a atuação ética-política seja expressa na prática.

#### **4.6 Procedimentos Éticos:**

O estudo foi submetido à apreciação do Comitê de Ética de Pesquisa com Seres Humanos da Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC e ao Comitê de Ética, cumprindo com as normativas da Resolução 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde (CNS). Ele teve início após ser analisado e revisado por uma banca avaliadora de qualificação.

Em relação aos participantes, como dito, após explicação detalhada sobre a pesquisa e a posterior concordância em participar dela, cada um recebeu duas cópias do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), sendo um do participante e outro da pesquisadora. Este foi lido pelo e/ou para o usuário e assinado para assim se iniciar a entrevista. Foi solicitado a gravação da entrevista, para posterior transcrição, a fim de manter a fidedignidade das narrativas. Nesse momento, foi ressaltado a garantia do sigilo para salvaguardar a identidade dos entrevistados, a partir da substituição dos nomes reais em fictícios, e da segurança de que somente a pesquisadora e a orientadora teriam acesso aos áudios e transcrições das entrevistas. Foi reiterado também que a qualquer momento o entrevistado poderia optar por encerrar sua participação, bem como vetar o uso de qualquer informação relatada. A pesquisadora se comprometeu a promover uma devolutiva dos resultados da pesquisa aos participantes, com intuito de socializar o produto final desse trabalho, que foi possível somente devido às suas contribuições.

Diante de temáticas como da violência seria possível que os entrevistados se sentissem mobilizados por retomar vivências e sofrimentos dos quais já foram convocados a relatar. Nestes casos, a pesquisadora se comprometeu, ao identificar a necessidade de acolhimento psicológico ou caso seja demandado pelo próprio sujeito, em orientá-los e encaminhá-los para um serviço de apoio especializado, que atenda de forma gratuita ou com valor social. Ademais, por enquanto, nenhum dos entrevistados apresentou e não foi avaliado pela pesquisadora essa necessidade.

#### **5. Discussão dos resultados:**

A construção desse tópico será dedicada à análise de categorias formuladas a partir do método acima exposto. Após leituras e releituras das transcrições das entrevistas, foram mapeados os significantes, temas e conteúdos emergentes nas entrevistas. Em seguida, organizou-se, através dos indicadores destacados, três categorias para subsidiar e sistematizar a nossa discussão dos resultados. Sendo elas: 1) Violências nas trajetórias dos sujeitos atendidos no PAEFI: o caráter sistêmico e repetitivo das violações; 2) os caminhos percorridos e os desafios enfrentados pelos sujeitos na rede socioassistencial até a chegada ao PAEFI e 3) Aposta no PAEFI enquanto dispositivo clínico-político.

A construção dessas categorias seguiu uma lógica de uma linha do tempo desde a chegada do sujeito-usuário até o PAEFI, sua estadia no serviço e o que levou consigo após o acompanhamento psicossocial vivenciado neste espaço. A seguir, será apresentado e debatido os motivos que fizeram esses sujeitos serem encaminhados a um serviço que busca a proteção daqueles que tiveram seus direitos violados; como foram os caminhos percorridos dentro da rede socioassistencial até chegada ao PAEFI e a experiência dentro desse serviço e, por fim, de que forma os atendimentos psicossociais afetaram subjetivamente e, conseqüentemente, o dia a dia da vida desses sujeitos e seu entorno familiar-comunitário.

### **5.1 Violências nas trajetórias dos sujeitos atendidos no PAEFI: o caráter sistêmico e repetitivo das violações**

Para dar início à análise dos dados desta pesquisa, foi inescapável constatar algo que se assemelhou e se repetiu nas narrativas dos quatro sujeitos entrevistados: as marcas das violências em suas vidas, trajetórias, corpos e relações - familiares, comunitárias e sociais. As experiências com as violências foram muitas; múltiplas; pontuais e permanentes; ocorridas em espaços privados e públicos, vivenciadas nos mais distintos espaços da vida- em casa, na rua, no trabalho, no bairro. O que foi possível traçar como um fio de costura nesta colcha de retalhos das violências vividas por estas pessoas até a chegada no PAEFI foi o caráter sistêmico e repetitivo destas vivências - em suas dimensões físicas e psicológicas, em âmbito singular e coletivo.

Em linhas gerais, destaca-se as seguintes violências relatadas pelos participantes desta pesquisa: a pobreza; abandono parental; negligência; abuso sexual; pedofilia; automutilação e ideação suicida. Diante destes dados, é visível um circuito da violência que vai se dinamizando

entre eu-outro/Outro<sup>7</sup>; violência para o outro/Outro e para si; violência nos espaços macros e micros da vida<sup>8</sup>

Para trazer essa relação, de modo breve: Madalena é mãe solo e chega ao PAEFI por encaminhamento da escola de sua filha ao Conselho Tutelar referindo brigas dela na escola; Carlos foi encaminhado ao PAEFI como condição para assegurar a guarda de sua filha, pois estava em um processo de deixar o vício no álcool e outras drogas; Carol também chegou ao PAEFI a partir da relação do Conselho Tutelar e os encaminhamentos que estavam sendo dados em relação a exposição de sua filha aos casos de pedofilia infantil nas redes sociais que ela vinha sofrendo; Renata adentra ao serviço por suspeita de que seu pai tenha abusado sexualmente de sua filha, assim como fez com Renata quando era criança.

Diante da amplitude, complexidade, diversidade de formas de expressão que a violência - ou violências - vem adquirindo ao longo da história, buscar definições teóricas para a violência é uma tarefa um tanto quanto difícil e quase inalcançável. Será possível pensar em uma sociedade humana que não esteja calcada, marcada e/ou atravessada por práticas de violência? Para psicanálise, não. Assim como Freud aponta em “O Mal-Estar da civilização” (1930/2010) e “Por que há guerra?” (1932/2010), toda e qualquer forma de agrupamento humano provocará conflitos, tensões, renúncias, desprazeres e disputas, logo, práticas de violências. A psicanálise aponta para uma ambiguidade insolucionável para a vida em sociedade: ao mesmo tempo em que a vida grupal favorece a construção de pactos sociais que protegem a sobrevivência individual, ela também impõe e desperta diversas formas de renúncias, desprazeres e sofrimentos, desencadeando práticas de violências contra o outro e contra si.

Dito isso, inicia-se a discussão da primeira categoria de análise dessa pesquisa apontando para o fato de que conceituar e definir a violência de forma a priori é inviável, seja pelo fato de ser um fenômeno, muitas vezes, confuso e nebuloso; seja pelo fato de que um fenômeno interpretado por uma determinada cultura como violência, não necessariamente será lido dessa forma em outro contexto. Assim, talvez seja mais fácil tatear o fenômeno da

---

<sup>7</sup> Para designar um lugar simbólico, na psicanálise laciana Outro com maiúsculo está relacionado à linguagem, de maneira externa ao sujeito, já o outro com minúsculo está relacionado à imagem do eu (construção imaginária), a maneira intrassubjetiva em relação ao seu desejo (BRAUER, 1994; ROUDINESCO; PLON 1998).

<sup>8</sup> Segundo o Censo SUAS (2022), negligência ou abandono aparece como a situação mais atendida no PAEFI nos últimos 12 meses. Enquanto abuso sexual/violência sexual aparece como a segunda situação mais atendida. Outras violências descritas são: violência física, violência psicológica, exploração sexual, trabalho infantil, discriminação em decorrência da orientação sexual e/ou da identidade de gênero, dentre outras.

violência, tentando uma relativa precisão teórica- como é um dos objetivos desta dissertação-, mais pelas suas formas de expressão e efeitos, do que pela sua condição a priori.

Por se apresentar de diversas formas e expressões- fazendo com que alguns autores utilizem o termo no plural, violências (MARIN, 2002) -, das mais sutis e camufladas às mais concretas e expressas, uma primeira forma de sistematizar a conceituação de violência é por meio de quem a pratica, de quem é objeto dela; e de quais espaços ela ocorre- por exemplo, violência de gênero, violência contra criança e adolescente e violência doméstica.

Assim, nesta pesquisa, delimitar-se-á três principais eixos para refletir sobre as práticas de violência experienciadas pelos sujeitos atendidos no PAEFI, testemunhadas pelas profissionais e relatadas pelos participantes nesta pesquisa: 1. A violência estrutural-institucional; 2. A violência intersubjetiva; 3. A psicodinâmica da violência.

O debate se iniciará na acepção mais macro das violências e seguirá às dimensões mais micro, intersubjetivas e psíquicas das violências. Não se trata de dicotomizar a leitura da violência- como comumente ocorre nas teorizações e intervenções junto às pessoas, territórios e situações de violências; ao contrário, parte-se da ideia de que os casos de violências múltiplas que chegam ao PAEFI precisam ser acolhidos e acompanhados de uma forma que não se resvale para as dicotomias entre individual x coletivo; inato x cultural; psíquico x social (GOMES, 2023).

Por isso, toda e qualquer forma de lidar com as violências nos diferentes serviços prestados à população para o enfrentamento daquela, necessita estar amparado em uma lógica interdisciplinar e multiprofissional. Ou seja, é importante para o trabalho que o acompanhamento psicossocial no PAEFI esteja sustentado na dialética entre essas três dimensões supracitadas.

### **5.1.1 A violência estrutural-institucional**

Para dar início, conceituar-se-á o que foi denominado de “violência estrutural-institucional”: ela diz respeito a todas as práticas de violações, opressões e brutalidades que não se originam e nem se localizam exclusivamente nos indivíduos- não que estes estejam isentos disso-, mas sim, nas raízes históricas e políticas de uma sociedade estruturalmente violenta, em que as instituições se tornam lugares de atualização e perpetuação destas práticas, manifestações e expressões das violências.

Na formação das sociedades pós-feudais em meio à emergência do sistema capitalista, tem-se a construção do Estado-Nação como um dos principais agentes, promotores e



articuladores da violência estrutural-institucional, a qual é denominada por diversos autores na contemporaneidade de “violência de Estado” (LOPEDOTE *et.al.*, 2019). Nessa dissertação, parte-se do entendimento de que a violência de Estado é o conjunto de múltiplas formas de (re)produção sistemática de violação dos direitos humanos, ferindo o ser humano tanto em sua cidadania quanto em sua condição de sujeito psicológico. São formas de expandir e perpetuar o ciclo das violências e violação de direitos que se capilarizam nas malhas do poder do Estado e afetam cotidianamente os grupos subalternizados em nossa sociedade, blindando e favorecendo o sistema de exploração e de concentração de riqueza inerente ao modo de produção capitalista.

Como aponta Chauí (2019), a formação do Estado nasce junto com uma determinada forma de política para gerenciar os conflitos e disputas inerentes ao viver coletivo. Ou seja, a formação do Estado está intrinsicamente atrelada à formação das Leis e da Política para, em tese, combater as diversas formas de violências e injustiças sociais. Entretanto, a formação do Estado no Ocidente, historicamente, foi sendo construída voltada aos interesses das classes dominantes, negligenciando e violando os direitos coletivos da população. A Política foi se tornando, cada vez mais, um instrumento de dominação e manutenção de privilégios, e não uma forma de garantia e proteção dos direitos coletivos na esfera pública. Tal defesa complementa-se com a leitura de Žižek (2014) ao afirmar que o Estado capitalista possui as práticas de violências inerentes ao seu próprio sistema de funcionamento e manutenção, executando-as das formas mais concretas e expressivas, às mais sutis formas de coerção, exploração e dominação—como a manutenção da pobreza e das desigualdades sociais, situações de vulnerabilidades sociais extremamente presente nos usuários do PAEFI.

No caso da sociedade brasileira, é preciso ter um olhar específico para compreender como as raízes e atuais manifestações da violência estrutural-institucional se formaram e operam atualmente. Desmistificando o mito da cordialidade brasileira, diversos autores vão retirar o véu ideológico que mascara as raízes e traços violentos da sociedade brasileira, desconstruindo o mito do Brasil não-violento para um Brasil feito de, assoberbado, enxarcado, enraizado e corporificado por múltiplas e complexas violências (ALMEIDA, 2018; CHAÚÍ, 2019; GOMES, 2021; SAFATLE, 2010; SOUZA, 2014).

Uma análise de como o mal-estar na civilização emerge na história da sociedade brasileira é realizada por Souza (2014), colocando em relevo as múltiplas formas de violências praticadas no processo de colonização, destacando que o nosso nascimento como “Brasil” se deu pela violência. A violência (física e simbólica) é discursivamente recalcada sob a narrativa

do Brasil-cordial, no entanto, como aponta a autora, a nossa subjetividade coletiva é culturalmente formada pela violência. Almeida (2018) aponta a colonização e o racismo como processos estruturais na formação do Brasil que desencadeia a atual institucionalização do racismo no cotidiano da sociedade brasileira. Temos então, como sintetiza Gomes (2021, p.46), um “Estado brasileiro que não apenas foi conivente com este processo eurocêntrico, racista, genocida e colonizador, mas foi, fundamentalmente, protagonista e propulsor destas práticas de exploração, tortura e violências”.

Para tratar sobre o tema da violência institucional no contexto brasileiro é indispensável abordar dois dos principais períodos traumáticos da história do Brasil: a escravidão e ditadura civil-militar de 1964. Ambos os períodos foram marcados por atrocidades por parte do Estado e por membros da população que geraram perseguições, agressões, escravizações, torturas, desaparecimentos e mortes. Como afirma a psicanalista Kehl (2010), trata-se de dois momentos da história brasileira que se configuraram como sintomas sociais, pois há uma repetição histórica entre eles por não terem sido efetiva e politicamente assumidos pelo Estado.

Diante dessa renúncia do Estado em assumir seus próprios crimes, e na tentativa de que esses crimes não permanecessem impunes, entidades e grupos formados por familiares e defensores da política de memória, verdade e justiça, criaram e garantiram que se tornassem oficiais, os órgãos para averiguação, denúncias e reparação das vítimas do período nefasto da ditadura militar de 1964. Esses órgãos oficiais são: Comissão de Mortos e Desaparecidos Políticos (1995); Comissão da Anistia (2001); Comissão Nacional da Verdade (2011); Clínicas do Testemunho (2013)<sup>9</sup>. Ademais, mesmo sendo uma conquista importante para o conjunto da população e essencial para reparação histórica, social e psíquica desse passado tortuoso, ainda assim esses órgãos estão submetidos ao Estado no que diz respeito ao investimento para seu pleno funcionamento. Desse modo, são atravancados os processos de julgamento dos culpados, bem como de descoberta dos corpos dos mais de 210 presos políticos que foram assassinados – dados da Comissão Nacional da Verdade.

Para a psicanálise, quando um trauma não é tratado em suas raízes e profundezas, seus sintomas tendem a se reproduzirem. Conforme Kehl (2010, p.126): “não há reação mais nefasta diante de um trauma social do que a política do silêncio e do esquecimento, que empurra para

---

<sup>9</sup> Como leitura para aprofundamento dessa temática e a epistemologia psicanalítica, se sugere: *Corpos que Sofrem e Clínicas do Testemunho: reparação psíquica e construção de memórias* (SIGMUND FREUD ASSOCIAÇÃO PSICANALÍTICA, 2014); *Corpos que Sofrem: como lidar com os efeitos psicossociais da violência?* (LOPEDOTE *et al.*, 2019); *O que resta da ditadura* (TELES; SAFATLE, 2010).

fora dos limites da simbolização as piores passagens da história de uma sociedade” reforçando a não simbolização e elaboração desse trauma, perpetuando a sua própria repetição.

Se as pessoas nascem e são constituídas por um Estado violento, não é de se esperar que a sociedade civil seja substancialmente divergente desta “natureza” brasileira. Se o Estado brasileiro age de forma violenta, é previsível que a sociedade civil se organize de forma violenta, não como uma regra de causa e efeito, mas sim, como um modelo identificatório de um Outro que serve como baliza para as micro relações. Ainda, se as pessoas vivem em um sistema em que o modo de produção é baseado na exploração e submissão de uns sobre outros, fomentado por um Estado racista, violento, autoritário e opressor, tem-se, historicamente, a psique coletiva brasileira sendo estruturada a partir de uma lógica racista, individualista e violenta. Então, a violência em solo brasileiro, se repete de forma insistente, repetitiva e exaustiva.

A exemplo das entrevistas, tem-se de modo repetitivo, situações que expressavam dificuldades/violências estruturais cotidianas (ver o tópico 5.3 Caracterização dos Participantes). Essas declarações foram ditas de modo pontual, como em uma conversa corriqueira, naturalizada, como se expressasse uma situação imutável e inquestionável, “é assim porque é”. Por exemplo: a dificuldade em realizar as compras do mês, em pagar o aluguel, as diversas jornadas de trabalho em que uma mulher é submetida - trabalhar, estudar e sustentar a casa, dentre outras. Essas situações são reflexos vistos por entre as janelas das casas da maioria dos brasileiros, os quais enfrentam diariamente violências como as citadas acima, sem sequer ter consciência de que são violações aos direitos humanos.

A partir da dialética que vai se constituindo entre a psique coletiva brasileira e a nossa subjetividade singular, adentra-se no segundo eixo de análise teórica da violência, a qual foi denominada aqui como “violência intersubjetiva”. O caráter relacional da violência está presente em diversas teorias das ciências humanas, já que não encaram a violência como um fenômeno estritamente individual e inato.

### **5.1.2 A violência intersubjetiva:**

Na psicologia, durante séculos e até os dias atuais, algumas perspectivas ainda insistem em analisar a violência como um traço individual, naturalizado e imutável na personalidade de uma pessoa. Infelizmente, esta perspectiva individualizante, psicologizante e patologizante ainda é bastante presente nas teorias e nas bases conceituais que sustentam as intervenções

profissionais junto às pessoas em situações de violências- como é o serviço PAEFI e outros espaços das políticas públicas brasileiras, especialmente no SUAS e SUS.

Facilmente confundível com a agressividade, de um polo, e com a criminalidade, de outro lado, a concepção de violência, muitas vezes, escorrega em explicações superficiais, simplistas e dicotômicas que se polarizam entre o indivíduo e a sociedade. Embora a psicanálise freud-laciana- epistemologia que sustenta esta pesquisa- não tenha se debruçado na violência como um dos seus pilares conceituais, temos na teoria freudiana algumas vias teóricas que desembocam naquilo que hoje chama-se de violência: o conceito de agressividade; a teoria das pulsões e o mal-estar gerado pela vida em sociedade.

Para a psicanálise freud-laciana, é impossível pensar em uma constituição do sujeito que não esteja dialetizada com a sociedade; só há sujeito porque está mergulhado na cultura. Sendo assim, quando se refere à dimensão psicológica do ser humano, inerentemente é preciso compreendê-la a partir do contexto cultural a qual se insere e das suas relações com o outro/Outro. Só é possível pensar em sujeito, psiquismo e inconsciente- pilares da teoria psicanalítica-, a partir de uma lógica intersubjetiva que se faz na relação com a alteridade, embebidos dos códigos culturais de uma determinada sociedade.

Por isso, para esta perspectiva, só é possível pensar em violência na dialética com o outro/Outro, em seu caráter relacional e intersubjetivo; ou seja, a violência não está nem no Estado e nem no indivíduo; nem no agressor e nem no agredido; nem no sujeito e nem na cultura; mas sim, na dinâmica social, cultural, política que se desenvolve entre estas dimensões, afetando, constituindo, permeando, interpelando, engessando, moldando e fazendo fissuras na subjetividade de cada sujeito singular.

Por trilhar nesta leitura, será utilizado o termo “pessoas em situações de violência”, tal como também utilizado na pesquisa de Bastos (2018). Isso, para não localizar a violência na lógica binária de agressor-vítima, nem individual-coletiva, pois busca-se colocar em evidência a dimensão da continuidade da violência para o sujeito, uma violência em constante curso para o sujeito que está sob os efeitos dos excessos e intensidades da violência, cujo dinamismo se reverbera em suas relações interpessoais.

A exemplo desse mosaico de violências, pode-se citar casos de famílias fictícias, mas que encontram seus personagens reais na maioria das casas brasileiras. Um desses casos pode ser: uma mãe que deixa seus filhos sozinhos em casa é acusada de negligência, mas na sua infância ela não conseguiu completar o ensino fundamental, pois precisava ficar com seus irmãos mais novos enquanto sua mãe saía para trabalhar; o pai abandonou a família e sua única

referência era seu tio, que abusava sexualmente dela quando criança; hoje não tem emprego registrado, trabalhando como revendedora de cosméticos na comunidade; conseguiu vaga apenas em uma creche longe de sua casa, e ainda precisa organizar a logística de levar e buscar seus três filhos em três diferentes escolas; enfrenta diariamente o terror da fome e o atraso para pagar o aluguel; cansada e exausta dessa rotina, bate em suas crianças com a intenção de educar, ao mesmo tempo que se culpa por não conseguir garantir uma melhor qualidade de vida para eles<sup>10</sup>.

Esse é um caso que ilustra essa violência contextual pregressa que constitui o Brasil, constitui as pessoas e que é agravada com a pobreza, fazendo o sujeito a reagir com os meios e ferramentas que aprendeu ao longo de sua vida, ou seja, com violência.

Com essas questões explanadas, é possível caminhar, então, ao último eixo analítico da violência construído nesta pesquisa; chamado de “A psicodinâmica da violência”. O termo “psicodinâmica” aparece com intuito de compreender as diversas práticas e expressões das violências por entender que, mesmo que histórica, estrutural e institucionalmente constituída, a violência se emaranha de forma singular no processo de constituição subjetiva de cada um de nós.

### **5.1.3 A psicodinâmica da violência:**

Cada sujeito e cada família constrói um modo próprio de relacionamento, uma especificidade intersubjetiva de interpretar e se relacionar entre si e com o outro; uma própria psicodinâmica que vai sustentar, guiar, estruturar, moldar, encapsular e inspirar determinadas formas afetivas de relação. Essas podem ser das mais violentas às mais cuidadosas e protetivas, muitas vezes, todas elas emaranhadas em uma única dinâmica familiar.

Para a teoria das pulsões de Freud, todos os seres vivos possuem a agressividade como uma força que promove a chave vida-morte; um instinto herdado filogeneticamente da nossa espécie que nos prepara para viver, lutar, nos defender e nos preservar enquanto espécie (FREUD, 1915/2013). No entanto, nos seres humanos, se tem um atravessamento que modifica substancialmente esta força instintual: a cultura humaniza e torna este instinto uma pulsão; esse instinto agressivo que move para viver-morrer está completamente embebido pela cultura e pelo pacto social de uma sociedade. Isso não é herdado filogeneticamente, mas construído social e historicamente.

---

<sup>10</sup> Essa síntese foi formulada a partir da experiência que a presente pesquisadora obteve no estágio obrigatório e na pesquisa PIBIC realizados no PAEFI/CREAS.

Assim, a agressividade presente nos animais está intrinsicamente determinada pela espécie; nos humanos, está mediada pela cultura. Diferente do instinto, como aponta Lacan (1967/2003), a pulsão é histórica. Se é agressivo “por natureza”, mas se é violento pela mediação cultural. A violência não é natural, inata e individual, mas sim socialmente construída, culturalmente reconhecida ou invisibilizada, intersubjetivamente relacionada, pulsionalmente originada, praticada, perpetuada ou rechaçada.

Um dos primeiros psicanalistas a se debruçar sobre a conceituação da violência no Brasil foi Costa (1984), que inicia sua argumentação fazendo uma distinção entre a agressividade presente nos animais e a presente nos seres humanos: a agressividade presente nos humanos carrega a marca de um desejo, de um gozo, de uma satisfação pulsional. É quando esta é usada com a finalidade de destruição (do outro ou de si) - seja de maneira consciente ou inconsciente-, que se adentra no campo da violência. Assim, a partir da leitura deste autor, a agressividade não precisa se manifestar por meio de atos de violência, mas a violência é o uso (intencional e/ou inconsciente) da agressividade para a destruição do outro e/ou de si.

Na sua obra “As seis reflexões sobre violência”, Zizek (2014) contribui de maneira singular ao debate sobre violência e propõe a reflexão sobre a diferença entre violência e agressão, defendendo uma perspectiva de que, enquanto a agressão está relacionada à “força de vida”, a violência é atribuída à “força de morte”. Assim, “a violência está relacionada a um excesso que perturba o andamento normal das coisas devido a um desejo que quer sempre cada vez mais” (p.51) que atropela e viola o outro. Esse excesso corresponde ao excesso pulsional, que busca um prazer imediato, um gozo instantâneo, colocando o sujeito a se haver com uma angústia que não encontra meios de simbolização.

Aqui se tem uma importante contribuição psicanalítica para pensar o conceito de violência, que esbarra intimamente com a noção de trauma; como aponta Bastos (2018). O trauma é um possível corolário da violência: a violência produz sujeitos potencialmente traumatizados- potencialmente pois não se trata de uma relação causal e determinista, contudo, é visível uma relação íntima entre violência e trauma quando se trabalha com pessoas em situações de violências.

Em linhas bastante gerais e sintéticas, o trauma para a psicanálise está relacionado à uma experiência que rompe os mecanismos de defesa de um sujeito, provocando um excesso pulsional que fica fora do processo de simbolização, provocando dores, desorganizações psíquicas, devastação emocional e diversos sintomas na vida de uma pessoa (FREUD, 1894/2006; ROSA, 2018)

Esse déficit simbólico que inviabiliza a elaboração de um excesso, de um trauma, está atrelado ao modo como o sujeito foi constituído no laço social, ou seja, quais as ferramentas e instrumentos estiveram ao alcance subjetivo desse sujeito ao longo de sua vida para lidar com a angústia e a pulsão de morte presentes na sua realidade. Estas ferramentas simbólicas estão intrinsicamente atreladas às condições concretas e materiais de vida de um sujeito, fazendo com o que o desamparo constitutivo de todos e qualquer ser humano (FREUD, 1930/2010), seja intensificado com o desamparo social- fome, miséria e diversas formas de exclusões sociais. Ou seja, no caso das pessoas que vivenciam contextos de vulnerabilidades sociais, o desamparo psíquico e social se encontram, se fortalecem e se agravam, como é o caso dos contextos onde vivem a maior parte dos sujeitos atendidos pelo PAEFI (BETTS, 2014; ROSA, 2018.)

Ao encontro disso, Nogueira (2000) também reitera que o sentimento de desamparo, abandono e perdas é agravado pela pobreza e desigualdades, aumentando as dificuldades de simbolização e elaboração destas dores, sofrimentos e traumas, fazendo com que estas pessoas respondam às situações de angústia mais pela violência e menos pela palavra. Como aponta Costa (1984), enquanto a agressividade está amalgamada pela linguagem, a violência é a ruptura com ela; uma rachadura no pacto simbólico determinado por uma coletividade que, em tese, protegeria a vida de todos pertencentes a este referencial cultural.

A partir destas leituras psicanalíticas, depreende-se que é possível ser agressivo sem ser violento, mas ambas as dimensões- agressividade e violência- se misturam, se confundem e tornam o trabalho junto às pessoas em situações de violências um tanto quanto complexo, pois: 1) envolve uma dimensão sociopolítica da violência secularmente estruturada em uma dada sociedade, como o colonialismo, o racismo e classismo no Brasil; 2) os modelos identificatórios disponíveis por um Estado historicamente violento se espalha e se capilariza nas micro relações cotidianas; 3) envolve dimensões não apenas conscientes e racionais, mas, fundamentalmente, forças inconscientes e irracionais que se desembocam em atos cruéis, brutais e perversos.

Nas vivências de violência, o sujeito passa a entrar nas cenas mais com o corpo e menos com a palavra. Onde a palavra não tem espaço para simbolizar a angústia provocada pelo desamparo psíquico-social, a violência, o corpo-a-corpo, emerge como uma via de escoamento deste sofrimento sociopolítico. O PAEFI, nesse sentido, pode se configurar como um espaço onde a experiência subjetiva da violência possa ser falada, narrada e nomeada. Um espaço onde, neste processo de falar e ser escutado, a violência possa não apenas ser identificada, mas reconhecida, legitimada e escoada. Essa potência do serviço PAEFI, será melhor debatida na categoria 3.

## 5.2 Labirintos institucionais: a intersetorialidade e a atuação ética-política no PAEFI

A segunda categoria produzida é intitulada como “Labirintos institucionais: a intersetorialidade e a atuação ética-política no PAEFI”. Essa categoria foi elaborada a partir das narrativas das participantes sobre os caminhos percorridos pela rede de saúde e socioassistencial até a chegada ao PAEFI, bem como as características e delineamentos dos atendimentos nesse local. Os assuntos abordados nesta categoria serão: pontos da rede que encaminharam os sujeitos ao PAEFI; quais serviços foram a “porta de entrada” para a rede socioassistencial; profissionais que acompanharam os sujeitos ao longo da permanência no serviço, relação transferencial entre profissional-usuário, dentre outros.

Para discorrer sobre essa temática, será necessário problematizar quais as reais condições que os profissionais possuem para garantir suas atribuições, e quais são as previstas nas Cartilhas e Normas Operacionais. Para isso, essa discussão será feita compreendendo as políticas públicas de saúde e de assistência social enquanto uma teia que se enreda, ou deveria se enredar, por diferentes caminhos e pontos de conexão. Ou enquanto um labirinto, que possui seus caminhos interligados, porém, permeados por barreiras em todo seu trajeto dando a sensação e, muitas vezes, se mostrando de fato, sem uma saída deste circuito. Essa descontinuidade no fluxo entre os sistemas e dentro de cada um deles – SUS e SUAS –, traz incertezas aos usuários no que tange à garantia de seus direitos, precarizando seus modos de vida, provocando dores e sofrimento sociopolítico (ROSA, 2022). Ao mesmo tempo que gera nas equipes profissionais dos serviços públicos sentimento de impotência, paralisia e exaustão (GOMES, 2019).

A palavra “labirinto” se encontra aqui como um significante e sua escolha não se deu sem motivo. Na anatomia humana, “labirinto” corresponde às funções de audição, noção de equilíbrio e percepção corporal. Assim, “labirintos institucionais” é uma metáfora para simbolizar a escuta aos sujeitos que transitam entre os programas e equipamentos de saúde e socioassistenciais, de forma constante, fragmentada e precarizada.

A fragmentação e descontinuidade das políticas públicas e o impacto das condições de trabalho na saúde mental dos servidores públicos e terceirizados acabam por emaranhar processos e encaminhamentos corriqueiros do dia a dia (SILVA; VASCONCELLOS E FIGUEIREDO, 2018). Esses empecilhos no trabalho, provocados pela precarização político-econômica das políticas públicas demonstram que o Estado assume deliberadamente a postura de reforçar as lógicas hegemônicas. Como reiteram Lima e Silveira (2016), ao apontar o Estado



enquanto responsável por fragmentar, individualizar e patologizar as questões sociais ao invés de agirem pela perspectiva emancipadora e democratizante.

### **5.2.1 Sobre intersetorialidade:**

O termo intersetorialidade não possui uma única definição. Diversos são os autores que se debruçaram, não para dissertar apenas sobre um significado possível para esse termo, mas sim, para construir uma revisão de literatura que abarcasse um debate em torno da relevância desse, bem como de suas variadas interpretações e aplicações (CARMO; GUIZARDI, 2017; COSTA, 2014; NASCIMENTO, 2010; PEREIRA; TEIXEIRA, 2013).

Para realizar a análise proposta sobre intersetorialidade, a partir de trechos das entrevistas realizadas, não se tem a intenção de acolher os diversos significados do termo e debatê-los, mas sim de produzir algumas análises que nos auxiliem a problematizar a dinâmica das relações entre as políticas e serviços públicos no sistema de garantia de direitos.

Assim, o conceito de intersetorialidade aqui será trabalhado a partir da junção das noções levantadas por Inojosa (2001), Junqueira (2000) e Nascimento (2010) e elaboradas por Pereira e Teixeira (2013):

A noção de intersetorialidade surgiu ligada ao conceito de rede, a qual emergiu como uma nova concepção de gestão contrária à setorização e à especialização, propondo, por outro lado, integração, articulação dos saberes e dos serviços ou mesmo a formação de redes de parcerias entre os sujeitos coletivos no atendimento às demandas dos cidadãos (2013, p.121).

Segundo a PNAS (2004), o trabalho intersetorial se caracteriza por uma organização mais dinâmica, tendo os profissionais contato direto e simultâneo com diversos outros pontos da rede, proporcionando uma perspectiva integral no atendimento ao usuário, rompendo a noção fragmentada de sujeito em suas dimensões psicossociais. Porém, como atenta Pereira (2010), considerar apenas o conceito de intersetorialidade seria rebaixar a profundidade das relações entre os serviços de saúde e socioassistenciais e desses com a sociedade civil. Para isso, lançou-se mão do paradigma da interdisciplinaridade, a fim de realizar uma análise ampla das questões sociais (MACEDO, 2013), através da construção “de vínculos orgânicos entre as especialidades” (COSTA, 2014, p.16) - mais adiante, a interdisciplinaridade será trabalhada como um dos pilares teóricos do fazer psicossocial dentro do PAEFI.

Dito isso, infere-se que o debate feito na literatura e a Política Nacional de Assistência Social dialogam em torno da multiplicidade de fatores e conceitos que necessitam ser qualificados para garantia dos direitos dos sujeitos usuários dos serviços. E, para isso, o

profissional acaba por possuir um compromisso ético, no papel de agente ativo para contribuição do melhoramento do fluxo e da articulação entre essas instituições (CREPOP, 2013).

Adentrando ao âmbito do CREAS e, mais especificamente, do PAEFI, é discrepante a quantidade de sujeitos que entram no serviço via encaminhamentos por pontos da rede e daqueles que chegam ao equipamento via demanda espontânea (GOMES *et al.*, 2017). A partir disso, tem-se expressa, na prática do dia a dia, a conformação do PAEFI através das relações com os outros serviços de saúde e socioassistenciais.

Em relação aos participantes da pesquisa, o dado acompanha o fluxo comum do exposto acima, ou seja, a chegada de cada um no PAEFI foi realizada por meio dos encaminhamentos por outros serviços da rede. O primeiro contato com a rede socioassistencial foi feito através do CRAS, mas principalmente, do Conselho Tutelar. Sendo esse, o local em comum citado pelos quatro entrevistados:

*Ela brigava com um, brigava com outro, brigava com a professora, brigava com os alunos, brigava, meu Deus, era a briguenta, né? Quebrava as coisas na escola... Então, daí não queria ir mais, né? Ela passou até pelo Conselho Tutelar. (Madalena)*

*O PAEFI entrou nesse momento em que a coisa estava... Estava na esfera de conselho do tutelar, né? (Carlos)*

*Então, eu vim... Eu acho que foi indicação do Posto de Saúde, ou do Conselho Tutelar, né? Que a gente passou por uma situação com a minha filha mais velha. (Carol)*

*No CREAS foi que a gente, tipo... de novo a gente já passava pelo Conselho Tutelar e essas coisas, porque o meu pai abusou da gente quando nós éramos pequenas. (Renata)*

Essa similaridade com o Conselho Tutelar não é coincidência, visto que é atribuição desse serviço trabalhar com esse tipo de demanda. Como se vê no artigo 13 do ECA: “os casos de suspeita ou confirmação de castigo físico, de tratamento cruel ou degradante e de maus-tratos contra criança ou adolescente serão obrigatoriamente comunicados ao Conselho Tutelar da respectiva localidade, sem prejuízo de outras providências legais” (BRASIL, 1990f, p. 4). Ainda, segundo pesquisa realizada por Martins e Santos (2022) em um PAEFI de Florianópolis, profissionais afirmaram que a maioria dos encaminhamentos ao PAEFI é realizado pelo Conselho Tutelar ou pela Delegacia de Proteção à Criança, Adolescente, Mulher e Idoso (DPCAMI).

Nascimento e Scheinvar (2007) afirmam que o Conselho Tutelar acaba por se configurar enquanto um espaço muitas vezes temeroso para as famílias, já que eles acabam assumindo uma conduta que atua através da promoção do medo, da moralidade e da vigilância. Esses

aspectos situam os Conselhos Tutelares em um lugar paradoxal, pois ao mesmo tempo que atuam e servem como instrumento jurídico para garantir os direitos das crianças e adolescentes, também agem de modo policaresco e, muitas vezes, se ausentam do compromisso ético-político em relação a condição e histórico de vida das famílias atendidas. Esse estereótipo social difundido massivamente pode, antes mesmo do primeiro contato com a família, construir uma barreira não só na vinculação dessa com o serviço em si, mas também dessa com a rede socioassistencial de modo geral.

As autoras acima citadas ainda aprofundam o debate em relação à postura difundida nos Conselhos Tutelares a partir do termo jurisdicionalização. Defendendo que há lugares e instituições que, mesmo não detendo poder à nível do judiciário, ainda assim assumem posturas como tal. Essa é uma problemática fundamental de ser debatida no sentido teórico e prático dos aspectos intersetoriais da política socioassistencial, tendo em vista que tal conduta reforça o papel do Estado em desqualificar os sujeitos e criminalizar a pobreza (NASCIMENTO *et al.*, 2008). Pois, como afirmam Nascimento e Scheinvar (2007, p.155) “quando estas – famílias desestruturadas - chegam ao conselho, é colocado em destaque o seu modo de funcionamento interno e não suas condições de vida que, de fato, acabam por produzir as violações de direitos”.

Uma situação conflituosa pode ser exemplificada por Carol, que afirma

*[...]só que ali no Conselho Tutelar, na verdade, eu fui muito mal atendida, digamos assim, pela profissional que nos atendeu, não falo isso do Conselho inteiro [...] eu não sei se ela tinha algum problema, se ela sofreu algum problema na vida dela, ou se ela é assim mesmo, mas assim, ela tentou fazer papel de juíza, ela só queria me julgar, ela não me ouviu, ela só ouviu o lado que foi contado, né?! (Carol).*

Rosa (2018, p. 49). articula sobre a resistência do profissional, quando pontua que a relação construída por esse pode ser pautada na superioridade sobre a subjetividade do outro. Nas palavras da autora, o profissional “exclui e ao mesmo tempo usufrui do gozo da posição imaginária de estar do lado do bem, da lei”.

Sobre esse exemplo, há pelo menos dois pontos que podem ser abarcados quando se trata de pessoas que sofreram ou ainda sofrem violências. O primeiro deles é o fato de que o sujeito, ao estar em um ponto da rede que, em teoria, serviria para acolher sua situação e buscar um encaminhamento resolutivo e protetivo, espera algo que se distancie e que o blinde da violência anteriormente sofrida. Esperando, portanto, que encontrará nesse lugar, um espaço de escuta, onde possa relatar suas experiências e os motivos por estar ali. Porém, no relato de Carol, sua vivência junto a essa profissional acabou por se revelar também prejudicial, agravando sua condição psicológica de lidar com a situação.

*... então assim, pra mim foi uma fase que eu tava bem ferida emocionalmente, psicologicamente, com tudo que acontecia tentando entender, e ali eu não tive nenhum tipo de apoio, pelo contrário, a mulher foi bem ignorante pra não dizer outra coisa, falou coisas absurdas pra mim. Assim, ainda bem que eu tinha um psicológico mais ou menos, vamos dizer assim, né, porque das coisas que ela me falou, se é uma pessoa mais fragilizada.... (Carol)*

O segundo ponto diz respeito aos entraves que o sujeito pode encontrar para percorrer alguns pontos da rede. Seja de forma objetiva, por uma burocratização do acesso, seja de forma subjetiva, como citado acima. Sobre isso, Akerman (2013) discorre enquanto uma nova violência que esse sujeito, já fragilizado por ter vivenciado um circuito de violações de direitos, experiencia ao ser submetido a esse “labirinto sem sinalização” – metáfora elaborada a partir do título da categoria.

### **5.2.2 O trabalho psicossocial no PAEFI: a construção do vínculo e da autonomia junto ao sujeito-usuário:**

O processo de vinculação do usuário com o serviço, que perpassa pela relação profissional-usuário (PANISSON; GESSER; GOMES., 2022), influencia potencialmente a construção de autonomia desses sujeitos (ANDRADE, 2018). Em sua pesquisa, Andrade (2018, p.22) se dedica a discorrer sobre o conceito de autonomia através dos escritos do filósofo Cornelius Castoriadis. A interpretação da autora sobre este conceito se refere à “capacidade de ação de transformação do sujeito na sociedade, destacando principalmente que esta é uma construção coletiva e enfatizando o seu caráter social e não apenas individual” (ANDRADE, 2018, p.22). Assim, considerando o desenvolvimento de autonomia um dos objetivos centrais das ações elaboradas nas políticas socioassistenciais, o vínculo precisa ser encarado pelos profissionais como um dos elementos primordiais na atuação com o sujeito.

Esse vínculo, segundo Andrade (2018), não diz respeito apenas a certa relação de confiança estabelecida com o usuário, mas, também, a promoção de acesso às informações e direitos básicos, o que promove uma quebra na repetição da violação de direitos e abre espaço para que algo novo seja construído. Por meio da fala da Carol, se percebe que esse vínculo não foi possível de estabelecer junto à conselheira tutelar que lhe atendeu. Já com Carlos, o processo de vinculação foi bastante distinto, marcado por uma relação de apoio e confiança que hoje, ele e sua filha, contam como mais um ponto de referência na rede. Segundo Carlos,

*A conselheira tutelar... minha relação com ela começou com conflitos. Eu sempre fui uma pessoa meio ansiosa, meio nervosa. Agora eu estou mais doutrinado pela faculdade, eu tenho me sociabilizado. Mas no início eu não sabia falar, não sabia me expressar com as pessoas, parecia que eu estava agredindo, então ela já não gostava de mim, por isso que ela relutou tanto em me dar essa menina, né. Mas agora a gente*

*é “altos” [...] Aproveitava que eu ia na UPA, já ia até o Conselho de Tutelar ali pra conversar com a conselheira, mostrar a menina: “ó, tá aí a figurinha, tá? Pra ver que ela tá toda direitinha”. (Carlos)*

Esses exemplos corroboram com o que Andrade (2018) elabora sobre a tensão inerente nesse processo que é o papel, por vezes visto como ambíguo, que o profissional cumpre para esse sujeito. Sendo, então, aquele que procura a construção de um vínculo saudável e confiável, ao mesmo tempo em que assume a função de notificar violações aos órgãos do sistema de direitos ou, ainda, de buscar a garantia, de modo inegociável, dos direitos de crianças e adolescentes. De modo direto, “ao mesmo tempo em que promove a construção de vínculo com o usuário e a família por meio de uma relação de confiança, apresenta como representante do Estado o seu papel institucional” (ANDRADE, 2018, p.97).

Sobre esse lugar paradoxal, Gomes *et al.* (2019) abordam sobre o sentimento de frustração e aflição compartilhado pelos profissionais diante de questionamentos que podem ser sintetizados em: somos nós, profissionais representantes do Estado, também violadores de direitos? Esses relatos encontram-se em diversas pesquisas e, por isso, se faz necessário reforçar que esses profissionais, através de um olhar crítico e uma postura ética-política sobre as relações sociais de poder, têm a condição de fomentar acolhimentos e encaminhamentos promotores de autonomia (GOMES; CHAUD; KLUGE, 2020; GOMES, 2021; 2023)

A forma como é constituída a relação do sujeito em um serviço pode influenciar a trajetória desse em relação a rede socioassistencial como um todo. A desconfiança gerada e o sentimento de não acolhimento, por quaisquer que sejam os motivos, podem ter um efeito “dominó”, ou seja, podem determinar como serão as outras relações que necessitarem ser estabelecidas na rede.

*E aí, quando eu cheguei no PAEFI, ali pra mim, eu fui pra cumprir protocolo, né? Porque me encaminharam. Porque, na verdade, eu tava tão... Sabe? Eu não conseguia nem falar sobre o assunto, porque eu estava tão machucada que eu chorava o tempo todo, tudo que eu falava eu chorava, sabe? Mas ali no PAEFI eu fui realmente... elas foram uns anjos ali na minha vida que realmente me ouviram, quiseram ouvir os dois lados da história, atenderam a minha filha, atenderam a família em si, né?! (Carol)*

Para psicanálise freud-lacaniana, a escuta dá-se justamente na transferência e, como cita Broide e Broide (2016, p.32), quando o sujeito compreende que está sendo escutado, ele simplesmente fala, “e quando fala, nos traz, parafraseando Nelson Rodrigues, ‘a vida como ela é’”. Assim, a transferência ou o processo de vinculação, é o motor para o trabalho psicossocial com sujeito. É a partir dela que o profissional terá a possibilidade e permissão de intervir e

interpretar, ao mesmo tempo que terá uma suspeita mais fundamentada de que o sujeito está aberto à elaboração de suas questões e transformação de si (SERRUYA, 2018).

A relação entre transferência com a equipe e a implicação do usuário no acompanhamento psicossocial pode ser verificada na fala de Dona Madalena que, quando questionada se sentia vontade de ir aos atendimentos, responde: “*Sim. Eu fui bem atendida, elas foram bem, bem, bem, assim... conversamos bastante, né? Eu falava tranquilamente... Falava, falava... Podia estar com um problema, chegava lá estava tudo na boa, né?!*” Neste mesmo sentido, Carol afirma que os atendimentos: “*[...]eram numa mesa tranquila, a gente via que tinha a atenção delas, da gente poder falar, de poder contar como que estava acontecendo as coisas*”.

Essas falas de valorização em relação à escuta e ao cuidado no PAEFI também podem ser vistas na pesquisa desenvolvida por Panisson, Gesser e Gomes (2022). Nela há relatos de sujeitos-usuários que também enxergam o PAEFI enquanto um local de referência para acolhimento e solução de alguns conflitos. Ademais, encontra-se relatos também em que são expressos sentimentos de desinteresse e desconforto dos sujeitos em relação aos atendimentos.

De toda forma, essa relação transferencial é construída de forma bilateral e possui diversas dimensões e atravessamentos. Um dos fatores importantes de ser analisado é a composição da equipe para a realização do acompanhamento psicossocial que, como previsto na PNAS, conta com a presença de um profissional da psicologia e do serviço social. Gomes (2023, p. 244) debate a temática do acompanhamento psicossocial se questionando se “é necessário a psicóloga/o e assistente social estarem atuando a todo momento em conjunto?”.

Para a autora, o trabalho psicossocial não é apenas a mera junção de uma profissional da psicologia e outra da assistência social. É algo mais complexo e diz, justamente, de uma atuação ético-política, em que o olhar crítico à realidade do sujeito traz em sua essência a dialética da relação social e psíquico. Nas palavras de Gomes (2023):

Podemos definir o trabalho psicossocial como um olhar teórico pautado em uma perspectiva em que o social e psicológico se constituem mutuamente de forma dialética; não se trata de um somatório ou uma intersecção entre estas duas dimensões, mas uma composição mútua dos fenômenos em que não é possível segmentar estas dimensões para analisar um caso ou situação. (p. 243)

Importante ressaltar que essa definição se afasta de qualquer defesa feita acerca da irrelevância ou indiferença ao trabalho em dupla para o serviço. Pelo contrário, o entendimento do conceito psicossocial desse modo, possibilita um aprofundamento no trabalho realizado

junto ao sujeito ao mesmo tempo que suscita a necessidade de uma formação profissional que se relacione aos aspectos sociais, psicológicos, econômicos, culturais e históricos do sujeito.

A importância do trabalho em dupla dessas profissionais é fundamental para garantir o olhar integral e interdisciplinar sobre o usuário, família e contexto, possibilitando uma análise mais complexa e profunda sobre as violações de direitos e dinâmicas psicossociais vivenciadas nas/pelas famílias e comunidades. Assim, parte-se da ideia da necessidade do usuário se transferir não apenas à dupla de profissionais de referência, como também ao serviço como um todo. Um ponto a ser levantado é a frequência considerável da mutabilidade de profissionais ao longo do acompanhamento psicossocial no PAEFI. Essas percepções foram ressaltadas por Madalena e Carol, mesmo que não tenham se referido de modo negativo a essa questão.

Mesmo diante as dificuldades de se construir laços transferenciais neste espaço- como este elemento da mutabilidade de profissionais- a fala de Carlos e Renata demonstram que, quando essa relação é construída ela inclusive extrapola certa burocracia institucional, que muitas vezes enrijecem as relações:

*E daí tinha dias que eu ligava, posso ir hoje? E nem era o dia. Mas daí elas já sabiam que eu queria sair e elas diziam, ‘vem, vem, vem, fique esperando um pouquinho, a gente vai te encaixar’. E às vezes eu ficava lá uma hora sentada esperando, mas pelo menos eu tava lá (Renata)*

Pela fala de Renata, é perceptível a importância de espaços acolhedores, onde sua história e seu relato foram “escutados por um olhar” não julgador e não culpabilizante. Essa implicação por parte do sujeito, ainda mais quando ele chega ao serviço por encaminhamento, deve ser percebida com atenção, pois são nesses momentos que é possível inferir: houve transferência. *Eu gostava muito de ir nos atendimentos, ela [profissional] nem me ligava, eu ia lá e aparecia por lá. Às vezes eu ligava e não tinha que conversar comigo. E falavam, ‘não, não precisa Carlos... eu dizia, então vamos marcar (risos)’* (Carlos).

Esses exemplos demonstram que o papel intersetorial e multiprofissional é basilar para a edificação de uma política pública e, dentro dela, de atendimentos consequentes quando no contato com sujeitos em situação de violência. Possuindo o PAEFI uma dimensão paradoxal, em que ao mesmo tempo é promotor de autonomia, mas também representante de um Estado violador, os profissionais atuantes devem escantear posturas culpabilizantes, julgadoras e psicologizantes para que possa aparecer, em meio a essa disputa o sujeito de direitos e desejos. Para isso, torna-se inegociável para uma atuação ética-política a postura de não fragmentação desse sujeito. Como visto, é através da compreensão dialética da relação social e psíquica e da intenção consciente do profissional em construir uma relação transferencial com os sujeitos,

que se é possível direcionar o PAEFI no sentido de ser um espaço de referência para a garantia de direitos e para promoção de uma subjetividade não submissa à hegemonia capitalista.

### **5.3 Aposta no PAEFI enquanto um dispositivo clínico-político:**

Esta última categoria foi construída a partir dos significantes, conteúdos e temas que versavam, de algum modo, sobre os impactos transformadores da passagem pelo PAEFI na vida social e subjetiva dos participantes. Ao escutar os significantes “segurança”, “desamparada”, “confiança”, “companheirismo”, “liberdade”, “trauma”, “luz no fim do túnel”, “queria se matar”, “era um antigo sonho”, “se sentir escutada”, “pressão saiu de mim”, entre tantos outros, foi possível construir esta categoria a partir do conceito de dispositivo clínico-político (BROIDE; BROIDE, 2016; ROSA, 2018) por se apostar na potência da escuta psicanalítica, e seus respectivos efeitos, no processo de constituição destes sujeitos encaminhados ao PAEFI por situações de violências,

Sendo assim, esta categoria visa trabalhar as possibilidades que os sujeitos que adentram ao serviço do PAEFI têm para ressignificar e elaborar as situações de violações vivenciadas. Ademais, esse processo não se dá de modo simples e intuitivo. Para o sujeito construir sua autonomia e encontrar novas formas de simbolizar sua história e sua realidade é preciso que tanto ele quanto os profissionais assumam uma postura ativa e dedicada na construção dessa relação.

Além disso, para que o sujeito narre sobre seu passado, que pode ou não ser constituído de traços traumáticos, o profissional, através de um manejo clínico, deve encorajá-lo e criar as condições para que ele se sinta confortável e confiante de reaver seus sofrimentos. Como instigam Dias, Chaves e Kyrillos (2017, p. 254) ao afirmarem que “no caso clínico, quem opera é o próprio sujeito, desde que o profissional lhe dê condições de ser o operador”. Assim, essas condições criadas, por sua vez, são fundamentais para o aprofundamento do atendimento psicossocial com o sujeito. Pois, se é através da fala que o sujeito pode elaborar um trauma ou um sintoma, é também a partir dessas reflexões que o sujeito, guiado pela atuação ética-política do profissional, poderá questionar a realidade de desigualdades e injustiças a qual é submetido (GOMES, 2023; SOUZA, 2011; ROSA, 2018).

Não é demais reiterar que conceito de clínico nesta pesquisa não é sinônimo de psicoterapia, mas sim de um “posicionamento ético, epistemológico e técnico” (Gomes, 2023). Para dar cabo dessa costura subjetiva que é singular e coletiva, a transferência continua por se reafirmar enquanto aspecto fundamental na relação entre profissional-usuário.



Sem reproduzir falsas dicotomias, já que “dimensão social e psíquica se constituem em conjunto de forma dinâmica, processual e dialética” (GOMES, 2023, p.244), mas é importante pontuar que essa relação não é estabelecida unicamente pela demanda subjetiva/inconsciente. Na verdade, ela pode ser iniciada, muitas vezes, através da necessidade material, ou seja, o sujeito passa a construir o vínculo com o serviço primeiramente pela necessidade de acesso à cesta básica, aos auxílios, dentre outros.

Sobre isso, uma problemática interessante que Rodrigues (2016) enfatiza, diz respeito aos desafios de operar com o sujeito de desejos, o sujeito do inconsciente, em um campo onde o discurso predominante é institucional ou seja, do sujeito de direitos. Contudo, Scarparo (2008, p.43) vai defender que é justamente nessa “zona de fronteira que podemos situar uma escuta do sujeito, orientada pela ética da psicanálise, e que tem no social o seu lócus de enunciação”.

Ao passo que esse sujeito dá continuidade e é acolhido de modo a sentir que aquele espaço pode também suprir outras necessidades - nesse caso, para psicanálise, as chamadas demandas - é que a relação transferencial cria sustentação. Os termos necessidades e demandas, se convergem, segundo Dias Chaves e Kyrillos, (2017, p. 249) como “âncora para o desejo”.

Assim, o acompanhamento psicossocial do PAEFI pode buscar, ao mesmo tempo, ouvir e lidar com as demandas e necessidades materiais e subjetivas. Sendo estas últimas, as que possibilitam abrir brechas para a emergência do sujeito desejante ou, em outras palavras, o trabalho psicossocial se desenvolveria na linha tênue, emaranhada e misturada do sujeito dos direitos e desejo.

A exemplo disso, pode-se perceber pela fala do Carlos, que sua ida ao PAEFI foi primeiramente motivada pela busca à assistência material. Mas também somado à compreensão de que aquele poderia se configurar um espaço de apoio para ele e sua filha trabalharem os impactos psicológicos acarretados pelas situações vivenciadas. Ele afirma:

*Então lá [no PAEFI] eu comecei a procurar uma assistência, tanto pra mim, já interessado também na assistência material que eu poderia receber, era pouquinho, mas na época era cem pila, mas cem pila já compravam pra minha filha um saco de arroz, feijão, aquela coisa toda... E também pra ela [filha] ser acompanhada, que eu tava preocupado, era tão introspectiva... (Carlos)*

Carlos foi o único participante a mencionar sobre o auxílio material que ganhara no PAEFI. Durante sua entrevista, ele citou cinco vezes o “cartãozinho da prefeitura”. E essa frase vinha acompanhada de “não, mas não era só pelo cartão, né?!”. Em termos psicanalítico, pode-se pensar que o auxílio transborda a questão econômica quando ele permite a Carlos e sua filha, outra forma de laço, como o acesso e circulação no campo social da cidade, propiciando

novos circuitos não apenas concretos- como acessar e circular e pela cidade-, como também novos circuitos pulsionais e libidinais- o corpo é, a um só tempo, matéria e libido.

Assim, esse fato reforça o comprometimento em seu processo e isso pode ser visto através de falas que demonstram, justamente pela dimensão dialética entre subjetivo/objetivo, a relação transferencial que Carlos construiu não apenas com as profissionais que lhe acompanharam, mas com o próprio serviço PAEFI. Ele diz:

*Passou uma segurança sim pra ela [filha] saber que a gente não tava só eu e ela no mundo. Porque ela se sentia meio desamparada no início. [...] eu sabia que se acontecesse alguma coisa assim, eu sabia que tinha o PAEFI. Primeiro lugar que eu ia procurar.... (Carlos)*

Sobre o sentimento da filha de Carlos, “*meio desamparada*” conforme palavras dele, vale pontuar sobre uma importante reflexão que Silva e Vianna (2014) realizam ao tratar sobre a temática do cuidado na rede de atenção às crianças e adolescentes. As autoras discorrem sobre o sentimento de desamparo que atinge essas crianças e adolescentes que chegam nos serviços do campo da saúde mental e ressaltam a relevância dos profissionais conseguirem distinguir ou separar aquilo que é trazido pelos pais ou responsáveis, daquilo que vêm desses sujeitos em desamparo. Possibilitar que eles formulem suas próprias demandas é um passo primordial para romper com a ideia de que há sempre um outro para falar e responder por eles.

Rosa (2018) se referindo à teoria psicanalítica de Freud, situa o desamparo na articulação com a angústia e o traumático, relacionando aquele com a ausência de amparo anunciada logo nos primeiros instantes da existência humana. E desenvolve o pensamento até chegar à definição do conceito de desamparo discursivo. Essa dimensão traumática, como já abordada na categoria 1, está relacionada ao excesso de tensão e a falta de condição simbólica que o sujeito tem para responder à situação.

Nas entrevistas desta pesquisa apenas participaram os responsáveis pelas crianças/adolescentes que foram a motivação para entrada no PAEFI. E dentre essas entrevistas duas chamam atenção pela transferência ter acontecido de modo mais efetivo com os responsáveis do que com as crianças/adolescentes. Tanto Carlos quanto Madalena referem que suas filhas pouco participavam dos atendimentos.

Madalena diz que depois de dado momento, que sua filha não quis mais ir aos atendimentos, as profissionais passaram a ir até a casa delas, numa tentativa de dar continuidade ao processo que vinha sendo construído. Porém, mesmo assim Madalena disse que ela “*não queria mais, não quer, não quer. Mas eu que gostava bastante, né? Ah era muito bom, né?*”.

Já Carlos acredita que o fato de sua filha não falar muito pode ter a ver com algum trauma que ela vivenciou: *“Ela não dá confiança, tem ninguém. Não sei se tem alguma coisa, viu algum trauma que ela teve lá...”*. E quando relata como eram os atendimentos com ela afirma: *“mas ela não falava com as garotas. Pediam pra eu sair da sala, pra ver se ela falava alguma coisa. Ai ficava com ela, brincava, fazia umas coisinhas. Mas depois diziam que não falava nada...”*.

Esses exemplos retratam, de forma abrangente, os desafios postos aos profissionais, que necessitam construir estratégias para alcançar as diversas camadas psíquicas, de desamparo, angústias, sofrimentos, traumas, que chegam não apenas pelo adulto, mas principalmente pela criança e pelo adolescente. Sobre isso, Rodrigues (2016) aponta que:

É preciso pressupor um sujeito desejante, para que a partir do manejo da transferência ele possa vir a encontrar seu lugar no desejo do Outro social, movimento que pode descongelar a posição traumática. Neste caso, a mirada ética não é a da cidadania ou da benemerência, mas a do desejo. (p. 259)

No campo socioassistencial, considerar o desejo e não somente a necessidade, transforma o modo como se enxerga aquela pessoa, afastando-a do status de usuário de um serviço ao mesmo tempo que a reafirma enquanto sujeito. Ainda, “apostar na escuta da família na instituição, se desdobra na consideração do sujeito no lugar do agente de um saber”, sendo esse o lugar onde ele “pode se questionar sobre a sua posição frente à situação que ele mesmo denuncia” (MOREIRA; DIAS, 2019, p.227).

Considerando que o vínculo transferencial é a via para o aparecimento da singularidade do sujeito (RIBEIRO; KYRILLOS; VECCHIA, 2021), a fala é o marco que coloca o sujeito a se localizar no labirinto dos discursos. Localização essa que, por sua vez, pode ser propiciada justamente pela escuta clínica, a qual oferece uma mudança na rota do discurso do sujeito, promovendo assim seu reposicionamento no laço social (RODRIGUES, 2016).

Ao encontro dessa ideia, Ribeiro, Kyrillos e Vecchia (2021) afirmam que é através da associação livre - regra fundamental básica da psicanálise freudiana e a qual o analista, independente de local que estiver precisa sustentar - direcionada a um Outro, que o sujeito tem a perspectiva de construção de novos discursos que o aproximem de seu desejo. Renata, uma das entrevistadas, relata que os atendimentos psicossociais e o cuidado com ela por parte da equipe, a fizeram refletir sobre as próprias dinâmicas que ela estava estabelecendo em suas relações pessoais. Traços de submissão que antes a regulavam foram postos sob questionamento e hoje ela refere:

*Comecei a perceber que tudo bem eu ficar triste, que não é o fim do mundo... Que eu podia chorar, que eu podia conversar com os outros, que eu podia falar o que eu tava sentindo... Hoje faço isso sem medo de ninguém, porque ninguém mais vai estar me oprimindo. (Renata)*

Essas rupturas psíquicas em relação à lógica hegemônica, através da elaboração, por exemplo, de situações traumáticas e/ou de intenso sofrimento sociopolítico, são possibilitadas por uma escuta direcionada que aposta no sujeito enquanto detentor do saber sobre si. Porém, para que isso aconteça, é necessário que o próprio sujeito assuma esse novo lugar ao qual lhe proposto, ou seja, assuma “uma posição ativa frente a responsabilidade de significar sua experiência” e se implique na formulação de um saber sobre si (RIBEIRO; KYRILLOS; VECCHIA., 2021, p. 110).

Por essa intenção, a escuta sem julgamentos, moralismos e pré-conceitos se mostra basilar para construção de uma relação de transferência que cumpra com seu objetivo, e vice-versa, de propiciar ao sujeito um espaço seguro e ético para seu relato. Renata afirma que ter encontrado esse local “*tirou um peso assim, sabe, de poder conversar, desabafar com alguém sem julgamento*”. E esse foi o mesmo sentimento relatado por Carol, participante que teve alguns entraves no contato com um serviço da rede socioassistencial e pode perceber a diferença que um espaço como esse cumpre no processo de elaboração.

*Como eu disse, eu tentava relatar algo e ela [profissional do serviço da rede socioassistencial] já me contradizia, eu era julgada e tipo não conseguia nem falar, nem me expressar porque ela não deixava. Então ali no PAEFI foi onde eu consegui realmente me libertar daquilo, porque era uma pressão tão grande que eu só tinha vontade de chorar... (Carol)*

Além disso, Carol também atenta para uma outra postura que pode ou não ser assumida pelo profissional nessa trama transferencial que é o “*se sentir escutada*”. Algumas autoras (ROSA, 2018; SERRUYA 2018) dissertam sobre a transferência poder ser um motor, mas também um entrave, um obstáculo à clínica. Até agora foi trazido a transferência enquanto motor, porém ela como entrave acontece quando a resistência do profissional aparece. Resistência essa que esbarra na recusa em conseguir escutar ou aceitar o peso e as consequências fruto da exclusão social, histórica, econômica e cultural que acomete a maioria da população brasileira. Pois, como pontua Gomes et. al (2019, p. 64): “quem se dispõe a escutar se depara com o inesperado” e engana-se aquele que acredita poder sustentar a resistência por muito tempo, sem que ela mesma não se denuncie.

Sobre isso, Carol confessa que “*só de você se sentir ouvida, que alguém realmente tá ali te atendendo porque quer te ajudar, já é diferente, né? É diferente. Tu já sai com aquela certeza que se a pessoa tá te falando é porque ela realmente ouviu outra história e que ela tá*

*tentando te ajudar*”. Essa fala vai ao encontro do que defendem as autoras Silva e Vianna (2014) ao declararem que o surgimento da palavra, essa palavra que faz sujeito, está condicionada ao encontro de alguém que escute, que se configure enquanto um lugar de endereço para essa narrativa. Como defende Rosa (2022, p. 8), desse modo, “o sujeito pode localizar-se e dar sentido à sua experiência de dor, articulando um apelo que o retire do silenciamento e o relance no campo político”.

A oportunidade de tornar público um sofrimento que ainda se está buscando formas para nomear, poderia “pôr fim a impossibilidade de esquecer o trauma” (KEHL, 2010, p. 127). O relato de Renata aponta para sua surpresa ao sentir que mesmo o seu choro encontrava um espaço legítimo para ser: “*Porque mesmo eu não sabendo explicar o que eu tava sentindo, eu tomava banho e saía, coisa que eu não tava fazendo. E por mais que eu chegasse lá e começasse só a chorar, chorar, chorar, eu sentia que elas não estavam me julgando*”.

Nesse processo, ao narrar, o sujeito pode recordar, ressignificar e elaborar suas experiências, pois é a partir desse ato que ele “pode escutar aquilo que ainda não foi dito e dizer sobre aquilo que ainda não foi escutado” (GOMES, 2023, p. 247). Como no caso de Madalena, que vinha enfrentando desafios na criação de sua filha, pois os sofrimentos e repetições de uma se misturavam com o da outra, ocasionando em um emaranhado de não-ditos.

*Na minha cabeça, para mim foi uma coisa muito boa [os atendimentos], porque minha filha... Acho que se eu não conseguisse ter levado ela, não sei. Porque ela falava, 'eu vou me jogar na ponte, eu vou me matar, eu vou me jogar debaixo de um caminhão'. E nós brigava, brigava, muito, muito..., mas não, agora hoje ela está bem melhor, eu também e nossa relação está diferente, ah, está sim. (Madalena)*

Para melhor compreensão do que seria a influência da transferência nesses casos, Broide (2019, p. 133) atenta para um choque de lógicas, ou seja, a lógica do sujeito, que após estabelecida a transferência quer despejar a experiência sobre o profissional ao passo que também há a lógica do profissional. Portanto, o trabalho ético-político a ser desenvolvido é justamente o de “criar pontes para construir dispositivos”. Dispositivos esses que possibilitarão que aquele usuário surja como sujeito através de um espaço vazio avistado pelo profissional, podendo, pela escuta clínica e política desse, ocupar esse espaço com saberes e verdades sobre si.

Diante disso, a aposta ética sustentada nesta pesquisa é a da existência interventiva de uma escuta psicanalítica que, ao mesmo tempo, seja clínica e política. Partindo da compreensão de que o sujeito, intrinsecamente atravessado pelas determinações impostas pelo sistema capitalista, como a opressão e exploração, apresenta de forma singular suas angústias, medos,

sofrimentos, sintomas, dentre outros. Ou seja, o profissional que escolhe por esse caminho ético, pode operar sua escuta enquanto um dispositivo clínico-político e encontrar junto ao sujeito brechas e fissuras na lógica de um discurso cristalizado (BROIDE; BROIDE, 2016; BROIDE, 2019; GOMES *et al.*, 2019, GOMES, 2023; ROSA, 2018).

Alguns relatos dos participantes demonstram como o apoio, cuidado e suporte dado durante o acompanhamento psicossocial no PAEFI influenciaram de modo a dar um giro na perspectiva de vida desses sujeitos. Carlos, por exemplo, afirma que o apoio das profissionais foi determinante para que ele voltasse aos estudos, uma atividade que nessa sociedade neoliberal sofre o preconceito do etarismo. Mas ele afirma:

*Era um sonho antigo. E a partir do momento que eu peguei minha filha, eu comecei a tentar. Então, eu ingressei na faculdade para que ela veja, se orgulhe e olhe que é possível. Eu falei para elas [profissionais] na época que eu ia entrar e foram elas que sempre incentivaram, né? Fez toda diferença.... (Carlos)*

Já Carol declara que os atendimentos a ajudaram a ter tranquilidade para lidar com a situação que estava há anos vivenciando. Diz ter sentido que o PAEFI foi onde conseguiu se deparar com o trabalho da psicologia e da assistência social de modo a reconhecer a importância e “recomendar para quem precisar”. Após meses em atendimento, Carol, ao falar do momento de desligamento, fala com emoção ao se lembrar do “*companheirismo e liberdade*” que as profissionais lhe passaram quando estava próximo ao momento de se desligar do serviço.

*Elas foram falando com calma né, que tem outras pessoas também precisando de atendimento, mas foi tudo assim conversado né... elas perguntavam se eu tava já me sentindo melhor, se eu tava bem... teve até isso, teve essa liberdade. Então eu mesma pude dizer pra elas que agora eu já tava conseguindo me virar, que agora conseguia andar com minhas perninhas. (Carol)*

Renata, em seu relato, testemunha sobre os efeitos subjetivos que experienciou durante o acompanhamento no PAEFI, reforçando a importância de poder falar livremente e ter apoio em suas novas decisões. Sobre isso, Renata diz:

*Foi algo que ajudou eu crescer a minha mentalidade e enxergar que por mais que tenha algo ruim acontecendo na minha vida, sempre tem uma luz no fim do túnel que possa melhorar. Me ajudou a enxergar o lado bom das coisas. Coisa que eu não conseguiria fazer sozinha... Quando elas foram na minha casa [visita domiciliar], pensei, nossa, nunca ninguém se preocupou tanto comigo... E desse dia vi que eu precisava, simplesmente, conversar... Uns dizem que ‘é só uma conversa’, mas eu afirmo, faz a diferença! (Renata)*

A partir dessas narrativas, é possível perceber que a semente plantada durante os atendimentos começou a germinar, crescer e até em alguns casos, gerar frutos. O objetivo com esses relatos não é o de afirmar uma autonomia plena desses sujeitos resultado apenas de meses

de acolhimento psicossocial, pois isso seria irreal, simplista e reducionista. A intenção é demonstrar, através da experiência desses participantes, que o efeito dos atendimentos no PAEFI, realizados ou pela dupla ou apenas pela psicóloga, dependendo de cada situação, geram novos questionamentos, quebras de repetições, indagações do porquê passou por tais experiências e, principalmente, reflexões do que fazer a partir dessa conscientização no agora.

Seria um falso testemunho defender, apenas pelas narrativas dos entrevistados, que os profissionais que lhes atenderam fizeram uso de uma escuta psicanalítica, bem como exerceram a escuta enquanto um dispositivo clínico-político. Contudo, erro maior estaria em não relacionar esses relatos, dessa forma vívida, às diversas possibilidades do fazer *psi* dentro das políticas públicas. Nesse caso, a defesa de um fazer *psi* pautado na escuta psicanalítica enquanto dispositivo clínico-político.

## 6 Considerações finais

Com o fechamento desta última categoria, na perspectiva de que a discussão nunca finda, mas é preciso em algum momento encerrá-la, chega-se às considerações finais dessa dissertação. Recapitulando o percurso teórico, metodológico e analítico desta pesquisa, destaca-se que esta foi orientada pela psicanálise e escutou a história de quatro pessoas que foram acompanhadas pelo serviço PAEFI em decorrência de alguma situação de violação de direitos e violências.

A partir da análise das entrevistas, foi construído três eixos analíticos para a discussão dos resultados: o primeiro dissertou sobre o emaranhado de violências que atravessa e constitui estes sujeitos que se tornaram usuários do PAEFI, embaçando a falsa fronteira entre “agressor” e “vítima” de violência, já que muito antes de serem encaminhados e/ou denunciados ao PAEFI, já sofriam múltiplas formas de violências e violações de direitos; a segunda categoria discorreu sobre o labirinto institucional “sem sinalização” que os sujeitos-usuários muitas vezes são arremessados, tendo suas vidas amarradas, esparramadas e fragmentadas nos diferentes serviços e programas das políticas públicas; por último, a terceira categoria foi construída para abarcar as narrativas que apontaram o PAEFI como um lugar de escuta, acolhimento, apoio, amparo, segurança e “*luz no fim do túnel*”, nos fazendo apostar na potência deste espaço como um possível dispositivo clínico-político.

O caminho até aqui percorrido por entre as narrativas, sentimentos, sensações, angústias, traumas e pulsões das participantes entrevistadas demonstrou um processo de construção, mesmo que devagar, de um equipamento público com um caráter transformador.

Transformador ao âmbito social, político e psíquico. Abaixo dissertar-se-á para conclusão de cada dimensão, ademais reitera-se aqui a ciência da confluência e dialética entre todos esses fatores, não sendo possível compreendê-los se não enquanto intrinsecamente relacionados.

Ao âmbito social, pois as relações estabelecidas, os laços comunitários criados e mantidos no decorrer da vida individual e coletiva, os traumas sociais compartilhados e o atravessamento intrínseco do fenômeno da violência na vida de cada um, podem vir a ser elaborados e trazidos à consciência. E uma vez presentes à luz da consciência é possível se localizar na malha social, romper com o emudecimento e, de forma coletiva, mas singular, se posicionar, enquanto sujeito detentor do seu próprio saber.

Ao âmbito político, essa transformação se apresenta também em relação à própria política pública, como debatido na categoria 2, às dimensões intersetoriais e institucional. Nas quais se encontram discussões que se enredam entre o funcionamento do serviço, os investimentos nele (não) realizados, as precarizações que acometem o serviço, às consequências que isso acarreta no trabalho, considerando a saúde mental dos profissionais e o próprio rebote que isso gera no atendimento aos usuários. E como, justamente por isso, a postura ética e a compreensão crítica pelo profissional são o cavalete para que, de alguma maneira, o trabalho não só se sustente, mas suas transformações propostas por ele possam escoar.

Ao âmbito psíquico, essas relações são aprofundadas a partir da transferência do profissional com o sujeito, sendo essa o condutor para qualquer tipo de transformação. Pois é nesse processo que a fala, as angústias, o trauma, o saber tanto podem surgir quanto, quando surgem, encontram um amparo, legitimidade e segurança para serem trabalhadas e elaboradas.

Nesse cenário, com a junção dessas dimensões, os profissionais acabam por cumprir o papel de testemunhas não apenas dos relatos de vida, mas também do lugar onde a palavra pode levar esses sujeitos. Tal como o projeto da Clínicas do Testemunho se propõe à escuta, legitimidade, memória, justiça e reparação aos presos e torturados e aos familiares dos mortos políticos da época da Ditadura Militar de 1964, os profissionais das políticas públicas, de modo semelhante, são testemunhos das violências afligidas sobre os sujeitos em exclusão da sociedade no tempo presente. Como afirma Rosa (2018), a clínica psicanalítica nos contextos de violência atuais propõe uma escuta como testemunho e resgate da memória.

E através das entrevistas realizadas, a presente pesquisadora também pode vivenciar esse sentimento de testemunhar histórias e saberes. Fazendo uso da escuta enquanto um dispositivo clínico-político, o ter se aberto a escutar aquilo que era trazido e não aquilo que precisava para a pesquisa, esta pesquisadora acredita que tal postura tenha possibilitado – ou se



espera que tenha possibilitado- aos sujeitos se reencontrarem com aquele *eu* que vivenciou diversas violências e olharem para um *eu* do agora, percebendo certas mudanças e transformações psíquicas e sociais a partir da própria fala, daquilo como foi dito. Das palavras escolhidas, de sentimentos possivelmente já elaborados, das sensações anteriores e as novas estratégias e ferramentas que se tem para lidar atualmente.

Essa pesquisadora julgou necessário escrever essas palavras, para que a relevância científica e social desta pesquisa continuasse a valer no sentido de poder inspirar à percepção, mesmo daqueles que não tem a psicanálise enquanto epistemologia e abordagem na atuação, de que considerar uma pessoa sujeito e possibilitar a ela construir a verdade, o saber sobre si, depende intrinsecamente de uma postura ética e política do profissional, seja qual for a abordagem que esse utilize. A partir desses estudos, há uma conclusão possível de se chegar que deveria ser universal na atuação dentro das políticas públicas: a necessidade de reconhecer naquele que chega ao serviço alguém com tantos direitos e desejos quanto aqueles que os atendem.

Por fim, destaca-se alguns resultados que foram possíveis de serem construídos a partir da análise das entrevistas realizadas com estes quatro sujeitos acompanhados pelo PAEFI: 1. Não é possível atuar frente à uma situação de violência como se esta estivesse apartada de um contexto sociopolítico violento e violador de direitos mais amplo; no Brasil, atuar junto a sujeito e famílias em situações de violências implica, necessariamente, olhar e intervir em um contexto histórico e estrutural gerador de múltiplas formas de violências e violação de direitos; 2. Destaca-se a potência das políticas públicas na garantia dos direitos humanos e na redução das desigualdades sociais, atuando como promotora da saúde e da cidadania das pessoas em situações de vulnerabilidades psicossociais; contudo, a precarização, sucateamento, sobrecarga de trabalho e falta de condições de trabalho às equipes profissionais inviabilizam a execução de um trabalho consistente, sensível, qualificado e inclusivo, prejudicando a garantia de direitos e a saúde mental tanto dos usuários como dos profissionais; 3. Diante da vivência de experiências de privações materiais, sofrimento sociopolítico, cenas violentas e traumáticas, escutar estas pessoas “*faz a diferença*”, pois promove um reconhecimento, legitimação e testemunho de histórias que são desobjetivadas, invisibilizadas e silenciadas pela sociedade. Assim, aposta-se na escuta psicanalítica nas instituições que atuam junto às pessoas em situações de violências, como um potente espaço clínico-político que permite narrar, elaborar, (re)significar suas histórias, reparar social e psiquicamente suas dores e sofrimentos, permitindo ao sujeito construir novas modalidades sociais e afetivas de laço social.

Se faz importante ressaltar a relevância científica e social de pesquisas que abordam o tema das violências e violação de direitos humanos, já que este é um país profundamente desigual, violento e injusto; imerso em um contexto histórico enraizado em práticas de violências e que tem no seu atual momento a naturalização e banalização destas práticas, especialmente quando se trata dos grupos sociais marginalizados da população. Dessa forma, a produção de conhecimento científico sobre a atuação junto às pessoas em situações de violências é de extrema importância se se deseja construir espaços que promovam a escuta do sujeito de direito e de desejo, promovendo a cidadania e saúde mental da população. Trabalhar no caso a caso e nas singularidades das múltiplas e históricas formas de violências não abala os pilares do sistema capitalista e suas respectivas raízes, mas, nem por isso, deixa de ser algo importante e impactante, pois escutar, “*faz a diferença*”.

## REFERÊNCIAS

AKERMAN, D. **O itinerário de famílias no sistema de garantia de direitos: uma análise do cumprimento de “Medidas de Proteção”**. 2013. Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Universidade Federal São João Del Rey, Minas Gerais, 2013. Disponível em: [https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id\\_trabalho=103283](https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=103283). Acesso em: nov. 2023

ALENCAR, S. L. de S. **A vivência do luto em situações de violência urbana e as ações dos Serviços de Saúde Pública**. 2011. Tese (Doutorado em Psicologia Social) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2011. Disponível em: <https://tede.pucsp.br/bitstream/handle/16919/1/Sandra%20Luzia%20de%20Souza%20Alencar.pdf>. Acesso em: abr. 2023

ALMEIDA, S. L. Estado e direito: a construção da raça. *In*: SILVA, M.L.; FARIAS, M.; OCARIZ, M.C.; NETO STIEL, A. (Org.). **Violência e sociedade: o racismo estruturante da sociedade e da subjetividade do povo brasileiro**. São Paulo: Escuta, 2018, p. 81-96. Disponível em: [https://sedes.org.br/projetos/Clinica\\_testemunho/LIVRO\\_violencia\\_sociedade.pdf](https://sedes.org.br/projetos/Clinica_testemunho/LIVRO_violencia_sociedade.pdf). Acesso em: jan. 2024

ANDRADE, J. L. P. **Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (PAEFI): Um espaço social para a construção de autonomia?** 2018. Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2018. Disponível em: [https://repositorio.ufmg.br/bitstream/1843/BUOS-B94JPF/1/cd\\_2\\_biblioteca\\_central.pdf](https://repositorio.ufmg.br/bitstream/1843/BUOS-B94JPF/1/cd_2_biblioteca_central.pdf). Acesso em: abr. 2023

BASTOS, J.G.S. **A estética do traumático: Atenção a sujeitos em situação de violência e reações profissionais**. 2018. Tese (Doutorado em Psicologia Clínica). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2018. Disponível em: <https://tede2.pucsp.br/bitstream/handle/21374/2/Jane%20Glaiby%20Silva%20Bastos.pdf>. Acesso em: jan. 2024

BETTS, J. Desamparo e Vulnerabilidades no Laço Social – a função do psicanalista. *In*: REVISTA DA ASSOCIAÇÃO PSICANALÍTICA DE PORTO ALEGRE (Org.). **Desamparo e Vulnerabilidades**. Porto Alegre, 2014, p. 09-19. Disponível em: <https://www.fecap.br/wp-content/uploads/2021/04/Manual-ABNT-2021-1.pdf>. Acesso em: set. 2022

BEZERRA, D.S.; RINALDI, D.L. A transferência como articuladora entre a clínica e a política nos serviços de atenção psicossocial. **Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental**. São Paulo, v. 12, n. 2, p. 342-355, junho, 2009. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rlpf/a/BMqNyD5pHWPvQM6kCKzbQgt/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: jun. 2023

BRASIL. **Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990**. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/18069.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18069.htm) Acesso em: nov. 2022

\_\_\_\_\_. **Política Nacional de Assistência Social – PNAS/2004; Norma Operacional Básica – NOB/Suas**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – Secretaria Nacional de Assistência Social, 2005. Disponível em:

[https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia\\_social/Normativas/PNAS2004.pdf](https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Normativas/PNAS2004.pdf). Acesso em: nov. 2022

\_\_\_\_\_. **LOAS Anotada - Lei Orgânica da Assistência Social**. Brasília: Ministério do desenvolvimento social e combate à fome – Secretaria Nacional de Assistência Social, 2009. Disponível em: [https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia\\_social/Normativas/LoasAnotada.pdf](https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Normativas/LoasAnotada.pdf). Acesso em: nov.2022

\_\_\_\_\_. **Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome Secretaria Nacional de Assistência Social, 2011. Disponível em: [https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia\\_social/Normativas/tipificacao.pdf](https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Normativas/tipificacao.pdf). Acesso em: nov. 2022

\_\_\_\_\_. **NOB-RH Anotada e Comentada**. Brasília, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome Secretaria Nacional de Assistência Social, 2011. Disponível em: [https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia\\_social/Normativas/NOB-RH\\_SUAS\\_Anotada\\_Comentada.pdf](https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Normativas/NOB-RH_SUAS_Anotada_Comentada.pdf). Acesso em: nov.2022

BRAUER, J.F. O outro em Lacan: consequências clínicas. **Psicologia USP**, n.1-2, v.5, p. 309-333, 1994. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/psicosp/v5n1-2/a20v5n12.pdf>. Acesso em: jan.2024

BOSCARI, M.; SILVA, F.N. Trajetória da assistência social até se efetivar como política social pública. The history of social assistance up to his effectiveness as public social policy. **RIES**, Caçador, v. 4, n. 1, p. 108-127, 2015.

BOTEGA, G.P.; SANTOS, P.C.DOS. Serviço de proteção e atendimento especializado a famílias de Florianópolis: um levantamento racial. **Revista Grifos**, Chapecó, v. 47, n. 28, p. 192-211, 2019. Disponível em: <https://bell.unochapeco.edu.br/revistas/index.php/grifos/article/view/4805>. Acesso em: abr. 2023

BROIDE, J. A psicanálise em situações de extrema vulnerabilidade social. *In*: LOPEDOTE, M.L.G; MAYORCA D.S.; NEGREIROS, D.; GOMES, M. A.; TANCREDI, T. (Org.). **Corpos que sofrem: como lidar com os efeitos psicossociais da violência?** 1. ed. São Paulo: Elefante, 2019, p.128-136.

BROIDE, J.; BROIDE, E. E. **A psicanálise em situações sociais críticas: metodologia clínica e intervenções**. 2. ed. São Paulo: Editora Escuta, 2016. 192 p.

CAREGNATO, R.C.A.; MUTTI, R. Pesquisa qualitativa: análise de discurso versus análise de conteúdo. **Texto & Contexto – Enfermagem**, n.4, v.15, 2006. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-07072006000400017>. Acesso em: set. 2022

CARMO, M.E; GUIZARDI, F. L. Desafios da intersetorialidade nas políticas públicas de saúde e assistência social: uma revisão do estado da arte. **Physis Revista de Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 27, n. 4, p. 1265-1286, out./dez. 2017.

CHAUÍ, M. O que é democracia? *In*: LOPEDOTE, M.L.; MAYORCA, D.S.; NEGREIROS, D.; GOMES, M.A.; TANCREDI, T. (Orgs.). **Corpos que sofrem**: Como lidar com os efeitos psicossociais da violência? São Paulo: Elefante, 2019. p.82-101.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA (CFP) **Resolução CFP n.º 010/05**, de 21 de julho de 2005. Código de Ética Profissional dos Psicólogos. Disponível em: <https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2012/07/codigo-de-etica-psicologia.pdf>. Acesso em: nov. 2022

\_\_\_\_\_. **Parâmetros para atuação de assistentes sociais e psicólogos (as) na Política de Assistência Social**. Brasília: CFP/CEFESS, 2007. Disponível em: <https://www.cfess.org.br/arquivos/CartilhaFinalCFESSCFPset2007.pdf>. Acesso em: out. 2022

\_\_\_\_\_. **Referências técnicas para atuação de psicólogos (os) nos Centros de Referência Especializado de Assistência Social - CREAS**. Brasília: CPF/CREPOP, 2013. Disponível em: [https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2013/08/CREPOP\\_CREAS\\_.pdf](https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2013/08/CREPOP_CREAS_.pdf). Acesso em: out. 2022

COSTA, D.R.N. **A Intersectorialidade na Política de Assistência Social**: Uma análise sobre a relação do PAIF com as demais políticas públicas no CRAS/Fercal. 2014. Trabalho de Conclusão de Curso (Instituto de Ciências Humanas) - (Universidade Federal de Brasília, Brasília, 2014. Disponível em: [https://bdm.unb.br/bitstream/10483/11630/1/2014\\_DandaraCristinaNascimentodaCosta.pdf](https://bdm.unb.br/bitstream/10483/11630/1/2014_DandaraCristinaNascimentodaCosta.pdf). Acesso em: mai./2023

COSTA, J. F. **Violência e Psicanálise**. Rio de Janeiro: Graal, 1984.

COSTA, A.; POLI, M. C. Alguns fundamentos da entrevista na pesquisa em psicanálise. **Pulsional: Revista de Psicanálise**, n.188, v.19, p 14-21, 2006. Disponível em: <https://pesquisa.bvsalud.org/portal/resource/pt/lil-473321>. Acesso em: set. 2022

DANTO, E.A. **As clínicas públicas de Freud**: psicanálise e justiça social. 1 ed. São Paulo: Perspectiva, 2019.

DELGADO, D.; TOLENTINO, E. DOS S.; BARBOSA, M.C.F.; MACHADO, R.W.G.; NUNES, N.R.DE A. (Des)financiamento e (des)proteção social: o abate da 'prima pobre' da Seguridade Social. **O Social em Questão**. Rio de Janeiro, n.52, p. 35-60, 2022. Disponível em: <https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/56391/56391.PDF>. Acesso em: jun. 2023

DIAS, T.B.M.; CHAVES, W.C.; KYRILLOS NETO, F. Psicanálise e assistência social: o sujeito entre a demanda e o desejo. **Estudos e Pesquisa em Psicologia**, n.1, v.17, p. 238-258, 2017. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/epp/v17n1/n17a14.pdf>. Acesso em: abr. 2023

DIMENSTEIN, M. A cultura profissional do psicólogo e o ideário individualista: implicações para a prática no campo da assistência pública à saúde. **Estudos de Psicologia**, v. 5, n. 1, p. 95-121, 2000. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/epsic/a/FbK3GQ3CR4PDPKGNHZQ3bSk/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: jun. 2023

DUARTE, N.A.L.; AREOSA, S.V.C. A práxis do psicólogo no contexto da assistência social. **Revista Psicologia, Diversidade e Saúde**, n.2, v.9, p. 150-161, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.17267/2317-3394rpds.v9i2.2798> Acesso em: fev.2024

FIGUEIREDO, L.C.; MINERBO, M. Pesquisa em psicanálise: algumas idéias e um exemplo. **Jornal de Psicanálise**, São Paulo, v.39, n.70, p. 257-278, 2006. Disponível em: [http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-58352006000100017](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-58352006000100017). Acesso em: jun. 2023

FLORENTINO, B.R.B.; MELO, W. A inserção da psicologia no sistema único de assistência social: notas introdutórias. **Gerais: Revista Interinstitucional de Psicologia**, n.1, v.10, p.3-12, 2017. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/gerais/v10n1/02.pdf>. Acesso em: jun.2022

FONTANELLA, B.J.B.; MAGDALENO, R. Saturação teórica em pesquisas qualitativas: contribuições psicanalíticas. **Psicologia em Estudo**, n. 1, v. 17, p. 63-71, jan./mar. 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pe/a/JXwNwW649DsNBpFb5kZqGyH/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: nov. 2022

FREUD, S. **As neuropsicoses de defesa** [1894]. Obras completas, v.3. Rio de Janeiro: Imago, 2006.

FREUD, S. A dinâmica da transferência [1912b]. *In*: FREUD, S. **Observações psicanalíticas sobre um caso d paranoia relatado em autobiografia: (“O caso Schreber”): artigos sobre técnica e outros textos** [1911-1913]. Obras completas. São Paulo: Companhia das Letras, v.10., 2010.

FREUD, S. O mal-estar na civilização [1930b]. *In*: FREUD, S. **O mal-estar na civilização, novas conferências introdutórias à psicanálise e outros textos** [1930-1936]. Obras completas. São Paulo: Companhia das letras, v. 18, 2010.

FREUD, S. Por que a guerra? Carta a Einstein [1932]. *In*: FREUD, S. **O mal-estar na civilização, novas conferências introdutórias à psicanálise e outros textos** [1930-1936]. Obras completas. São Paulo: Companhia das Letras, v. 18, 2010.

FREUD, S. A pulsão e seus destinos [1915]. Edição Bilingue. *In*: FREUD, S. **Obras Incompletas de Sigmund Freud**. Belo Horizonte: Autêntica, 1 ed, 2013.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5. Ed. São Paulo. Atlas, 2010.

GOMES, M.A.; LIMA, A.; GUERRA, A.S.; CORRÊA, B.; NASCIMENTO, V.N.; FAVARETTO, V. (2019). Como lidar com os efeitos psicossociais da violência?: O curso de capacitação como um dispositivo clínico-político. *In*: LOPEDETE, M.L.G; MAYORCA D.S.; NEGREIROS, D.; GOMES, M. A.; TANCREDI, T. (Org.). **Corpos que sofrem: como lidar com os efeitos psicossociais da violência?** 1. ed. São Paulo: Elefante, 2019, p.54-68).

GOMES, M.A.; CHAUD, L.P.; KLUGE, B.L. A atuação das psicólogas no serviço PAEFI (Programa de Atendimento Especializado a Famílias e indivíduos) na região da Grande Florianópolis (SC) *In*: SOARES, L.C.E.C.; MOREIRA, L.E. (Org.). **Psicologia social na trama do(s) direito(s) e da justiça**. 1. ed. Porto Alegre: Abrapso, 2020, p. 79-105.

GOMES, M. A. Pandemia, direitos humanos e violência de estado no Brasil: a aposta no dispositivo clínico-político como um ato de resistência e de afirmação da vida. *In*: SOUZA, M. (Org). **Desigualdade, diferença, política**: análises interdisciplinares em tempos de pandemias. 1. ed. Curitiba: Appris, 2021, p. 41-60.

GOMES, M.A. A escuta psicanalítica junto às famílias em situações de violências: reflexões sobre o dispositivo clínico-político no SUAS. *In*: SENHORAS, E. M.; BRAMBILLA, B. B. **Assistência Social: Agendas Contemporâneas**. Boa Vista: IOLE, 2023, p. 233-257.

INOJOSA, R. M. Sinergia em políticas e serviços públicos: desenvolvimento social com intersetorialidade. **Cadernos Fundap**, São Paulo, PUC/SP, n.22, p.102-110, 2001. Disponível em:  
[https://www.pucsp.br/prosaude/downloads/bibliografia/sinergia\\_politicas\\_servicos\\_publicos.pdf](https://www.pucsp.br/prosaude/downloads/bibliografia/sinergia_politicas_servicos_publicos.pdf). Acesso em: nov. 2023

INCERPE, P.R.B.; CURY, V.E. Atendimento a mulheres em situação de violência: a experiência de profissionais de um CREAS. **Estudos e Pesquisas em Psicologia**, n.3, v.20, p. 919-939, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.12957/epp.2020.54357>. Acesso em: set.2023

IRIBARRY, I.N. O que é pesquisa psicanalítica? **Ágora**, n.1, v.6, p.115-138, 2003. Disponível em:<https://www.scielo.br/j/agora/a/kMNkRYxpVCBG6NwwVR8Pryd/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: set. 2023

JUNQUEIRA, L.A.P. Intersetorialidade, transetorialidade e redes sociais na saúde. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 34, n.6, p.35-45, nov./dez. 2000. Disponível em: <https://periodicos.fgv.br/rap/article/view/6346/4931>. Acesso em: out.2023

KEHL, M.R. **Tortura e sintoma social**. *In*: TELES, E.; SAFATLE, V. (Orgs.). São Paulo: Boitempo, 2010, p. 123-132

LACAN, J. **Proposição de 9 de outubro de 1967 sobre o psicanalista da Escola** [1967]. *In*: LACAN, J. Outros escritos. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.

LACAN, J. **Seminário, livro 11**: os quatro conceitos fundamentais da psicanálise [1964]. 2.ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

LANIUS, M. A transferência no presente: notas sobre a 1ª lição de 1º de março de 1961 – Seminário A Transferência, de Lacan. **Correio APPOA**, Porto Alegre, 2021. Disponível em: [https://apoa.org.br/correio/edicao/314/a\\_transferencia\\_no\\_presente\\_notas\\_sobre\\_a\\_licao\\_de\\_1\\_de\\_marco\\_de\\_1961\\_seminario\\_a\\_transferencia\\_de\\_lacan/1029](https://apoa.org.br/correio/edicao/314/a_transferencia_no_presente_notas_sobre_a_licao_de_1_de_marco_de_1961_seminario_a_transferencia_de_lacan/1029). Acesso em: jun. 2023

LIMA, C.B; SILVEIRA, J.I. Direitos Humanos e Política Social: instrumentos sóciojurídicos não punitivos e mecanismos democráticos. **Revista de Filosofia Aurora**, Paraná, v. 28, n. 43, p. 147-166, 2016. Disponível em: <https://periodicos.pucpr.br/aurora/article/view/aurora.28.043.DS08/247>. Acesso em: nov. 2023

LOPEDOTE, M.L; MAYORCA, D.S; NEGREIROS, D; GOMES, M.A. & TANCREDI, T. **Corpos que sofrem** : como lidar com os efeitos psicossociais da violência? São Paulo: Elefante, p. 392, 2019

MACEDO, E. F.T. **O desafio da intersetorialidade na prática do assistente social da saúde**. 2013. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) - Universidade Federal da Paraíba, João

- Pessoa, 2013. Disponível em: <https://repositorio.ufpb.br/jspui/bitstream/tede/7215/1/arquivototal.pdf>. Acesso em: jun. 2023
- MARCONI, M.A.; LAKATOS, E.M. **Fundamentos de metodologia científica**. 5 ed. São Paulo: Atlas, 2003.
- MARIN, I.S.K. **Violências**. Escuta: FAPESP/SP, 2002.
- MARTINS, J.S.; SANTOS, D.K. Atendimentos Psicossociais a Crianças e Adolescentes Vítimas de Violência Sexual: Percepções de Psicólogos de um Creas/Paefi. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v.42, p.1-18, 2022. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pcp/a/v7rgrtXgpWBSzJzGqfwdyhC/>. Acesso em: abr. 2023
- MINAYO, M. C. de S. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. São Paulo: Hucitec, 2010.
- NASCIMENTO, M.L; SCHEINVAR, E. De como as práticas do conselho tutelar vêm se tornando jurisdicionais. **Aletheia**, n.25, p.152-162, jan./jun. 2007. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/aletheia/n25/n25a12.pdf>. Acesso em: jan. 2024
- NASCIMENTO, M.L; CUNHA, F.L; VICENTE, L.M.D. A desqualificação da família pobre como prática de criminalização da pobreza. **Revista Psicologia Política**. São Paulo, v. 7, n. 14, dez., 2008. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/rpp/v7n14/v7n14a06.pdf>. Acesso em: jan. 2024
- NASCIMENTO, S. Reflexões sobre a intersetorialidade entre as políticas públicas. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 101, p. 95-120, jan./mar. 2010. Disponível em: <https://scielo.br/j/sssoc/a/TDCqtLhvDvRnRmDXhtTBHZK/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: jan. 2024
- OLIVEIRA, N.L.A.O. O trabalho social com famílias na assistência social: diálogo com a psicologia social e comunitária e os princípios do SUAS. In: OLIVEIRA, I.F.; SOUSA, B.S. (Org.). **Psicologia e Políticas Sociais: Conservadorismo em tempos de capital-barbárie**. Florianópolis: ABRAPSO, 2022, p.115-126.
- PANISSON, G. **Entre práticas psicossociais e violações de direitos: Sentidos atribuídos pelos usuários ao Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (PAEFI)**. 2019. Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2019. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/215331/PPSI0868-D.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: nov. 2022
- PANISSON, G.; GESSER, M.; GOMES, M.A. Vinculação e participação no PAEFI/CREAS na perspectiva dos usuários. **Estudos e Pesquisas em Psicologia**, n.2, v.22, p. 545-565, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.12957/epp.2022.68635>. Acesso em: jun.2023
- PANISSON, G.; GOMES, M. DE A.; GESSER, M. Violência de Estado e dispositivo clínico-político: os efeitos do atendimento psicossocial do PAEFI/CREAS na trajetória de vida dos usuários. **Estudos De Psicologia**, Natal, v.27, n.1, p.34-45, jan./abr. 2023. Disponível em: <https://submission-pepsic.scielo.br/index.php/epsic/article/view/20852/1053> Acesso em: ago. 2024



PEREIRA, K. Y. L.; TEIXEIRA, S. M. Redes e intersectorialidade nas políticas sociais: reflexões sobre sua concepção na política de assistência social. **Textos & Contextos** (Porto Alegre), Porto Alegre, v.12, n. 1, p.114–127, jan./jun. 2013. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/fass/article/view/12990/9619>. Acesso em: jan. 2024

PINTO, E.B. A pesquisa qualitativa em psicologia clínica. **Psicologia – USP**, v. 15, n. 1/2, p. 71-80, 2004. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pusp/a/sC76Gj5gn8gmbZ7ZFC36Xxw/?format=pdf&lang=pt> . Acesso em: nov. 2022

RIBEIRO, J; SOUZA, F.N.; LOBÃO, C. Saturação da Análise na Investigação Qualitativa: Quando Parar de Recolher Dados? **Revista Pesquisa Qualitativa**, São Paulo, v. 6, n. 10, p. 3-7, 2018. Disponível em: <https://editora.sepq.org.br/rpq/article/view/213/111>. Acesso em: nov. 2022

RIBEIRO, L.A; KYRILLOS, F.; VECCHIA, M.D. Transferência, escuta e singularidade: contribuições da psicanálise à redução de danos. **Revista aSEPHallus de Orientação Lacaniana**, Rio de Janeiro, v.16, n.32, p.98-113, 2021. Disponível em: <https://pesquisa.bvsalud.org/portal/resource/pt/biblio-1342711>. Acesso em: nov. 2023

RIBEIRO, M.E.; GOTO, T.A. Psicologia no sistema único de assistência social: uma experiência de clínica ampliada e intervenção em crise. **Gerais: Revista Interinstitucional de Psicologia**, n.1, v.5, 2012. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/gerais/v5n1/v5n1a12.pdf>. Acesso em: set. 2023

RODRIGUES, A. **A psicanálise e a política de assistência social brasileira: um diálogo possível?** 2016 Tese (Doutorado em Psicologia). Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2016. [https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id\\_trabalho=4038671](https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=4038671). Acesso em: ago. 2022

ROSA, M.D. Uma escuta psicanalítica das vidas secas. **Textura: Revista de Psicanálise**, n. 2, v.2, p. 42-47, 2002.

ROSA, M. D. **Uma escuta psicanalítica de jovens de periferia: a construção de laços fraternos e amorosos.** In: ALTOÉ, S. (Org.), *A lei e as leis: direito e psicanálise*. Rio de Janeiro: Revinter, 2006.

ROSA, M.D. **A clínica psicanalítica em face da dimensão sociopolítica do sofrimento.** 2 ed. São Paulo: Escuta, 2018.

ROSA, M.D. Sofrimento sociopolítico, silenciamento e a clínica psicanalítica. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v.42, o.1-10, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1982-3703003242179>. Acesso em: set. 2023

ROSA, M.D.; ESTEVÃO, I.R.; BRAGA, A.P.M. Clínica Psicanalítica Implicada: Conexões com a cultura, a sociedade e a política. **Psicologia em estudo**, Maringá, v. 22, n.3, p.359-369, 2017. Disponível em: <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/PsicolEstud/article/view/35354/pdf>. Acesso em: abr. 2023

ROSA, M.D.; DOMINGUES, E. O método na pesquisa psicanalítica de fenômenos sociais e políticos: a utilização da entrevista e da observação. **Revista Psicologia & Sociedade**, n.1, v.22, p. 180-188, 2010. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0102-71822010000100021>. Acesso em: set. 2023

ROSA, N.F.; NASCIMENTO, C.R.R. O CREAS na perspectiva de mulheres vítimas de violência e profissionais: uma análise a partir da Teoria Bioecológica do Desenvolvimento Humano. **Psicologia em Revista**, n.3, v.24, p. 661-685, 2018. Disponível em: <https://periodicos.pucminas.br/index.php/psicologiaemrevista/index>. Acesso em: set. 2023

ROUDINESCO, E.; PLON, M. **Dicionário de psicanálise**. Rio de Janeiro: Zahar, 1998.

SAFATLE, V. Do uso da violência contra o estado ilegal. *In*: TELLES, E., SAFATLE, V. (Org.). **O que resta da ditadura: a exceção brasileira**. São Paulo: Boitempo, 2010.

SCARPARO, M.L. D-E. **Em busca do sujeito perdido: a psicanálise na assistência social, limites e possibilidades**. 2008. 127 p. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social e Institucional) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/13124/000638351.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: set. 2022

SEINCMAN, P.M.; ROSA, M.D. Dimensões da clínica psicanalítica com migrantes em urgência social: a rede transferencial. **Psicologia em Estudo**, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.4025/psicoestud.v26i0.47467>. Acesso em: fev.2024

SENRA, C.M.G. O grupo no condomínio: relato de experiência sobre a atuação do psicólogo no CRAS. *In*: CORDEIRO, M.P.; SVARTMAN, B.; SOUZA, L.V. **Psicologia na Assistência Social: um campo de saberes e práticas**. São Paulo: Instituto de Psicologia, 2018, p. 177-189. Disponível em: <https://www.livrosabertos.abcd.usp.br/portaldelivrosUSP/catalog/download/212/191/890?inline=1>. Acesso em: fev. 2024

SERRUYA, T.C. **A transferência na psicanálise e o campo da atenção psicossocial**. 2018. Dissertação (Mestrado em Psicanálise) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro. Instituto de Psicologia. 2018. Disponível em: [https://www.bdtd.uerj.br:8443/bitstream/1/14578/1/Dissert\\_Tatiana%20Camara%20Serruya.pdf](https://www.bdtd.uerj.br:8443/bitstream/1/14578/1/Dissert_Tatiana%20Camara%20Serruya.pdf) Acesso em: jun. 2023

SILVA, J.V.; CORGOZINHO, J.P. Atuação do psicólogo, SUAS/CRAS e psicologia social comunitária: possíveis articulações. **Revista Psicologia & Sociedade**, v.23, p. 12-21, 2011. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0102-71822011000400003>. Acesso em: fev. 2023

SILVA, J.B.; VASCONCELLOS, P.A.; FIGUEIREDO, V.C.N. Trabalho e sofrimento: desafios da saúde mental de profissionais da assistência social. **Psicologia em estudo**, v. 23, p. 69-79, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.4025/psicoestud.v23i0.39108>. Acesso em: set. 2023

SILVA, I.P.; VIANNA, T.R. A clínica e as práticas de cuidado na rede de atenção à infância e adolescência. *In*: REVISTA DA ASSOCIAÇÃO PSICANALÍTICA DE PORTO ALEGRE

(Org.). **Desamparo e Vulnerabilidades**. Porto Alegre, 2014, p. 89-99. Disponível em: [https://appoa.org.br/uploads/arquivos/revistas/revista\\_45\\_46.pdf](https://appoa.org.br/uploads/arquivos/revistas/revista_45_46.pdf). Acesso em: set. 2022

SOUZA, J. **A Ralé brasileira: quem é e como vive**. Belo Horizonte: UFMG, 2011.

SOUZA, M. **Cordialidade, violência, recalcado: entrelaces na história brasileira e nas práticas psicológicas**. Florianópolis: EDUFSC, 2014.

TURATO, E. R. Métodos qualitativos e quantitativos na área da saúde: definições, diferenças e seus objetos de pesquisa. **Revista de Saúde Pública**, n.3, v.39, p.507, 2005. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0034-89102005000300025>. Acesso em: set. 2023

YAMAMOTO, O.H.; OLIVEIRA, I.F. Política Social e Psicologia: Uma Trajetória de 25 Anos. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, Brasília, v. 26, n. especial, p. 9-24, 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ptp/a/vBxzyFsdLYrqSJFXNw8j9b/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: nov. 2022

ZIZEK, S. **Violência: seis reflexões laterais**. São Paulo: Boitempo, 2014.

## APÊNDICE A

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA  
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
DEPARTAMENTO DE PSICOLOGIA

Prezado(a), você está sendo convidado(a) a participar da pesquisa intitulada: **“O significado dado pelos usuários ao trabalho da psicologia no Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (PAEFI)”**. Esta pesquisa está associada ao projeto de mestrado da psicóloga Laís Paganelli Chaud, no Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), sob orientação da Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> **Marcela de Andrade Gomes**.

- A) O objetivo geral desta pesquisa é analisar como os usuários significam o trabalho dos profissionais de psicologia no serviço PAEFI. Sua participação é extremamente relevante, pois essa pesquisa pretende contribuir para a construção de conhecimento sobre os efeitos da atuação da psicologia no contexto do referido serviço.
- B) A participação na pesquisa será por meio de entrevista(s) com a pesquisadora em que você irá responder a perguntas sobre como foi seu processo de atendimento no PAEFI, bem como sobre o desligamento deste serviço. Caso você aceite, a entrevista será gravada. O conteúdo de áudio das entrevistas não será divulgado, somente o pesquisador terá acesso a esse material, na finalidade única de transcrição para análise. A entrevista com duração na média de 60 minutos, mas você poderá encerrá-la no momento que achar mais adequado para você.
- C) A pesquisa foi organizada para gerar o mínimo de desconforto ou constrangimento ao participante. Ainda assim, poderá oferecer riscos mínimos a você referentes a mobilizações emocionais por retomar vivências e sofrimentos. Caso isso ocorra, você poderá interromper sua participação sem nenhum problema e a pesquisadora e psicóloga Laís Paganelli Chaud estará apta a oferecer acolhimento imediato ou lhe encaminhar para o serviço de acolhimento psicológico gratuito da UFSC, caso você manifeste desejo. Sinta-se à vontade para procurar a pesquisadora a qualquer momento caso tenha alguma dúvida sobre os procedimentos, entrando em contato por telefone ou e-mail disponibilizados no fim deste documento.
- D) Você será esclarecido(a) sobre a pesquisa em qualquer aspecto que desejar e a qualquer

momento. Você também é livre para recusar a participação, retirar o seu consentimento ou interromper a participação a qualquer momento. A participação é voluntária e a recusa em participar não acarretará qualquer penalidade ou prejuízo para você.

- E) Os dados produzidos na pesquisa serão utilizados exclusivamente para fins acadêmicos e científicos. Comporão esses dados: as transcrições das entrevistas individuais e os registros feitos pela pesquisadora em seu diário de campo.
- F) O absoluto sigilo sobre sua identidade será mantido e garantido pela pesquisadora, de modo que no resultado da pesquisa não será utilizado qualquer dado que possa identificá-lo(a) diretamente. As informações obtidas serão armazenadas pela pesquisadora por cinco anos, podendo ser utilizadas na elaboração de trabalhos científicos. Depois deste período serão destruídas.
- G) Uma via deste termo de consentimento livre e esclarecido será arquivada pela pesquisadora e outra será fornecida a você, pois contém informações importantes de contatos e de seus direitos ao participar desta pesquisa.
- H) A participação na pesquisa se dará de forma voluntária e não será concedida nenhuma forma de compensação financeira (pagamento ou bens materiais). A participação na pesquisa ocorrerá em espaço de sua escolha, em horário em que você esteja disponível para participar das atividades relacionadas a esta pesquisa, sem prejuízo a suas atividades. Você não terá nenhuma despesa ou custo ao participar da pesquisa ou do que seja advinda dela e, caso alguma despesa extraordinária associada à pesquisa venha a ocorrer, esta será coberta com recursos das despesas previstas no projeto. No caso de algum eventual dano material ou imaterial decorrente da pesquisa você também poderá solicitar a indenização conforme a legislação vigente.
- I) Caso você tenha interesse, ao término da realização desta pesquisa, você poderá solicitar os resultados dessa entrevista para serem apresentados. Se assim você requerer isso será feito em data a ser agendada.

A pesquisadora responsável por esta pesquisa compromete-se a conduzir a pesquisa de acordo com o que preconizam as Resolução CNS 466/12 e 510/16, que trata dos preceitos éticos e da proteção aos participantes da pesquisa em Ciências Humanas e Sociais.

Eu, \_\_\_\_\_,  
declaro que concordo em participar da pesquisa.

[ ] Autorizo a gravação da entrevista

Em caso de dúvidas é possível contatar a pesquisadora Laís Paganelli Chaud pelo telefone (48) 9 9846-7487 em qualquer horário, com retorno de ligação caso a pesquisadora não possa

atender na hora do contato. Também é possível contatar a pesquisadora pelo e-mail [laispchaud.psicologa@gmail.com](mailto:laispchaud.psicologa@gmail.com); ou, ainda, contatar o Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos/UFSC, no telefone (48) 3721-6094.

O Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos/UFSC é um órgão criado para defender os interesses dos(as) participantes de pesquisa em sua integridade e dignidade, visando contribuir para o desenvolvimento de pesquisas dentro de padrões éticos.

---

Nome Completo (participante)	Assinatura	Local	Data
---------------------------------	------------	-------	------

---

Nome Completo (pesquisador)	Assinatura	Local	Data
--------------------------------	------------	-------	------

**Endereços para contato:**

**Pesquisadora Laís Paganelli Chaud**

Endereço: Sala 8B do Bloco C do Centro de Filosofia e Ciências Humanas (CFH), Universidade Federal de Santa Catarina, Campus Universitário, Trindade, Florianópolis/SC, CEP:88040-970

E-mail: [laispchaud.psicologa@gmail.com](mailto:laispchaud.psicologa@gmail.com) / Telefone: (48) 9 9846-7487

**Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos/UFSC**

Endereço: Prédio Reitoria II, Rua Desembargador Vitor Lima, 222, sala 701, Trindade, Florianópolis/SC, CEP: 88040-400

E-mail: [cep.propesq@contato.ufsc.br](mailto:cep.propesq@contato.ufsc.br) / Telefone: 48-3721-6094

## APÊNDICE B

**ROTEIRO DE EIXOS ESTRATÉGICOS DE CONDUÇÃO DA ENTREVISTA****A – Identificação**

1) Me conte sobre você: qual sua idade, natural de qual cidade, há quanto tempo reside neste bairro, com o que trabalha...

**B. – Sobre a experiência no PAEFI**

- 1) Como você chegou no PAEFI?
- 2) Já tinha ouvido falar deste espaço?
- 3) Por quanto tempo permaneceu em atendimento?
- 4) Há quanto tempo se desligou do PAEFI?
- 6) Pode me contar um pouco da sua história de vida e como ela envolve com o PAEFI?
- 7) Você foi atendido por quais profissionais?
- 8) Como eram os atendimentos? Quais as lembranças que ficaram deles?
- 9) Você consegue destacar aspectos positivos deles? E negativos?
- 10) Durante e após os atendimentos, você sentiu diferença em suas relações pessoais, familiares e comunitárias?
- 11) Foi a primeira vez que você foi atendido por um profissional da psicologia? Como foi a experiência? O que achou do atendimento?
- 12) Você sentia vontade de ir aos atendimentos? E vontade de falar? Confiava naquele espaço e no profissional?
- 13) Teve algo que gostaria de ter falado, mas por algum motivo não disse?
- 14) Como foi para você deixar de ir aos atendimentos? Me conta um pouco do processo de desligamento do PAEFI?
- 15) Como estava sua vida quando foi desligado do PAEFI e como está agora? Sente que algo mudou?
- 16) Se algo mudou, você acredita que os atendimentos podem ter te ajudado?
- 17) Se pudesse dizer em algumas palavras o que significa o PAEFI para você, como você diria?